

NIVALDO OSVALDO DUTRA

**LIBERDADE É RECONHECER QUE ESTAMOS NO QUE É NOSSO:
comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)**

Mestrado em História

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2007

NIVALDO OSVALDO DUTRA

**LIBERDADE É RECONHECER QUE ESTAMOS NO QUE É NOSSO:
comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Profa. Doutora Yara Aun Khoury.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2007

D I

Dutra, Nivaldo Osvaldo

Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004). São Paulo: PUC, 2007.

178f. il. Collor

Orientadora: Profa. Doutora Yara Aun Khoury
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Referências: p. 172 – 178.

1. Remanescentes. 2. Território. 3. Cultura. 4. Resistência. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. II. Khoury, Yara Aun. III. Título.

CDD

FOLHA DE APROVAÇÃO

NIVALDO OSVALDO DUTRA

LIBERDADE É RECONHECER QUE ESTAMOS NO QUE É NOSSO: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Profa. Doutora Yara Aun Khoury.

São Paulo, SP, ___ / ___ / 2007.

BANCA EXAMINADORA

Este trabalho é dedicado à
companheira Carmem, aos filhos
Tiago e Lucas paixões da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este momento tem um grande significado para mim, pois aqui tenho a oportunidade de lembrar e agradecer alguns amigos que foram especiais para a realização deste trabalho, espero não estar esquecendo nenhum deles.

A todos os entrevistados por terem dedicado seu tempo para as nossas conversas, em particular aos que se tornaram parceiros nesse trabalho em especial Simplísio, Wilson, Valdivino, Hamilton, Florisvaldo, Zezinho, Chico de Helena, Paulina, Matilde, Irene, entre tantos outros.

Aos meus irmãos que mesmo distantes sempre torceram para que esse trabalho fosse realizado.

À minha orientadora Professora Yara Aun Khoury, pela dedicação e amor que coloca em seu trabalho por sua contribuição na conquista desse objetivo. Durante esses dois anos de convivência tive a grande oportunidade de estar perto de uma profissional com tanto conhecimento para partilhar e como sabe fazê-lo de uma forma generosa. Agradecer é pouco diante de tudo que pude vivenciar nesses dois últimos anos.

Aos amigos professores do Departamento de Ciências Humanas do Campus VI - Ceitité da Universidade do Estado da Bahia por acreditarem na proposta de pesquisar sobre comunidades remanescentes de quilombos da região do Médio São Francisco.

À professora Albertina Vasconcelos que se dedicou a esse trabalho quando era apenas uma proposta inicial de pesquisa durante a especialização feita na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), quando da elaboração monográfica.

Aos amigos da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Bom Jesus da Lapa pelas informações, liberação dos materiais de arquivo e acolhida durante as viagens de pesquisa.

À Marilene e Afonso casal de amigos que me hospedaram diversas vezes em sua casa.

Ao amigo Tiago Alencar pelas horas dedicadas a transcrição de parte dos depoimentos.

À amiga Zoraide Portela, por sua preocupação com o trabalho e pelas conversas de estímulo realizadas ao longo da pesquisa.

À amiga Maria de Fátima Pires, pelas leituras feitas e sugestões na realização desse trabalho.

À amiga Gorete Ferreira, pela amizade e ajuda na revisão ortográfica da dissertação.

À amiga Amélia pelo auxílio com o abstract presente neste trabalho.

Às amigas Núbia Brito e Gorete pelas conversas e incentivos ao trabalho.

Aos familiares residentes em São Paulo: Idelfonso, Célia, Claudia, Fábio, pela ajuda no momento de adaptação na cidade e pelo acolhimento em seu lar.

Aos professores da Pós Graduação em história na PUC-SP, que contribuíram direta e indiretamente com o desenvolvimento dessa dissertação e sempre me atenderam com muita atenção e gentileza.

Às professoras Maria do Rosário e Maria Antonieta, pela leitura e sugestões feitas durante a banca de qualificação do mestrado.

À Telma Bessa pela leitura e sugestões quando do início da elaboração desse trabalho.

Aos colegas de turma do mestrado pela oportunidade de convivermos juntos e trocarmos idéias durante o curso, em especial, Márcia Cunha, Paulo Cambraia, Maura Leal, Alan Modesto.

Aos amigos de outras turmas do mestrado e doutorado que podemos conviver Ipojucan, Leno, Mayara Mendes, Rodolfo, Bete Espindola, Fernanda, Simeir Torres.

À Amiga Ana Karine pelo carinho e disponibilidade.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

“Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso” é um estudo, na área da História Social, que busca documentar as trajetórias de lutas, permanências e resistências encontradas por negros remanescentes de quilombos na conquista de seus territórios. As comunidades negras constituídas por escravos fugitivos nem sempre desapareceram com a destruição de seus quilombos. É o caso das comunidades do Rio das Rãs e Brasileira, na região do Médio São Francisco. O trabalho tem como objetivo analisar os conflitos pela posse da terra, a permanência em seus territórios, os enfrentamentos, os modos de vida, pertinentes a sua cultura, as relações entre os membros da comunidade, entidades e instituições que permeiam esse universo. Além de abordar essas relações procuro explicitar também as experiências de solidariedade mantidas com outras comunidades negras da região que lutam pelo reconhecimento e legalização de seus territórios.

Palavras-chave: Remanescentes. Território. Cultura. Resistência.

ABSTRACT

This paper entitled “Liberty is to recognize that we are in what belongs to us” is a study in the area of Social History, that searches to document the trajectory of fights, permanence, and resistance faced by quilombos (a flight local to negro slaves in the slavery period) negro remainders in the conquering of their territories. Negro communities formed by fugitive slaves have not always disappeared with the destruction of their quilombos. That is the case of Rio das Rãs, and Brasileira in the Médio São Francisco’s region. This work aims to analyze those conflicts for the region’s possession, the permanence in the territories, the flights, the ways of living accordingly to the cultures, and also the relationship among the members of the communities, entities, and institutions that permeate this universe. Besides this, the work also intends to explicit the experiences of solidarity kept with other negro communities from the region, their fight to the recognition and the legalization of the territory.

Keyword: Remainders. Territory. Culture. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Mapa da Bahia: localização do Rio das Rãs.....	36
Figura 1.2 - Moradia dos remanescentes, Rio das Rãs, 1994.....	82
Figura 1.3 - Moradia de Chico Tomé, Retiro, 1996.	82
Figura 1.4 - Chico Tomé, 1998.	83
Figura 1.5 - Mário Nunes e sua família.	83
Figura 1.6 - Andreino e sua irmã, 1997.	84
Figura 1.7 - Mulheres negras, samba de roda, Rio das Rãs.	84
Figura 1.8 - Crianças moradoras do Rio das Rãs.	85
Figura 1.9 - Reunião dos remanescentes, Comunidade de Brasileira.	85
Figura 1.10 - Moradores do Rio das Rãs em Brasília.....	86
Figura 1.11 - Mulheres moradoras Pau D'Arco, Parateca, 2005.....	86
Figura 1.12 - Corrida de argolinha, 2005.....	87
Figura 1.13 - Moradores do Rio das Rãs, 1992.....	87
Figura 2.14 - Remanescentes preparando-se para o trabalho no lameiro, Rio das Rãs.....	126
Figura 2.15 - Reunião de remanescentes, Rio das Rãs.....	126
Figura 2.16 - Remanescentes voltando da roça com mantimentos, 1998.....	127
Figura 2.17 - Mulher lavando roupa na lagoa, Comunidade de Parateca, 2005.	127
Figura 2.18 - Paulina e seus filhos, Comunidade de Brasileira, 1992.	128
Figura 2.19 - Jovens moradores do Rio das Rãs, 1992.	128
Figura 2.20 - Crianças remanescentes de quilombo, Comunidade Pau D'Arco, 2005.	129
Figura 2.21 - Apresentação dos alunos do prof. Zezinho durante celebração religiosa, Comunidade de Brasileira.....	129
Figura 2.22 - Reunião de remanescentes, Comunidade de Brasileira.	130
Figura 2.23 - Apresentação de capoeira, Comunidade de Brasileira.	130
Figura 3.24 - Bandeira da Festa do Divino, Comunidade do Enchú, 2005.....	163
Figura 3.25 - Crianças brincando o careta, 2005.	164
Figura 3.26 - Mulher fumando cachimbo, Comunidade de Araça / Cariacá, 2006.	164
Figura 3.27 - Matildes, Comunidade do Rio das Rãs, 1998.....	164
Figura 3.28 - Crianças, Comunidade de Parata / Pau D'Arco, 2005.	165
Figura 3.29 - Meninos brincando em árvores, Comunidade de Brasileira, 2005.	166
Figura 3.30 - Mulheres lavando roupa na lagoa, Comunidade de Brasileira, 2005.	166
Figura 3.31 - Meninas lavando louça na lagoa, Comunidade de Brasileira, 2005.	166
Figura 3.32 - Roda de capoeira, Comunidade do Rio das Rãs.	167
Figura 3.33 - Vista panorâmica, Comunidade do Mangal / Barro Vermelho, 2004.	167
Figura 3.34 - Tocadores de pifano, Comunidade de Parateca / Pau D'Arco, 2005.	168
Figura 3.35 - Reisado, Comunidade de Parateca / Pau D'Arco, 2005.	168

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADTC	Ato das Disposições Transitórias da Constituição
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
CEDITER	Comissão Evangélica dos Direitos da Terra
CETA	Central Regional das Comunidades Remanescente de Quilombos do Oeste da Bahia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVAF	Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAQ	Coordenação Nacional dos Quilombos.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQ	Central Regional das Comunidades de Quilombos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAEB	Federação da Agricultura no Estado da Bahia
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDESF	Fundação Juazeirense para Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco
FUNDIFRAN	Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras do Estado da Bahia
MNU	Movimento Negro Unificado
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PF	Polícia Federal
PLANVASF	Plano Diretor do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - COMUNIDADES NEGRAS: LUTA, TERRITÓRIO E VIVÊNCIA	28
CAPITULO II - O MOVIMENTO DA COMUNIDADE NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL	88
CAPITULO III - OS REMANESCENTES E A SOLIDARIEDADE COM OUTROS QUILOMBOLAS	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIA	172

INTRODUÇÃO

Pau pereira pau pereira
É um pau de opinião
Toda flor enflora e cai
Só o pau pereira não
Samba negro que branco
Que branco não vem cá
Se ele vim ele cai
Na cama de ar.

(Francisco Ferreira Magalhães - Chico de Helena)

Este trabalho, de história social, é resultado de um exercício feito a partir do diálogo com a realidade empírica. Busca apresentar a diversidade cultural, as experiências e os modos de vida de comunidades negras rurais no interior da Bahia, onde a história não tem como atores principais os santos, os tiranos e os heróis. Procura ampliar o olhar sobre a produção historiográfica, trazendo elementos sobre a presença e a participação dos negros nas relações que se forjaram na região do Médio São Francisco.¹

¹ A Região do Médio São Francisco compreende os territórios de Pirapora (MG) até Remanso (BA), incluindo as sub-bacias dos afluentes Pilão Arcado a oeste, e do Jacaré a leste e, além dessas, as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Grande, Verde Grande e Paramirim, situando-se nos estados de Minas Gerais e Bahia. Sua altitude varia de 2.000m a 500m e é onde se localizam as planícies eluvio-coluvio-aluviais da Depressão São Franciscana. O divisor leste é a Chapada Diamantina, formada por planaltos com altitude entre 2.000m e 1.000m, recortados por profundos vales; observam-se abruptas diferenças de nível devido à sucessão de camadas de diferenciadas resistências à erosão. Os vales são encaixados em fraturas com desenvolvimento de profundas gargantas e canyons. Esse contexto orográfico tem direção SSE-NNO e penetra no domínio do Vale, formando as Serras de Açuruá, Mangabeira e Azul, até praticamente as margens do lago de Sobradinho. A metade sul do lado oeste corresponde ao prolongamento da Serra Geral de Goiás. Na metade norte, o coroamento laterizado de topografia ondulada formador da Serra da Tabatinga é divisor de águas entre os rios São Francisco e Parnaíba e suas cotas oscilam entre 1.000 e 800 m. Destacam-se, no domínio da Depressão São Franciscana, as serras do Boqueirão e Estreito, com altitude de 800m e formas alongadas de direção SSE-NNO e N-S, respectivamente. A vegetação é dos tipos cerrado e caatinga, salvo algumas pequenas matas serranas. Característica digna de nota é a margem esquerda do São Francisco, bem mais úmida, com rios permanentes e vegetação perenifolia. Na margem direita, a precipitação é menor, os rios são intermitentes e a vegetação é típica de caatinga. Suas condições climáticas vão se tornando mais características de uma região tropical semi-árida. A temperatura média anual é de 24 °C e a evaporação é de 2.900 mm anuais. As chuvas caem de novembro a abril, com precipitação média anual de 1.400 a 600 mm. Montes Claros e Januária, em Minas Gerais; Formosa, em Goiás; Barreiras, Guanambi, Irecê e Bom Jesus da Lapa, na Bahia, além de Brasília - DF. A região admite a subdivisão em Médio Superior e Inferior, sendo que o primeiro abrange o trecho entre Pirapora e a fronteira com a Bahia, limitado pelos rios Carinhanha a oeste, e Verde Grande a leste. O Médio Superior tem características que mais se assemelham às do Alto que às do Médio propriamente dito. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus/medio-sao-francisco>>. Acesso em: 05 nov. 2006.

O procedimento inicial foi de delimitar a área em estudo e escolher o que iria ser abordado da cultura quilombola, já que esta é muito rica em todos os aspectos. A partir daí, optou-se pelas comunidades² do Rio das Rãs e da Brasileira sendo o foco desse estudo o modo de vida dessas comunidades, as experiências construídas e reconstruídas no seu cotidiano, nas suas próprias relações, com órgãos e instituições representativas do poder público, bem como com as organizações não governamentais³, que atuaram e ou continuam atuando nos espaços onde esses sujeitos criam e recriam modos de vida peculiares.

O trabalho foi ganhando contorno na medida em que conhecemos os moradores, através da realização de entrevistas que foram constituídas em dois momentos: em 1997 quando os moradores das comunidades de Rio das Rãs e Brasileira ainda estavam vivenciando o conflito de terra; e entre os anos de 2004 e 2006, depois do processo de reconhecimento do território como área pertencente a

² O termo comunidade é usado por José Jorge de Carvalho coordenador do Laudo Antropológico, elaborado em 1993, como um dos instrumentos legais para o reconhecimento da comunidade como pertencente a antigo quilombo, como procedimento legal para ser anexado ao processo de desapropriação como área pertencente a antigo quilombo, solicitado pela Fundação Cultural Palmares, instituição ligada ao Ministério da Cultura. Os membros da comunidade do Rio das Rãs referem-se a si mesmos como membros de uma comunidade. O uso deste termo, no entanto, parece ter sido introduzido recentemente, por influência da Igreja Católica. No Laudo Antropológico, 1993, p.75, Luiz Fernando do Rosário Linhares, em artigo intitulado "Comunidade negra rural: um velho tema, uma nova discussão" (disponível em: <www.nead.org.br/index.php?=&artigo&id=13>. Acesso em: 10 set. 2006), diz, na pagina 1, que [...] os grupos sociais agora denominados remanescentes de quilombos ao longo do tempo receberam várias outras designações. Estas, genericamente, foram emitidas de fora para dentro. Raras são as designações originárias a partir da visão internas desses grupos sociais [...] A princípio, estas unidades sociais foram designadas de comunidades negras, pelo movimento social. Segundo o Autor [...] A designação, contudo, foi logo reconhecida como uma categoria complexa, de significação abrangente, podendo ser empregada para indicar qualquer situação social em que os agentes a elas referidos se auto-representassem como "pretos" e/ou descendentes de escravos africanos que vivessem em meio urbano ou rural. "Em virtude disto, ainda que essa designação não perca o caráter genérico, o referido movimento prefere utilizar, no momento atual, a denominação comunidade negra rurais." Utilizo aqui o conceito de "comunidade" por ser uma autodefinição do próprio grupo étnico do Rio das Rãs e da Brasileira. Neuza Gusmão, por exemplo, sugere a denominação de *quilombos modernos*, por considerar que as "possíveis origens das chamadas terras de preto envolvem terras conquistadas, os quilombos, terras doadas ou obtidas em pagamentos por prestação de serviços [a particulares e] ao Estado como também resultam da compra ou simples ocupação de áreas devolutas em diferentes momentos da história nacional."

³ Refiro-me aqui, particularmente, à presença do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Juazeirense para Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco (FUNDESF), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Diocese de Bom Jesus da Lapa e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

antigos quilombos.

Além das entrevistas feitas com os moradores do Rio das Rãs e da Brasileira, significativos foram, também, os depoimentos dados por membros da Comissão Pastoral da Terra que acompanharam de forma sistemática o desenrolar do conflito entre trabalhadores rurais negros e o fazendeiro Carlos Vasconcelos Bonfim.

Analisamos também alguns depoimentos que fazem parte do Laudo Antropológico elaborado em 1993 para o reconhecimento do território como área pertencente a antigo quilombo.

Objetivamos neste trabalho de história social analisar os conflitos pela posse da terra, a permanência em seus territórios, os enfrentamentos, os modos de vida, pertinentes a sua cultura e seus sentidos de pertencimento a esse território; procuramos analisar as relações entre os membros da comunidade assim como as que elas mantêm com entidades e instituições que permeiam esse universo.

Para alcançar os objetivos, utilizamos da história oral como principal elemento metodológico que possibilita apreender como esses negros vivem e interpretam a realidade, percorrendo outros caminhos já cursados por uma historiografia tradicional que, no nosso entendimento, adentrou pouco a realidade social vivenciada pelos negros na região em estudo. No uso da história oral como metodologia de trabalho, seguimos as orientações apontadas por Alessandro Portelli, que diz:

Antes de ser convidado a participar de uma conferência sobre História Oral e Ética, jamais me ocorreria que havia princípios éticos específicos relacionados à história oral, além daqueles inerentes à condição de cidadão e de intelectual acadêmico. À semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais têm a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações que correspondam ou não a seus desejos e expectativas. Como somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la cabe-nos, por outro lado, situar a idéia profissional e técnica no contexto de responsabilidades mais amplas, tanto individuais e civis como políticas [...] A História Oral é uma ciência e

arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individual e ainda por meio de impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. O significado e a ética dos contatos humanos diretos, na experiência do trabalho de campo, são imprescindíveis ao significado e à ética no exercício de nossa profissão (PORTELLI, 1997, p.13-15-16).

O autor fala da importância e dos cuidados que devemos ter ao tomarmos os depoimentos, pois sabemos que eles trazem a experiência e a memória de cada um, nessa realidade compartilhada. Procuramos levar em conta os princípios éticos buscando incorporar com legitimidade os modos como os remanescentes se integram a essa experiência e se vêem nela. Foi agindo dessa maneira, mesmo com pouca experiência com história oral, que procuramos desenvolver o trabalho de campo.

Alessandro Portelli (1996, p. 60), em seu trabalho a Filosofia e os Fatos, nos diz: “O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decidir escrever sua própria autobiografia.”

Nesse sentido, analisar os remanescentes das comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira, articulados, organizados com o apoio de entidades que os acompanham no processo de luta, resistência e permanência em seu território, é trazer à tona, através da memória, as histórias vivenciadas, é colaborar para que outras narrativas sobre outras formas de resistência fluam e possibilitem uma maior compreensão do processo social vivenciado por esses remanescentes.

O trabalho ora apresentado, intitulado – **Liberdade é Reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)** procura contribuir com a produção historiográfica na medida em que busca ampliar a visibilidade da presença negra na região do Médio São Francisco,

apresentando os remanescentes de quilombos como sujeitos que constroem e reconstroem modos de vida e vivências entre gerações que os identifica pelas tradições, costumes que se fazem presentes nas histórias e nas memórias desses homens e mulheres.

A nossa identificação com a temática estudada teve início na década de 1980 quando chegamos à Bahia, vindo do Sul do país para um trabalho da pastoral social ligado à Linha VI da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nesse período, moramos no município de Santana do Brejo Velho, na região do oeste baiano e lá mantivemos os primeiros contatos com a realidade e os modos de vida vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras rurais que estavam sendo ameaçados de expulsão de suas terras. Nesse primeiro momento, ficamos assustados com essa realidade tão nova ao nosso olhar atento, pois, como sujeito urbano morador de uma capital, tudo ali era realmente muito distinto do nosso imaginário, mas os novos desafios nos levavam a manter relações cada vez mais próximas com aqueles sujeitos.

A partir dessa experiência foi possível observar mais de perto os embates entre as classes sociais que se enfrentam. Constatamos que nem todas as batalhas travadas no campo social são vencidas por aqueles que resistem à implantação de políticas econômicas desenvolvimentistas. Tudo nos chocava: assistimos a uma “diáspora” de homens, mulheres, jovens e crianças deixando suas casas, saindo de suas terras, dispersando-se por outros municípios da região ou, até mesmo, tendo que se deslocar para lugares mais distantes.

Embrenhar nesse contexto, observar aquelas formas culturais e aqueles modos de vida passou a fazer parte desse desafio, pois somente com as possibilidades de nossa aproximação com a realidade seria possível compreender

melhor aqueles modos de vida e embates.

O conhecimento inicial da região do Médio São Francisco havia se dado quando da nossa participação na equipe de trabalho da Fundação do Desenvolvimento Integrado do Médio São Francisco (FUNDIFRAN), organização não governamental que acompanhava como entidade de apoio e assessoria os trabalhadores rurais do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Bom Jesus da Lapa, e que contribuiu para a organização e estruturação de suas Delegacias Sindicais.

O trabalho da FUNDIFRAN envolvia também o acompanhamento dos trabalhadores rurais que estavam sendo atingidos pelos conflitos agrários, no processo de tentativa de expulsão empreitado por ricos fazendeiros e grandes produtores rurais daquela região. Assim, neste período, iniciou-se nosso primeiro contato com os moradores da fazenda Rio das Rãs que estavam sendo expulsos de suas terras pelo latifundiário e algodoeiro Carlos Bonfim, rico produtor e proprietário de terras da região.

Nesse processo de expulsão os trabalhadores criavam e recriavam seus modos de vida no interior da Bahia, resistindo de várias formas às dominações impostas ao seu viver, contribuindo, com suas experiências, para a realimentação de suas culturas.

A comunidade negra do Rio das Rãs é composta por mais de 300 famílias distribuídas em 5 localidades: a Brasileira, o Enchu, o Retiro, o Capão do Cedro e o Rio das Rãs. Em tempos anteriores ao conflito pela posse de territórios, essas localidades eram em maior número. Até o início do processo de expulsão, cerca de 300 famílias moravam no Rio das Rãs distribuídas por sete localidades: Riacho Seco, Capão do Cedro, Aribá, Enchu, Retiro e Rio das Rãs. Durante o trabalho de

elaboração do Laudo Antropológico em 1993, os antropólogos observam que as famílias entrevistadas faziam referência à origem de seus pais ou avós citando o nome de localidades como: Mocambo, Lagoa do Pajeú, Maiadarta (Malhada Alta), Caldeirão, Pau Preto, Cedro, Jenipapo, Pedra do Cal, Juá, entre outras. Nesses locais referidos, apesar de não existirem mais moradores e das destruições causadas pelos tratores do fazendeiro, os pesquisadores encontraram vestígios de ocupação, como restos de casas, cercas de roças, fornos de barro e árvores frutíferas.

Dando continuidade às atividades como agente leigo da Diocese de Bom Jesus da Lapa, no ano de 1984, passei a integrar a equipe da pastoral paroquial das Agrovilas, responsável pelo Projeto Serra do Ramalho⁴, um projeto de colonização implantado na região no final da década de 1970. Administrado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esse projeto objetivava assentar proprietários rurais em lotes de terras em sistemas de moradias de agrovilas, oriundos, na grande maioria, das terras desocupadas para a construção da Barragem de Sobradinho. Antes de integrar a equipe te, participamos de uma pesquisa sobre o Genocídio ocorrido no Nordeste durante o prolongamento da seca de 1979 a 1983, sob a orientação da Comissão Pastoral da Terra do Regional Nordeste III. A população do da Serra do Ramalho enfrentou essa realidade que vitimou muitas pessoas.

Essa experiência inicial com a pesquisa ampliou a nossa inserção naquela realidade e foi determinante para nosso ingresso na equipe paroquial.

Essas e outras situações nos levaram a um maior envolvimento com essas questões voltadas para os conflitos agrários. Hoje acreditamos que esse

⁴ O Projeto Serra do Ramalho pode ser melhor compreendido a partir do Trabalho de Ely Souza Estrela-Três Felicidades e um Desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho – BA, Tese de Doutorado em História, defendida em 2004, PUC-SP.

envolvimento com as causas sociais funciona como uma “bola de neve” que está sempre crescendo. Quando nos demos conta, era impossível voltar atrás.

Tempo depois, estávamos morando em Salvador, trabalhando na Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste III⁵, fazendo graduação em História na Universidade Federal da Bahia e nos aprofundando nas questões sociais sobre o universo rural.

Todas essas experiências nos levaram a construir, posteriormente durante o curso de especialização, realizado em história, um trabalho voltado para as questões do campo e, no momento de escolha de uma temática para a monografia, não tivemos dúvidas. Sabíamos que todo aquele compromisso travado ao longo do tempo podia transformar-se em um projeto de pesquisa que, de alguma forma, apontasse para as discussões sobre o universo rural vivenciado por trabalhadores baianos e, entre eles, os remanescentes de quilombos.

Os remanescentes de quilombos das comunidades rurais negras do Rio das Rãs e da Brasileira se constituem como uma população que habita o território da fazenda Rio das Rãs, desapropriada, desde 1998, por Decreto Federal. Mantêm algumas tradições e costumes dos quilombos e adquiriram outros das novas relações desses remanescentes.

Segundo Raymond Williams (1979. p. 25), a cultura deve ser vista “como um processo social constituído, que cria ‘modos de vida’ específico e diferentes.”

Observa-se, nesse sentido, entre as comunidades negras que a busca da construção de identidades com base em significações atribuídas ao passado tem se tornado mais intensa nos últimos anos.

⁵ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi estruturada no final da década de 70, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, e está organizada em todo o país em regionais, sendo que o Regional Nordeste III corresponde aos territórios dos estados da Bahia e Sergipe. Nesses estados a CPT está presente em várias dioceses.

O crescente interesse pela auto-afirmação apóia-se na reconstituição das origens enquanto comunidades remanescentes de quilombos.

A década de 1980 marcou profundamente a região do Vale do São Francisco: trabalhadores rurais envolveram-se em vários conflitos contra ricos fazendeiros que queriam se apossar das terras habitadas por antigos moradores para a implantação de projetos agropecuários em terras povoadas ancestralmente.

Essas localidades se transformaram em alvos de disputas entre antigos moradores e ricos fazendeiros. No processo de legalização dessas áreas estudos, laudos e outros documentos foram sendo elaborados e usados como argumentos em torno das questões em disputa. Esses documentos foram importantes na pesquisa.

A partir de um acompanhamento cada vez mais sistemático, os membros da Comissão Pastoral da Terra perceberam que a comunidade apresentava um modo de vida diferente de outras áreas conflituosas. As observações apontavam para a idéia de que aqueles moradores não podiam ser considerados somente como posseiros de áreas de terras devolutas, pertencentes à União. Foi percebido que algo diferente podia ser encaminhado no processo de legalização de seus territórios. A partir de reuniões constantes com esses trabalhadores e com outras pessoas ligadas aos trabalhos das entidades na região, foram aprofundadas discussões sobre as peculiaridades daquela comunidade, no modo como ela constrói o sentido de pertencimento ao lugar.

Nesse sentido, as observações do padre franciscano José Evangelista de Souza, mestre em história e um grande conhecedor da cultura regional, foram de significativa contribuição: apontaram para a ligação ancestral que os moradores tinham com as culturas africanas.

Essa realidade nos leva a estar atentos aos usos da memória na construção histórica ou, dizendo de outra forma, a observar como a história dessa população se faz apoiando-se na memória. A reconstituição das origens é possível de ser retomada a partir de trabalhos que utilizam a relação entre história e memória.

Falando em memória e explorando-a pelo uso da história oral, seguimos a trilha de Alessandro Portelli (1997, p. 16):

A memória é um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.

Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados podemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas.

Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças.

Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.

Para Portelli, as vivências mesmo aquelas socialmente compartilhadas, são vistas e sentidas de modo muito particular pelas pessoas, ou seja, lembranças e recordações narradas individualmente se fazem na experiência socialmente compartilhada.

No entendimento dessas peculiaridades consideramos de grande relevância o trabalho sobre o Rio das Rãs de Valdério Santos Silva, sociólogo, militante do Movimento Negro Unificado, *“Do Mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs”*. *Liberdade e Escravidão na Construção da Identidade Negra* (SILVA,1998). O autor estuda como se constrói uma identidade negra em Rio das Rãs, partindo do pressuposto que, no início da década de noventa, os movimentos sociais negros rurais alcançaram um repercussão considerável nos meios de comunicação, reivindicando o direito de titulação de suas terras. O tema da identidade negra é vinculado

politicamente ao reconhecimento formal das “comunidades remanescentes de quilombos”. Para o autor, a opção em estudar Rio das Rãs estava sintonizada com um momento crítico do conflito, em que sobressaiam, especialmente, indefinições conceituais, políticas e institucionais para o reconhecimento dos direitos previstos dessa comunidade.

Significativas foram as leituras feitas de novos trabalhos historiográficos sobre a região do Alto Sertão e Médio São Francisco, dentre os quais três são bastante relevantes.

Maria de Fátima Novaes Pires (2005), no trabalho intitulado *Fios da Vida: Trajetórias de Escravos e Libertos no Alto Sertão da Bahia-Rio de Contas e Caetité (1860-1920)*, se mostra interessada em documentar as condições de vida e as resistências de escravos e de ex-escravos (libertos) no alto sertão da Bahia.

No trabalho, *Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*, Erivaldo Fagundes Neves (2005), busca averiguar as configurações da propriedade, posse e exploração de terras da região do Alto Sertão da Bahia.

A leitura do trabalho de José Jorge de Carvalho - *O Quilombo do Rio das Rãs Histórias, Tradições, Lutas* - foi relevante para a compreensão das comunidades negras do Brasil e suas relações com a tradição cultural afro-americana. Esse trabalho decorre do levantamento antropológico feito em 1993 na área em litígio. Encomendado na época pela Fundação Cultural Palmares, esse documento foi importante para a compreensão dessa problemática. Apresenta uma leitura minuciosa do Quilombo do Rio das Rãs, cujos descendentes disputavam na justiça, em nível federal, a posse definitiva de seu território.

Estudar a realidade de trabalhadores rurais negros, remanescentes de

quilombos levou-nos a refletir sobre cultura popular e, neste caso, Stuart Hall serviu-nos de apoio ao afirmar que:

O essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a “cultura popular” em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante. Trata-se de uma concepção de cultura que se polariza em torno dessa dialética cultural. Considera o domínio das formas e atividades culturais como um campo sempre variável. Em seguida, atenta para as relações que continuamente estruturam esse campo em formações dominantes e subordinadas. Observa o processo pelo qual essas relações de domínio e subordinações são articuladas. Trata-as como um processo: o processo pelo qual algumas coisas são ativamente preferidas para que outras possam ser destronadas (HALL, 2003. p. 257-258).

Nessa perspectiva, procuramos explorar a cultura desses populares como formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas e em constante tensão e luta.

Essa concepção considera a influência das formas e atividades culturais como um campo sempre variável, observando como essas relações de domínio e subordinação são articuladas. Em seu centro, está a relação de forças mutáveis e irregulares, a questão de luta cultural, que define o campo da cultura transformada. Não se pode falar da cultura de um grupo como sendo fixa, pois os valores se alteram, e o que era tido como erudito no século XX pode ser o exemplo de hábito tipicamente popular na atualidade. Para esse autor, o cultural assume diversas formas: incorporação, distorção, resistência, negociação, recuperação.

O entendimento de cultura como um processo social possibilita vislumbrar as transformações ocorridas ao longo do tempo na história da comunidade do Rio das Rãs, bem como as influências decorrentes das novas relações vivenciadas por estes sujeitos.

As tradições da comunidade do Rio das Rãs, como os modos de morar, de trabalhar, as relações familiares e entre as famílias, seus festejos, como a marujada,

o maculelê, samba de caixa ou “imbigada” e o samba de roda se mantêm de geração em geração, passando de pai para filho. Constituem-se em traços e memórias por meio dos quais se identificam mutuamente.

É através da história oral que tentamos fazer a ponte entre o passado e o presente da comunidade e dar voz a esses sujeitos, buscando, no que relembram e nos modos como relembram, as peculiaridades da comunidade e os sentidos da transformação histórica.

As pesquisas em jornais foram bastante significativas. Aqui destacamos o *Jornal A Tarde*⁶, o *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia* por darem destaque aos conflitos de terra que estavam ocorrendo na Bahia, entre as décadas de 80 e 90. Entre esses conflitos, foi dada atenção especial ao caso da comunidade de Rio das Rãs através das matérias publicadas sobre as questões vivenciadas pelos trabalhadores na luta pela permanência em seu território.

Através dos jornais podemos observar as ações travadas pelas organizações sindicais, bem como o papel das entidades de apoio que prestam serviços de assessoria aos trabalhadores rurais da região, como essas entidades buscam incentivar esses trabalhadores a encontrarem formas de resistências para que possam continuar em seus territórios e, ao mesmo tempo, criar estratégias de sobrevivência dentro das lutas enfrentadas em seu cotidiano.

Durante a fase inicial do conflito, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa e as entidades de apoio acompanhavam o conflito de terras da fazenda Rio das Rãs como mais uma área de disputa entre posseiros e ricos fazendeiros da região. Essa luta pela terra, que inicialmente foi identificada como área de posse pertencente a trabalhadores rurais que as ocupavam há muito tempo,

⁶ Jornal publicado a mais de 90 anos que circula por todo o estado da Bahia.

levou o STR e as entidades a ampliar o acompanhamento e ajudar os moradores na legalização junto aos órgãos competentes.

Significativos, também, foram as leituras dos relatórios elaborados pela SEPLANTEC, na década de 1970, que apontam para a especulação imobiliária deflagrada na região onde se localiza a fazenda Rio das Rãs, pela existência de projetos de irrigação, por parte do governo federal (BAHIA, 1974).

Este trabalho - **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)** - é constituído de três capítulos. Eles trazem como elemento norteador as memórias construídas em torno do conflito pela posse do território das comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira, bem como as novas relações que se estabeleceram durante esse processo.

Em **Comunidades negras: luta território e vivência**, primeiro capítulo procuramos resgatar a experiência vivida e construída, pelo diálogo com a memória de homens e mulheres na luta pela conquista definitiva de seu território. Aqui aparecem também os embates travados com o fazendeiro, com órgãos do estado e o apoio e solidariedade recebidos das entidades e instituições que acompanharam todo o processo.

No segundo capítulo, **O movimento da comunidade na dimensão institucional**, procuramos acompanhar e entender como os principais jornais baianos - *Jornal A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Jornal da Bahia* – e periódicos construíram a memória sobre o conflito na disputa do território entre os remanescentes e o fazendeiro Carlos Bonfim.

No último capítulo, **Os remanescentes e a solidariedade com outros quilombolas**, tentamos analisar as formas de solidariedade prestada pelos

remanescentes do Rio das Rãs a outras comunidades negras do Médio São Francisco para que seus territórios também fossem reconhecidos. Avaliamos, também, a experiência desses sujeitos no processo de organização de sua área e na continuidade da luta por novas conquistas ligadas à produção, comercialização, saúde e educação, enfim, por melhores condições de vida.

Ao trazermos para este trabalho aspectos da experiência dos moradores negros das comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira nas suas diversas relações com entidades, instituições, órgãos públicos e as relações de solidariedade criadas com outras comunidades negras, esperamos estar contribuindo para as discussões em torno das questões históricas que envolvem essas populações negras rurais.

CAPÍTULO I
COMUNIDADES NEGRAS: LUTA, TERRITÓRIO E VIVÊNCIA

Quilombola quando nasce
Traz a força da união
Suas mãos são calejadas
Da enxada e do enxadão
Vamos juntos nessa luta
Com garra e dedicação
Nossos Quilombos vão crescendo
De geração em geração.

(Severino Borges de Almeida)

As pressões sofridas pela comunidade nas disputas do território com o latifundiário Carlos Bonfim⁷ bem como as estratégias de resistências construídas pelos trabalhadores ao longo do processo, foram consideradas extremamente significativas para que o procedimento de legalização do território se desencadeasse de maneira favorável aos remanescentes que ocupavam a fazenda Rio das Rãs. Entretanto, não podemos deixar de analisar o papel preponderante que exerceram os agentes de pastoral, ligados à Comissão Pastoral da Terra, assim como a posição política tomada pelos próprios antropólogos diante da realidade observada. Nesse momento crucial do conflito, foi relevante também o papel da Procuradoria Geral da República, representada nesse processo pela doutora Ella, que esteve durante várias vezes na área e acompanhou o trâmite, de todo o processo em nível federal.

A ligação que esses trabalhadores apresentam com a formação de antigos quilombos foi possível de ser comprovada a partir do estudo antropológico feito pelos antropólogos da Universidade de Brasília-UNB, em 1993. Esse estudo fazia parte dos encaminhamentos legais para o processo de reconhecimento e foi uma solicitação feita pela Fundação Cultural Palmares, que acompanhavam a problemática.

Para José Jorge de Carvalho (1995), professor da Universidade de Brasília que coordenou a elaboração do Laudo Antropológico⁸ em Rio das Rãs, a moradia nessa localidade tem a ver com a inclusão em uma rede de parentesco, mas é pelo trabalho que as famílias usufruem de parcelas da terra: trabalho que se realiza

⁷ Carlos Bonfim rico fazendeiro e comerciante de algodão que havia comprado a fazenda Rio das Rãs da família Teixeira e que disputava na justiça a com os trabalhadores negros a posse da fazenda.

⁸ Para o reconhecimento e titulação de áreas de terras das primeiras comunidades negras que lutavam na justiça era necessária a elaboração do Laudo Antropológico para dar legitimidade ao processo judicial. No caso específico do Rio das Rãs, esse laudo foi coordenado por Jose Jorge de Carvalho, antropólogo e professor da Universidade de Brasília que esteve na área varias vezes com uma equipe de trabalho em 1993 para a realização da pesquisa e elaboração do referido Laudo.

sazonalmente e que é exercido tanto na beira do Rio São Francisco quanto na caatinga, o que isso invalida qualquer tentativa de estender os limites do território de uso comum a partir de uma localidade, ou restringi-lo a uma atividade específica.

Os estudos preliminares possibilitaram aos trabalhadores das comunidades pertencentes ao território da fazenda Rio das Rãs e as entidades que os apoiavam criarem novas estratégias de resistências. O caminho apontado pela via judicial seria o processo de reconhecimento das terras como áreas pertencentes a antigos quilombos e, apontam para o cumprimento do que rege o Artigo 68 da Constituição Federal.⁹

O reconhecimento do território do Rio das Rãs como área pertencente a remanescentes de quilombo redimensionou na região essa estrutura agrária que parecia ter se cristalizado, ao mesmo tempo em que abriu possibilidades para que outras comunidades fossem em busca desse procedimento e iniciassem também o processo de reconhecimento como territórios pertencentes a antigos quilombos. Exemplo disto foi o caso do Mangal/Barro Vermelho, área também já reconhecida no município de Sitio do Mato, Juá/Bandeira, Araçá/Cariacá, Pau Darco/Parateca, Jatobá, entre outras.

Os núcleos iniciais de povoamento que se formaram em toda a extensão do vale do Rio São Francisco, desde a fase da colonização foram constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio que foi um fator importante no estabelecimento de um ativo mercado de gado e de produtos vegetais da região, servindo, posteriormente, como ponto de escoamento de tais produtos para os principais centros urbanos, destacando-se aí, as regiões de mineração da Chapada Diamantina e das Minas Gerais. Ali se constituiu um modo de vida particular que associava os criatórios de

⁹ O Artigo 68 conforme Laudo Antropológico “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhe os títulos respectivos.” (SOUZA, 1993, p. 3).

gado à presença de negros, índios e mestiços bem como às áreas de plantio que se integrava à economia mineradora.

O Rio das Rãs é um afluente do São Francisco, revitalizado, principalmente, no período das cheias do Velho Chico, quando recebe um grande volume de águas, formando assim, durante as vazantes várias lagoas dentro das áreas alagadas. Estas cheias são extremamente relevantes para os moradores, pois fertilizam as terras ribeirinhas e possibilitam o cultivo de mandioca, milho, melancia, feijão, manga e hortaliças. As lagoas se constituem em áreas importantes, pois possibilitam em determinados períodos do ano a pesca de uma variedade bastante grande de peixes, marcando uma das atividades de sobrevivência dessas populações ribeirinhas. Assim, as famílias que ali habitam podem plantar duas vezes ao ano nas áreas dos lameiros e na beira das lagoas¹⁰, quando as águas começam a baixar, e quando as áreas de terras próximas do rio e das lagoas são fertilizadas depois das vazantes dos rios, bem como nas regiões de sequeiro ou caatinga, durante as chuvas que ocorrem na região entre novembro e março.

O Rio das Rãs é formado pelas cheias anuais do Rio São Francisco e alimentado, nos demais períodos, pelas lagoas criadas tanto pelas cheias quanto pelas chuvas, pela margem direita do grande rio que serpeia, beirando a caatinga, até que se encontrar em terras da fazenda Batalha. O rio delimita, de certo modo, a área sazonalmente inundável que na região é denominada “alagadiço” e também o faz com a área em litígio, conferindo-lhe o nome e a especificidade da ocupação¹¹.

A fazenda Rio das Rãs está localizada a 70 km da cidade de Bom Jesus da

¹⁰ Os lameiros e as lagoas são áreas importantíssimas para os moradores do Rio das Rãs e das outras comunidades que fazem parte da área. Os moradores desenvolvem ali atividades de mutirão em um trabalho coletivo para a produção de grãos, hortaliças, frutas e raízes que são utilizados na sua alimentação, principalmente, durante o período de seca que atinge a região.

¹¹ O laudo Antropológico caracteriza muito bem o território e as relações que os negros têm com as diversidades na lida com a terra (SOUZA, 1993, p. 12).

Lapa, região do Médio São Francisco. Desde a sua emancipação política no início do século XX, foi limite natural entre o município de Santo Antonio do Urubu, hoje Paratinga, e o município de Carinhanha. Com a emancipação do distrito de Malhada em 1961, o Rio das Rãs passa a ser o limite natural entre Malhada e Bom Jesus da Lapa. Segundo Carvalho (1995, p. 84):

Seguindo o roteiro de Joaquim Quaresma Delgado, ai se localizava o caminho por terra, aberto pelos bandeirantes para estabelecer a comunicação com as minas de ouro e diamantes. Caminho usado pelos tropeiros para abastecerem de viveres essas regiões que iam da Chapada Diamantina as minas de Jacobina. O roteiro encerra-se no morro de Bom Jesus da Lapa, depois de atravessar o Rio das Rãs e passar pelas fazendas Batalha, Voltas e Campo de São João.

Francisco Magalhães, grande narrador, morador da Brasileira, fornece informações sobre como os negros foram se fixando no lugar:

Aqui não tinha negro, só índio. Os primeiros africanos que chegaram fugiram de um navio negreiro. A casa velha do mocambo foi feita pela escravatura, os escravos que vieram da África para Salvador, o senhor entende, não é? Alguns oprimidos que não gostam da escravidão, alguns fugiram e vieram para as matas de Brumado, os brancos caçaram eles e eles vieram para a região, com a abertura das estradas eles foram descobertos pelos brancos e os negros se mudaram para um lugar chamado "Ladeira dos Gatos", saíram de lá e vieram acampar no Mocambo, um lugar cheio de água e caça (MAGALHÃES, 2004, depoimento).

O depoimento de Francisco Magalhães é rico em detalhes sobre a trajetória dos primeiros negros que chegaram à região do Rio das Rãs. Esses detalhes mostram como os negros politizam a sua própria história.

As experiências sociais vividas pelos moradores do Rio das Rãs são recordadas em vários momentos dos depoimentos como formas afirmativas de sua cultura.

Os moradores do Rio das Rãs conservam na memória dos mais velhos a história que animou seus mais de dois mil habitantes numa luta de dezesseis anos para garantir o direito de permanecer na terra conquistada por seus ancestrais,

“Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso”, afirma José Francisco Cruz, “nascido e criado no Rio das Rãs como meus pais e os pais deles”, faz questão de dizer (JORNAL CORREIO DA BAHIA, 2000, p. 3).

Na memória dos moradores do Rio das Rãs, está sempre presente a origem do grupo, como pode ser observado em alguns depoimentos que estão no Laudo Antropológico elaborado em 1993.

Nós já achou esse mocambo. Negro mocambado é um negro que fez uma coisa errada e ficou escondido. É negro fugido, negro escondido. Aqui, tinha negro mocambado, sim. Quando nós mudou, ali pro Enchu, nós encontrou muita lembrança dos negros e dos índios mocambados cada cachimbão de barro queimado! Potes, panelas, pratos. Osso humano enterrado nos potes. Esse povo era uma parentage só (SOUZA, 1994, p. 26).

O depoimento sobre a presença indígena também é confirmado por Francisco Ferreira Magalhães:

No mocambo, era grande o número de negros e índios, era muita gente, muito negro, quando eles já estava reunidos trabalhando. Trabalhando assim, de roça, de roça de caça. Tinham casa de choupana, de cavaquinho, comiam mel de abelha, eles mesmo faziam o ralo de ralar a mandioca, a roupa eles mesmos faziam teal, plantavam o algodão faziam o teal, daí a mulher descarçava no fuso para fiar a linha tecia e vestia desses costumes deles (MAGALHÃES, 1997, depoimento).

Os depoimentos apresentados, presentes ainda hoje, enfocam fortemente a presença indígena nas comunidades do Enchu e da Brasileira, na memória de alguns moradores dessas localidades. A historiografia brasileira sobre quilombo aponta a presença de índios aquilombados bem como a utilização dos mesmos, nas expedições organizadas por capitães do mato, no ataque a negros fugitivos.

A memória aqui não é só o narrar. Memória é também trabalho, festas, costumes, culturas. Culturas como modo de vida e modo de luta.

Segundo Stuart Hall (2003, p. 248), na realidade o que vem ocorrendo freqüentemente ao longo do tempo é a rápida destruição de estilos específicos de

vida e sua transformação em algo novo. A “transformação cultural” é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas.

Segundo os estudos feitos durante o processo judicial sobre a análise da cadeira sucessória para a identificação de um possível proprietário para a fazenda Rio das Rãs, não foram encontradas provas suficientes que definissem o território como pertencente a um determinado proprietário Provavelmente, segundo o Laudo, as terras da fazenda Rio das Rãs faziam parte da Grande Fazenda Batalha pertencente ao morgádio dos Guedes de Brito, tendo como último herdeiro Joana Guedes de Brito.

Essa constituição geográfica, estabelecida desde o período colonial, possibilitou a presença de grupo de negros fugitivos que se organizavam em forma de quilombos para fugirem das mazelas da escravidão. O lugar íngreme, com grande quantidade de caça, e pesca devido a presença dos rios e das lagoas, ajudou a fixação e permanência dessa população negra nesse território.

Os estudos feitos no final da década de 1970 pela Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC), já apontavam que a região do Médio São Francisco e, conseqüentemente, a fazenda Rio das Rãs como áreas de possível especulação imobiliária deflagrada pela existência de projetos de irrigação por parte do governo federal. Essas áreas se tornavam alvo da ganância de grandes fazendeiros que queriam explorá-las sem levar em conta a presença de um grande número de trabalhadores rurais, que ocupavam essas terras há muito tempo.

Na década de 1980, foi articulado nas esferas do governo federal, por interferência do poder estadual, o Plano Diretor do Desenvolvimento do Vale do São

Francisco (PLANVASF), projeto de desenvolvimento regional elaborado pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e do Ministério do Interior. O projeto a ser desenvolvido entre os anos de 1989 a 2000 dizia ser voltado para os pequenos e médios produtores rurais do Vale do São Francisco. Nele estava previsto a realização de subprojetos de irrigação, formação de empresas, intervenção na atividade pesqueira, na produção e beneficiamento de grãos, dentre outras ações.

O Plano Diretor conduzia ao propósito da conversão de terras de uso comum à possibilidade de apropriação individual e à sua conseqüente conversão ao mercado. As transações imobiliárias e o respectivo registro legal e individual dessas terras constituem mecanismos fundamentais ao desenvolvimento do capital, justificado em idéias gerais de modernização agrícola e que encontra apoio junto a empresas bancárias e às agências do mercado financeiro em geral pela liberação de linhas de crédito. Para Alfredo Almeida, este movimento pode ser observado na região do médio São Francisco, através das pressões constantes dos programas de titulação que objetivam o parcelamento e a individualização de lotes ou fazendas irrigadas e, por outro lado, no recrutamento das tentativas de apossamento ilegítimo e de grilagem cartorial, responsável pelo clima de conflito e tensão (ALMEIDA, 1989, p.163-196).

A possibilidade de se desenvolver nessa região projetos de expansão agrícola gerou expectativas, principalmente por parte de grandes fazendeiros que viam nesses projetos as possibilidades de ampliar as áreas produtivas sem considerar, entretanto, a presença de antigos moradores, entre eles os negros que habitavam secularmente as terras em torno dos Rios das Rãs e São Francisco.

As contradições se acentuam na medida em que o Estado disponibiliza essas

terras para o desenvolvimento de projetos de irrigação para grandes proprietários. Centenas de trabalhadores rurais que ocupam ancestralmente esses territórios estão sendo expulsos por grandes fazendeiros que adotam métodos extremamente violentos.

Os moradores do Rio das Rãs também são alvos dessas expulsões: muitos foram para São Paulo em busca de trabalho, fugindo do conflito, enquanto que outros buscaram criar organização que ajude a enfrentar o processo de expulsão do território.

Toda essa situação provocou, no início da década de 80, uma acirrada disputa entre ricos fazendeiros e antigos moradores da região. Entre esses moradores estavam os negros do Rio das Rãs.



Figura 1.1 - Mapa da Bahia: localização do Rio das Rãs.

No início da década de 90, os moradores do Rio das Rãs juntamente com as entidades representativas dos trabalhadores rurais e entidades de apoio que acompanhavam a disputa pela posse da terra ampliam as suas estratégias de luta e passam a reivindicar a desapropriação do território como área pertencente a antigo quilombo.

Para que a desapropriação ocorresse dessa forma, era necessária a elaboração de um Laudo Antropológico que pudesse diagnosticar a presença histórica de negros que habitavam esse território. O Laudo Antropológico, parte dos trâmites legais para o reconhecimento da área quilombola, foi elaborado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília a partir de solicitação feita pelos remanescentes à Fundação Cultural Palmares e a Procuradoria Geral da República.

O Laudo Antropológico aponta para a forte presença de moradores negros nas comunidades pertencentes ao território do Rio das Rãs. Essa forte presença negra ajudou na identificação de pistas que apontam a comunidade como originária de antigo remanescente, ao mesmo tempo em que discute o direito de posse desses remanescentes e defendem a desapropriação como terras pertencentes a antigos quilombos, para que se faça cumprir o que está na Constituição Federal, em seu Artigo 68.

Várias destas comunidades permanecem agregadas até os dias de hoje,. Algumas, inclusive, guardam resquícios arqueológicos, que revelam dimensões de uma cultura viva.

O reconhecimento das áreas de remanescentes de quilombos não se materializa mais pelo isolamento geográfico, apesar das grandes dificuldades de acesso para alcançar o núcleo residencial de algumas delas, nem pela

homogeneidade física ou biológica dos seus habitantes. É mais plausível afirmar que a ligação com o passado também revela dimensões de uma cultura específica vivenciada em determinado local em que prevalece a coletivização dos bens materiais e imateriais.

Estudar os remanescentes de quilombos, articulados pelas suas organizações e pelas entidades que os apóiam no processo de luta, permanência e resistência a conflitos de terra contra fazendeiros, na região do Médio São Francisco, é fazer com que outras formas de resistência venham, inevitavelmente, à tona, pois as formas de resistência são de tão envolventes que giram ao seu redor outras dimensões e forças mediadoras dos sujeitos articulados em processos de vida pluriculturais.

As formas de resistência, os embates não ocorreram somente no campo jurídico, também aparecerem de maneira simples no cotidiano da comunidade através de seus grupos culturais e religiosos que lutam para a manutenção cultural do grupo, como pode ser observado, abaixo, no depoimento de Marilene, membro integrante da Equipe da Comissão Pastoral da Terra de Bom Jesus da Lapa.

Eles estavam assim na evidência mesmo vivenciando muitas coisas tinham deixado de praticar, é a gente percebe assim, que o samba de roda que as mulheres, são mais as mulheres do que os homens, os homens também fazem, mas é muito presente na vida das mulheres é já é um resgate. Eles já tinham perdido um pouco então resgataram, resgataram a capoeira. É interessante que eles conseguiram uma pessoa muito dinâmica da comunidade que faz com muito gosto o trabalho de resgate cultural com crianças, com jovens e com adultos, que é o professor Zezinho, que tem trabalhado de uma forma muito bonita lá, com os jovens e com as crianças. Essa é a garantia da continuidade da cultura por muito tempo que é trazer presente na vida das novas gerações (MATOS, depoimento).

Os festejos religiosos e as rodas de samba que acontecem depois das novenas são marcos culturais da comunidade e podem ser vistos como formas de resistência que colaboraram para o processo de identidade dos moradores das comunidades da Brasileira e do Rio das Rãs, como demonstra o comentário de

Geraldo Pereira, morador do Rio das Rãs:

Já mudou muito porque aqueles velhos já faleceu. Tinha a festa de São João, tinha Divino Espírito Santo que era a festa mais festejada, tinha São Miguel era um festejo muito grande no tempo dos velhos, tinha todos os Santos, era rezar acabava a reza agora tinha o baile a rapaziada ia dançar a moçada, e tinha o samba que era pros velhos, aqueles que quando os velhos olhavam assim já estavam maduros aceitava mais se não fosse não aceitava, a lei de primeiro não era a de hoje, tinha que ser de maior (SILVA, 1997, depoimento).

Essas opiniões sobre os festejos também podem ser observadas nos depoimentos de Matildes, moradora da comunidade da Brasileira:

Tinha, tinha os festejos, nós rezava as ladainhas tinha São João, tinha São José, tinha São Miguel, nesse tempo tinha São Sebastião. Eu gostava era de todas porque eu ia nelas tudo (risos). Tinha uns festejos que as vezes juntava mais gente. Como o festejo de São Miguel mesmo que juntava muita gente. Rezava depois que acabava a reza aí nos ia samba, dança, ia pula. Há hoje acabou essas coisas pra mim. Eu perdi a graça e acabou esse negocio de musica no radio, em gravador, essas coisas aqui pra nós acabou, quase que completamente e a brincadeira de primeiro era mais bonita eu achava sei lá. Juntava muita gente, o pessoal brincava. Tinha o samba que sambava os pessoal adultas, brincava homem e brincava mulher também (NUNES, 1997, depoimento).

Um grande número de moradores faz referências aos festejos que a comunidade tinha e as mudanças ou desaparecimento que sofreram durante a fase do conflito. Alguns consideram que os moradores mais velhos foram morrendo e muitas festas deixaram de acontecer ou foram sendo substituídas pela diversão dos mais jovens com som eletrônico, e por outras mudanças trazidas por jovens que moraram ou passaram um período em outras cidades.

Muitos dos trabalhadores do Rio das Rãs não se submeteram ao domínio do fazendeiro Carlos Bonfim e foram encontrando cotidianas formas de resistência, continuando sua rotina de trabalho na roça, da criação e ordenha dos animais, da pesca artesanal. Esses pontos de resistências foram extremamente significativos para que a comunidade buscasse outras formas de permanecer no território. Mesmo assim o fazendeiro conseguia intimidar e cooptar alguns trabalhadores, oferecendo

trabalho na fazenda, levando e trazendo alguns moradores até a sede do município de Lapa, como testemunha Marilene:

O fazendeiro conseguiu dividir as comunidades além de expulsar, dividir também, conseguiu a adesão de alguns trabalhadores, que iam trabalhar para ele na fazenda dele né. Então isso complicou um pouco a organização dos trabalhadores. Não chegou a esmorecer a luta. Eu sei que o pessoal foi enfrentando aos poucos, nós apoiando (MATOS, depoimento).

Em todo esse processo de luta, foram marcantes os apoios recebidos pelos trabalhadores de entidades e instituições que passaram a conhecer a questão e a se posicionarem diante dessa tensão. Significativo papel teve a Comissão Pastoral da Terra através de seus membros que acompanham o conflito desde a década de 1980. Segundo Marilene:

A CPT sempre foi assim uma presença de força, de estímulo, um apoio a eles, assessorando, discutindo, ajudando na organização local e na viabilização das reivindicações, ou via movimento sindical, ou via denúncias, todo um trabalho que foi feito junto a essas comunidades e é no decorrer do tempo a gente recorria a todos os meios, todas as vias para estar encontrando saída para essas comunidades e na luta pela Reforma Agrária (MATOS, depoimento).

A luta na comunidade do Rio das Rãs não era isolada, inseria-se no contexto nacional da Luta pela Reforma Agrária, que se desenvolvia fortemente em todo o país, marcando suas lutas com suas próprias peculiaridades. Para isso, era necessário somar forças, unir os trabalhadores, encontrar formas de resistência para que pudessem continuar em suas terras. Segundo Marilene:

Foi assim o foco principal de todo o trabalho ali desde o começo desde a defesa da posse, mas buscando também essa dimensão da Reforma Agrária e aí então, a gente descobriu através de um apoio muito significativo do Deputado Alcides Modesto, que na época tinha conseguido se eleger pelo Partido dos Trabalhadores. Assim as primeiras vitórias que o Partido dos Trabalhadores estava tendo a nível de parlamentar e ele então encampou essa luta em pró das comunidades negra e aí descobriu que existia o Artigo 68. É foi ele que trouxe para nós essa proposta essa, dimensão de uma nova canalização da luta em Rio das Rãs, e foi muito importante à presença dele, o apoio à canalização que ele fez, mas limitado por conta de que o Artigo 68 não era regulamentado na época e ele junto com Benedita da Silva, outros parlamentares lutaram muito com um

anteprojeto, elaborando projeto complementar para a regulamentação do Artigo 68¹² e nunca conseguia passar na votação da câmara. Eu sei que foi muito difícil, mas a gente em meio a todas essas dificuldades foi encontrando as formas de articulação dessas lutas com outras lutas no Pará (MATOS, depoimento).

O apoio de políticos de esquerda no acompanhamento das questões que se desenvolviam em Rio das Rãs foi bastante significativo, em especial, segundo o depoimento de Marilene, o apoio dado pelo deputado federal Alcides Modesto, ex-padre que havia acompanhado um grande número de conflitos de terras na região norte do estado. Diante da problemática do Rio das Rãs, Alcides Modesto colaborou para levar a questão ao Congresso Nacional.

Na luta pela sobrevivência os remanescentes enfatizam certas práticas, assumem maior consciência de sua situação no embate com outras forças. Membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) vão se dando conta disso no acompanhamento mais sistemático desses grupos.

A área em litígio apresenta elementos dessa cultura que podem ser observados no jeito de ser, de se divertir e de trabalhar desses moradores como aparece neste depoimento de Francisco Ferreira Magalhães, morador do Rio das Rãs quando fala das diversas formas de pescar nas lagoas:

A vida toda era assim o modo de viver, agora ali eles ia pescava, pegava peixe ai nessas lagoas era pescado de chuchó, pescava de tarrafa, pescava justamente de anzol, pois é. O primeiro modo de pescaria que tinha aqui numa rede nos estávamos acostumado a fazer aqui no nosso quilombo, homem mesmo da nossa sem ter estudo, eles mesmos estudaram pra fazer uma rede de croá. Pegava o croá ai no Mucambo era o que bem tinha, tinha não que ainda tem, pegava aquele croá botava de molho depois daquele croá de molho agora tirava aquelas sedas daquele croá e botava pra seca. Agora fazia o carretel, trá, trá, eles mesmos estuciava, fazia aquela linha de carretel e ai agora enchia aquelas agulha e agora fazia aquela rede, tecia aquela rede da mesma corda do croá. Eles fazia a corda de traz, da mesma corda eles faziam de traz de chumbo e fazia da curtiça. O chumbo eles pegavam aquele chumbo de barro, assim furava, quando acabava queimava no sistema da loja que fazia pra cozinhar, botava pra queimar

¹² Artigo 68 conforme Laudo Antropológico “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhe os títulos respectivos.” (SOUZA, 1993, p. 3).

aquele chumbo e agora ia botar aquela rede matava peixe (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

São diversas as experiências construídas por esses trabalhadores para conseguirem sobreviver e tirar o sustento não só da terra mas também dos rios e lagoas. Para Geraldo Pereira, morador do Rio das Rãs, “existem várias formas de pescar: tem a tarrafa, a rede, tem uma pesca que a gente chama de chulo, a gente pega muito peixe também de anzol.”

Na continuidade do depoimento de Chico de Helena, observamos outros modos de construção de seus instrumentos de pescaria:

[...] quando às vezes era uma lagoa, justamente que não podia passar a rede, que a lagoa às vezes era cheia, inventou a comomonha, é feito de ramo agora pega um cipó preto, tem um cipó, que nós chama de cipó preto. Agora pega aquele cipó agora com uma largura como daqui na casa de dona Nilza (aponta) estira aquele cipó no chão, quando acaba pega uns cambão pega ele e faz assim uma peia, aqui assim (mostra como se faz), faz a peia de um aqui feito assim até um cambão e faz o outro o de cá agora embrocha aqui e coloca aqui (aponta) aqui é o cipó agora ele fica aqui por debaixo do cipó agora aqui enche de folha vai enchendo de folha, enchendo de folha, quando acaba pega aquela outra parte do cambão e marra fechou, fica assim uma posição dessa artura aqui assim (aponta) tecido de ramo ai se da o nome comomonha, agora ali bota naquela lagoa e agora junta mais de dez, quinze ou vinte homem pra puxa. Bota ela ali na lagoa um pega de lá dez homem pega no cabrecho se for possível dez de lá, dez de cá e vai puxando agora é calçado aqui no joelho, tem vinte pra toca aquela comomonha tudo junto na hora que gritar vamo ai agora aquele de lá puxa naquela parte de lá na ponta, aqueles dez homens e o outro empurra como o joelho. Agora avisa vão vê fulano, vão vê naquela ponta da banda de lá agora bate com o joelho, mais bate o joelho até empurrar pra frente até quando chega naquela posição quando for na ponta agora estaca, agora estaca se vai matar o peixe de visga ou se é de chucho ai mata, mata. E quando esvaziar a metade agora vamos dar mais uma mão torna consegui até quando encosta na ponta mais é muito peixe esse ai (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Segundo Chico de Helena, essas formas de construir os instrumentos de pesca foram ensinados pelos mais velhos, desde os tempos dos seus bisavós. Quando a pescaria era muito grande, os peixes eram salgados, feitos os fardos e vendidos para vários municípios da região, como aponta o próprio Chico de Helena:

Esses peixes vendia pra esse pessoal aqui de Caetité vinha, esse pessoal aqui de Riacho de Santana, esse pessoal aqui pra essa lado aqui de Guanambi, tirava pra Lapa que era uma casa que vendia nesse tempo o peixe era sargado não era como a hoje não que bota no congelado era sal de sal grosso agora pegava aquele Sali, botava no pilão e pisava, o senhor já conheceu o sal grosso, pisava, agora as mulher juntava de ficar com calo na mão. Esse sal comprava na Lapa, a gente ia na Lapa comprava aquele sal grosso, ou vinha de Caetité trazia nos burros, naquele negocio de tropa, encomendava dez ou quinze sacos de fardo , de tropa, carro não tinha tanto, não tinha estrada pra carro (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Essas experiências com uma grande variedade de instrumentos de pesca, feitos pelos próprios moradores, estão ligadas ao seu modo de vida, como diz Chico de Helena:

Agora quando era uma lagoa mais pequena ia fazer o rolão, é feito de folha a mesma coisa também se dá o nome de rolão mais é pescaria também ai agora pega o cipó coloca assim estira da largura da lagoa agora vai pegando aquele ramo e botando ele por riba daquele cipó agora acaba pega e marra vai amarrando, vai amarrando, até sai lá ai agora pega um gancho, pega um gancho pega no sistema da comomonha a mesma coisa pega lá uns na ponta e outros de cá agora os outros vem pega assim (faz gestos) fazendo a comparação aqui é o rolão né agora um chega enfia um gancho aqui outro lá vai empurrando e lá vai ele até o que encosta lá na ponta pra matar o peixe tudo é experiência de nós de cá da geração da raça negra né o modo de viver (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Uma outra forma de pescar também é explicada por Chico de Helena, que fala com muito entusiasmo desse período de fartura de peixes nos rios e lagoas:

E a fisga o senhor entende o que quer dizer a fisga não. A fisga pra matar o peixe na lagoa é como se o cara agora pegava fazia uma fisga quando acabar encastoa ela aqui. Faz de ferro é de ferro, faz até do anzol mais ela aqui ela é mueca faz ela assim como um anzol né mais aqui encastoa ela , ela é encastoadada aqui no pedaço de pau agora aqui, é como se fosse a lagoa né agora junta todo mundo dez ou quinze homem naquela lagoa que tem peixe e sai assim com aquela vara ó, o quando pessoal chegar o vê eles cai pra traz mata peixe de seis, sete, oito fardos na fisga esse é o modo de viver tudo é o modo de viver nos viver aqui. è dos outros dos velhos (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

São muitas as alternativas encontradas pelos moradores do Rio das Rãs, da Brasileira e de outras comunidades da beira dos rios para trabalharem com a pesca artesanal, como pode ser percebido no exemplo dado por Chico de Helena:

Quando tinha a enchente à pescaria de armadilha, o senhor entende a pescaria de armadilha agora, pois passava pra outro tipo de pescaria no tempo do surubim jogado de anzol o que é que se faz pega uma piaba, uma manjuba assim (aponta o tamanho) pega uma manjuba, uma piaba ou quinze piaba que seja agora pega uma vara bota mais ou menos uma braça assim de corda (demonstra a medida com a abertura dos braços). Agora só presta também se tiver a canoa agora no rio ou na lagoa como seja pega aquela isca e fica batendo na água (gestos). É batia na água, tudo é da geração da raça negra arte mesmo da gente né. Agora pega aquela vara e fica batendo aqui de dentro da canoa e a vara na água pum, pum, pum, batendo até chegar o surubim, quando ele chega pra pegar no anzol ronca ai ele ronca ai o senhor pode esperar a pancada ai o senhor passa a mão mata vinte, trinta peixe, com uma pescaria dessa mata trinca, quarenta peixe, isso ai é a pescaria de água batida (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Seu Francisco Magalhães fala também da pescaria feita com flecha. Segundo ele, trata-se de um conhecimento aprendido, provavelmente, com os índios:

Agora a outra é a de flecha o senhor entende né. Quando a Curimatá esta no alagadiço, agora eles fazem o arco igual ao do índio nós tudo aqui sabe, eu mesmo sou bonzão nisso ai. Agora o senhor pega (demonstra como atira a flecha) o curimatá ta lá o senhor é só puxa aqui assim tope e sorta a flecha mata quinze, vinte, trinta curumatá de vez. Isso tudo é o meio da gente viver aqui dentro do quilombo (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Como podemos observar, são muitas as experiências construídas por esses trabalhadores em uma convivência harmoniosa com a natureza, tirando dela o seu sustento, como explica Francisco Magalhães:

Já falei da pescaria de flecha, agora quando era nas águas como se fosse o caso tinha a pescaria de cofo. O cofo é feito um balaio agora faz aquela boca, como se diz o caso, agora se pega aquela isca e coloca ali dentro para entrar o peixe, entra assim (gestos) a porta é assim, a boca do cofo é assim (faz a demonstração como é). Agora lá é a ponta pra entrar o peixe à isca ta lá dentro o peixe vem e entra agora pra vim de lá pra cá ele topa com as pontas, ai fica bem assim ó (gestos) pra entra, entra agora mata trinta, quarenta piranha, depois não sai, pra entrar entra muito bem, mas pra sair não sai essa é a pescaria de cofo (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Todas essas aprendizagens com a pesca foram se acumulando ao longo do tempo e fazem parte da vida desses moradores que se acostumaram a conviver com os rios e lagoas.

As lembranças contadas pelos mais velhos também fazem parte do universo

dos moradores estudados, como mostra o depoimento do professor Zezinho, morador da comunidade da Brasileira:

É dessa história nós sabemos, contado pela minha mãe, porque meu pai eu não tive muito contato assim de está tomando explicação sobre eles lá, mas ela antes dessa história de se falar do Mucambo aqui a gente já sabia algumas coisas, falava de uma barragem que tinha sido feita pelos escravos, uma barragem muito grande, ela foi feita manual né? E eles também tinham uns estilos diferente, eles tinham muito costumes assim com os animais certo? Quando eu falo os animais assim esse costume assim de ta em contato com as onças, macaco, é eles falavam muito do coelho, falavam muito da onça, da raposa, e também sobreviver da caça dos animais e a maneira deles pescar também com o chucho de candial e a maneira deles fazer os poços pra eles poder ter a água que era feita à cacimba e vários outros costumes a maneira de cultivar a roça também (SILVA M., 1997, depoimento).

Esse contato com os animais, a caça faziam parte da vida dos moradores, do seu habitat. Ali encontravam os alimentos que precisavam para sobreviver. Lembrar é reviver os momentos vivenciados pelos seus antepassados.

[...] então isso quando ela me falava de tudo isso da maneira como eles foram criados a maneira dele se vestir eles pegavam o algodão eles tecia era no teal né? Fazia as rouponas gerais, assim umas camisolas eu achava esquisito pela época de hoje eu achava esquisitos mais pra eles que viviam isolados né? Achava muita coisa assim que pra mim no meu tempo hoje eu até gostaria de reviver um pouco aí esses tempos também porque eu gosto muito das coisas antigas assim (SILVA M., 1997 depoimento).

O tecer não simboliza somente fiar o tecido, mas devia estar associado à energia dada ao ritmo da oralidade, provavelmente os antepassados deviam tomar a palavra como ritmo de trabalho.

As lembranças dos remanescentes são sempre carregadas das experiências vivenciadas por seus antepassados, por aqueles que tinham vivido no período da escravidão. Ao colocarem-se em tempos diferentes isso é significativo na medida em que consideram esse passado como referência. Saber que estão no presente e dizer isso faz parte do passado, aqui estão os seus valores, é a própria construção da identidade.

As comunidades remanescentes de quilombos vêm construindo um processo de auto-identificação bastante dinâmico. Por ocasião do *I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais*, que aconteceu em agosto de 2005, em Luziânia – Go, os quilombolas e representantes de comunidades de terreiro elencaram uma série de elementos que devem ser considerados na construção dessa identidade: o cuidado em não introduzir uma identidade a partir de elementos externos, esta deve ser assumida a partir dos próprios indivíduos; as bases de denominações são os troncos familiares cujo sobrenome nem sempre vem da africanidade, mas, em muitos casos herdados do antigo senhor; as especificidades em relação a sua ligação a terra: uso comum, a terra não como mera propriedade, mas como elemento de identidade de espaço de reprodução social e cultural; os fortes laços de parentesco; a forte cooperação, especialmente entre as mulheres; a riqueza da história oral que permite manter a memória da africanidade e do significado de escravidão; o respeito aos patriarcas e à grande diversidade lingüística, que embora não seja falada uma língua “puramente” africana, são conservadas expressões que remetem as suas origens.

Essas comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais, cuja identidade étnica e cultural os diferencia do restante da sociedade.

Em relação às comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira essa identidade se firmou através da manutenção do uso coletivo da terra, da solidariedade do grupo, do respeito aos mais velhos, do samba de roda, da capoeira e de todo um modo de vida.

A memória é um elemento da cultura por meio da qual os remanescentes se fortalecem como sujeitos. São várias as histórias trazidas através das narrativas que retomam lembranças relacionadas à esperteza, à sobrevivência, a estratégias de

vida.

Essa narrativa nos leva para um tempo das fugas, quando os escravos fugitivos tinham que enfrentar as dificuldades das matas, o seu habitat. A fuga para a mata era a volta para a África. Podiam também se aliar aos grupos indígenas ali existentes, que melhor conheciam a região. Moisés Cândido da Silva, Professor Zezinho diz:

Diz que o negro foi pescar e de repente ele tinha que pescar e entregar só diretamente pras pessoais da casa grande. E nesse dia ele usou uma técnica de pescar e dividir um pouco então ele tirou a cabeça do peixe entregou só o corpo pra casa grande à cabeça do peixe ele entregou pra mulher, mas aí deu um problema que o peixe era muito grande e ele estava contando a história pra o senhor que ele tinha perdido a cabeça do peixe porque ele tinha dado um baque muito forte na linha e a cabeça do peixe ficou dentro do rio e só veio o corpo pro bote dele bem na hora que ele estava contando essa história a mulher chegou e falou pra ele que, porque ela tinha ido botar a cabeça no fogo lá escondido mais não coube no caldeirão, então ela chegou e falou pra ele: marido cabeça não coube mandou lembrança ele também muito experiente que ele tinha usado de passar a mão mesmo de pegar escondido, aí ele respondeu: parte no meio também não mandou não e aí também ela voltou, foi lá e dividiu a cabeça do peixe. De repente coube na panela e deu tudo certo, então quer dizer são histórias que pra mim hoje são construtivas pra eu poder contar aqui dentro da escola (SILVA M., 1997, depoimento).

As lembranças aqui valorizam a astúcia, a esperteza, as experiências dos negros na luta pela sobrevivência cotidiana, que são reforçadas a partir dessas histórias que são narradas pelo professor Zezinho para seus alunos em sala de aula.

O depoimento traz uma voz do passado, uma voz que tem importância para o presente, pois é, significa e justifica o próprio presente, apoiado em lembranças de um modo de vida já vivenciado que criou raízes no lugar em outros tempos, por outros sujeitos, mas ainda está presente na memória dos remanescentes. Essas lembranças reforçam direitos e podem auxiliar na reconstrução das imagens gastas e esquecidas com o passar do tempo. Portelli alerta:

O tempo de certas recordações pessoais: a fórmula 'nos tempos da escravidão' usada na tradição negra para apresentar tanto relatos populares quanto narrativas da família: [...] Tentei aqui explorar a relação entre tempo e a narração de estórias – entre tempo e os modos como às estórias são

contadas oralmente pelos narradores como são moldadas pela presença daqueles que as coletam e como são escritas por um historiador - em culturas dotadas e moldadas pela escrita (PORTELLI, 2004, p. 296-7).

As lembranças desses remanescentes trazem o tempo passado na afirmação de sua presença no lugar. Para observar isso, o pesquisador deve tomar todos os cuidados ao interpretar os diálogos estabelecidos através das fontes. Estas devem ser colocadas dentro de um contexto de investigação, para que o pesquisador avalie como foram geradas e quais seus significados na dinâmica social vivida.

Ao fazer um comentário sobre o ato de lembrar, Antonacci (1998, p. 10) opina que neste gesto a memória é sempre pessoal: “Memória que mesmo sendo engendrada de diversas formas no meio social, é sempre pessoal no ato de lembrar, jogando os sujeitos sociais, com seus modos de experimentar e atribuir sentido a suas vivências, para o âmago da história.” (ANTONACCI, 1998).

Os costumes dos remanescentes se diversificam, de acordo com o processo histórico de cada região onde foram criados “Mas eles apresentam diversos traços comuns”. Reconhecem-se os quilombos pelo modo de vida que levam. Mesmo estando próximos a cidades, conservam os hábitos do usufruto comum da terra, como produção de subsistência. Têm um calendário próprio de eventos e festas, marcado pela dança e oração. A religiosidade é fortemente marcada pela conjunção de tradições católicas e africanas. O idoso é respeitado como grande líder e conselheiro espiritual, a quem todos procuram quando querem tomar decisões.

Em Rio das Rãs, existe uma pluralidade religiosa, em especial na localidade do Enchu. Isso é bastante visível na importância de Andreilino, que pratica o culto da Jurema como foi observado por Carvalho. “Andreilino abre sua igreja ao público e, aos clientes, as segundas, quartas e sextas-feiras para os trabalhos que realiza com o auxílio dos médiun, que atuam com ele nas sessões de cura.” Nesses dias, recebe

também os clientes para consultas no quarto onde dorme em sua residência, sempre que necessário e solicitado. “Eu tenho sido a salvação do meu pessoal”, diz Andreilino. “Desenganados pelos médicos, vem aqui e fica bom”, conta a sobrinha; “de tudo ele vê, só não opera de câncer”, diz-nos seu irmão. O “véi Andreilino”, como é chamado, opera o seu ritual de cura na linha da Jurema, recebe o caboclo Manoel Guerreiro da Jurema, entidade que preside o trabalho e controla os guias. Manoel Guerreiro da Jurema é caboclo do mato. Vestido com tanga de palha, penacho de penas, flores na mão, na descrição do curador: “O rosto é igual ao meu”. A cor dele é mais moreno do que eu. É fechado. Fala sério e respeitam ele muito. “Ele veio para fazer caridade”. Dezenove guias atuam na sua igreja (CARVALHO, 1995, p.168-169).

A Influência de Andreilino em outras localidades também pode ser vista no depoimento de Marilene:

Foi muito, então Chico Tomé, tem também a outros mais novos que também vêm fazendo os trabalhos religiosos afro como agora eu não lembro o nome (risos), o nome dele e tem também dona Maria que é uma outra que faz também um trabalho lá, então têm três , quatro grupos que trazem ainda hoje presente a religião deles, de muita misturada, tem misturas hoje com Umbanda um pouco misturado, eu não entendo muito disso, mais tem um pouco de mistura mais a origem é das raízes afro descendentes e isso eu acho muito interessante que eles preservam ainda hoje (MATOS, 2005, depoimento).

As benzeduras e os remédios caseiros, as garrafadas, os banhos para “limpar” o corpo são rituais usados por muitos moradores, como diz Matildes Nunes:

Tem Maria do Carmo que benze, tem Leonardo. Eles indicam chá outros toma banho. Alguns desse remédios é de horta de dentro de casa, outros é da mata mesmo. É tem pessoas que às vezes eles passam que tome banho de alecrim com arruda, outros toma banho com uma planta que se chama preto velho, tem outra que se chama prate veloso, tem espada de Ogum, tem espada de São Jorge tudo é bom pra banho, tem o alfazema que também faz banho, faz chá, faz defumado (NUNES, 1997, depoimento).

A importância dada aos mais velhos e aos líderes espirituais, que muitos membros da comunidade respeitam, admiram, e dos quais ouvem os conselhos quando estão passando por algum problema, é ratificado no depoimento de Marilene:

Mas é as rezas, os cultos, que é que eles, Andrélino que é uma pessoa idosa assim lá na comunidade o que, que eles tinham na época assim que não foi destruído, as pessoas de referência, pessoas idosas, os conselheiros da comunidade, pessoas de referência espelhos, eles chamaram de espelho da comunidade Chico Tomé, que morreu com cento e tantos anos e foi assim a mola mestra da firmeza da luta pela terra, e Andrélino como conselheiro e curandeiro ele é quem resolve o problema dos doentes ali da comunidade. Há muito tempo, há anos e anos que ele presta esse serviço e está lá ainda hoje com uma função, muito, assim, significativa para a comunidade que é insubstituível praticamente e isso aí estava lá e permanece até hoje. Eles não conseguiram acabar com essa presença do conselheiro da comunidade, do curandeiro, daquele que é a referência posta pela comunidade (MATOS, 2005, depoimento).

Desde os primeiros contatos com os moradores da comunidade do Enchu, observamos o respeito que existe entre eles. Mesmo os que participam de outras religiões respeitam Andrélino pela importância que ele teve e continua tendo com seu trabalho mediúnico. A religiosidade é apresentada também como forma de resistência desses sujeitos.

Segundo Irmã Miriam, da Comissão Pastoral da Terra, essas relações religiosas se ampliaram pelo território do Rio das Rãs. Não são só os trabalhos de Andrélino no Enchu, se juntam a ele Leonardo e Maria do Carmo que são discípulos e atuam em outras localidades, contribuindo, assim, para que o sincretismo religioso se faça presente nas comunidades. “Percebemos que há certa junção das influências da religião católica e há também resquícios dos cultos africanos, como o culto da Jurema.” (BERSCH, 1996, depoimento).

Essa diversidade religiosa é ampliada com a presença de outras igrejas cristãs que têm uma dinâmica própria. Nos momentos significativos do conflito pela permanência no território, essas vivências religiosas eram usadas como estratégias

no enfrentamento com o fazendeiro. Segundo Marilene:

O pessoal tem o culto e as pessoas que praticam esses cultos não são bem vistas pela uma parte da Igreja católica, porque a igreja católica que tem o compromisso com a pessoa, com o ser humano, com a questão social, eles consegue relacionar com essa diversidade de culturas valorizando cada um na sua especificidade, na sua dimensão agora quando não se tem o compromisso, e a maioria dos padres que nós temos vão lá é fazer a sua missa e pregar o seu cristianismo aí fica complicado. Essa é uma coisa, agora questão das igrejas, das outras igrejas, das igrejas evangélicas chamadas à gente percebe assim é um pessoal que olhando de primeira é como se diz: não fedem nem cheira. Acho que sim porque os negros, eles sempre viveram dentro de suas estratégias, estavam participando dos cultos deles, é sigiloso ou não, escondido ou não, e também assim mostrando presença no que aparece que eles acham que socialmente vem trazer algum benefício para ele, que faz bem socialmente ta ou não ta, então eles usam as estratégias deles, muita gente que vão pra missas é nas sextas-feiras e na quinta-feiras vão para o terreiro (MATOS, 2005, depoimento).

A diversidade religiosa também faz parte do processo de resistência da comunidade na continuidade de suas tradições. A presença de outras seitas, é significativo na medida em que parece ser um indicativo de que os membros da comunidade não estão fechados, mas que se relacionam com outras culturas que interagem com eles. Isso pode ser observado também no depoimento do professor Zezinho, morador da Brasileira, que diz:

Predominantemente aqui, dizendo assim é a católica. Agora existe a católica e existe os protestantes também. Mas a católica nossa aqui ela é um pouco ineditável assim, meia esvaziada, quando a gente diz esvaziada significa mais amisturada, porque existe o Centro da Jurema que tem a sua maneira cultural e que a igreja não é muito aceita o seu trabalho que vocês trataria de espiritualidade, de espiritual. E tem outros que dizem sou católico, mas não que não segue as maneiras corretas de ser católico (SILVA M., 1997, depoimento).

Inicialmente as questões de conflito de terras na região do Rio das Rãs eram vistas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e entidades de apoio, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra da Diocese, da Fundifran, do Pólo Sindical de Ibotirama, como mais um dos casos de luta pela posse da terra entre trabalhadores rurais, posseiros e grandes fazendeiros. Miriam, membro da Comissão Pastoral da Terra, que acompanhou esse período do conflito, testemunha nesse sentido:

Não, não tinha, era assim, a consciência que o pessoal tinha é que eles moravam ali há muito tempo, mais como posse, é que eles estavam sendo levados como posseiros, a posse deles era que estava sendo lesada, e aí na época, os Teixeira estavam vendendo a fazenda para Carlos Bonfim e aí eles queriam fazer um acordo com os posseiros lá, e o acordo era passar 25 Hectares para cada posseiro. Então uma parte dos posseiros aceitaram outras não; outra não aí ficou aquela confusão interna na comunidade, inclusive, hoje a comunidade de Brasileira, que hoje é o povoado da Brasileira, ele se formou, é com essa gleba de 25 hectares, do acordo formado com o fazendeiro, e na época desse acordo até o bispo de Bom Jesus da Lapa, junto com o advogado da equipe de CPT, o do POLO Sindical, eles contribuíram, eles ajudaram na formalização do acordo, só que aí o fazendeiro, além de uma parte dos posseiros não estarem, a maioria aceitou, mas o fazendeiro não cumpriu o acordo com todo mundo, uma parte foi beneficiada com esse acordo, é beneficiada entre aspas, recebendo 25 hectares e a maioria ficou sem direito nenhum, então o problema continuou e a luta continuou com os posseiros até, isso foi em 82, 83, 85 a luta ainda era nessa dimensão. Mesmo na defesa da posse da terra, a consciência que eles tinham era que estavam sendo lesados na posse da terra (BERSCH, 1997, depoimento).

Essas lutas foram significativas, pois possibilitaram que esses trabalhadores se organizassem para resistirem à expulsão de seus territórios. Assim nos relata um dos membros da Pastoral da Terra, Marilene, que acompanhou o conflito em Rio das Rãs:

Mas teve assim focos de resistências o pessoal que ficou ali na Brasileira, na beira do rio, que ficou no Enchu né resistiram e Chico Tomé¹³ que nunca saiu ali de pertinho dos grandes currais que ele tinha ali no Retiro, é, mas ele estava ali na casa grande. Na casa antiga da fazenda e ele permaneceu lá não arredou o pé, é claro que com o apoio de todos que resistiram ali na Brasileira que é mais vizinho. E aí assim, a luta, sobretudo foi fincada inicialmente na defesa da terra, aí depois é que foi buscando os outros valores que a comunidade tem inclusive a cultura e tudo mais. É claro que tudo tem uma fundamentação lá na história deles e claro a força, a resistência, tudo tem fundamentação cultural (MATOS, 2005, depoimento).

Nos primeiros anos da década de 1990, as entidades de apoio que acompanhavam a questão do conflito na luta pela terra em Rio das Rãs sentiram a necessidade de conhecer melhor as questões históricas que envolviam aqueles trabalhadores rurais que apresentavam particularidades culturais em relação à maioria dos trabalhadores da região, como o samba de roda, a umbigada, a corrida

¹³ Chico Tomé, morador do Retiro uma das comunidades pertencentes à área da grande fazenda Rio das Rãs, considerado por todos como o grande patriarca, faleceu em 1999 aos 107 anos.

de argolinha, entre outros. O depoimento de Irmã Miriam, membro da equipe da CPT de Bom Jesus da Lapa, nos relata isso.

Foi em 1990 que nós começamos assim a conhecer mais de perto a comunidade, aí eles nos despertaram, não, não por uma questão de consciência deles, mas a realidade que nós fomos conhecendo, conversando com as famílias, sabendo da sua origem e tal, nós começamos a perceber que existiam traços assim muito nítidos, que nos despertavam para uma comunidade que deveria ter ligação muito forte com escravos, e aí começou o nosso interesse de conhecer alguma coisa a mais sobre a vida passada, a história das famílias. Quem nos deu uma força muito grande, agora, nessa área, história, pra conhecer a historia, a cultura, as raízes das comunidades foi o padre José Evangelista de Souza. Pe. Souza é historiador muito apaixonado por esses, pela história né, pelo conhecimento de comunidades, nós solicitamos fazer um estudo na própria área, através de entrevistas com pessoas, principalmente, com pessoas de mais idade, aí ele entrevistou pessoas que moram na área que conseguiram traduzir bastante da sua história. [...] Pe. Souza se dedicou a fazer algum, algumas pesquisa documental é certidões, registro de batizados, que serviu depois para orientar o estudo para o laudo (BERSCH, 1997, depoimento).

Essas questões iniciais apontadas pelo levantamento feito por padre Souza possibilitaram uma maior compreensão histórica sobre esses trabalhadores a criação de novas dinâmicas para o enfrentamento da problemática.

Os moradores do Rio das Rãs e da Brasileira vivem em comunidade, praticam agricultura de subsistência, casam-se entre parentes e sua religião apresenta uma diversidade que vai dos cultos afro-descendentes, aos católicos e evangélicos. Essa diversidade religiosa pode ser observada também no depoimento de Valdélvio Santos Silva, pesquisador e integrante do Movimento Negro Unificado:

A Única coisa, que eu posso entender é que o Rio das Rãs é um grupo negro rural, com o qual esse grupo tem contatos, com sociedade abrangente. Eles se formam enquanto um grupo que tem particularidades que tem identidade própria, mas, ao mesmo tempo, forma a sua identidade enquanto grupo na sua relação com outros grupos, e essa relação permite a incorporação de valores, não só no âmbito religioso. É isso que explica o fato de que o Rio das Rãs tem, vamos dizer assim, essa conformação no plano religioso de ser um grupo que incorpora diferentes confissões religiosas e algo absolutamente normal e natural (SILVA V., 1997, depoimento).

As questões que envolvem a pluralidade religiosa do grupo e como se dá o

acompanhamento das entidades, que estão diretamente na área, são percebidas também no comentário de Marilene:

Não atrapalha, você vê assim o pessoal vai, por exemplo: os crentes das varias igrejas que têm lá das várias seitas vão para a reunião da CPT, porque para eles é a vida, é o trabalho deles e eles estão querendo, vão atrás mesmo dessa melhoria de vida, agora as igrejas não se comprometem, enquanto igrejas elas não dão uma palavra nem a favor nem contra, não se envolvem (MATOS, 2005, depoimento).

Essas identificações foram acontecendo, já nas primeiras reuniões, quando os agentes da pastoral da terra passaram a acompanhar mais sistematicamente o conflito de terra entre o fazendeiro e os moradores, como fala Irmã Miriam:

Este estudo de fato confirmou aquela percepção que nós tínhamos, que havia uma ligação muito forte desses remanescentes com grupos de escravos e também nessas entrevistas, aí sim, a própria comunidade, a palavra quilombo não existia, quando começaram a ouvir a palavra quilombo algumas pessoas até misturaram com quilometro 'que negócio de quilometro?' (risos), então era uma palavra muito, muito nova (BERSCH, 1997, depoimento).

Para os membros da equipe da Comissão Pastoral da Terra, que acompanhavam esse momento particular da luta, esta realidade apontava para a necessidade de articulação, de mobilização das comunidades negras rurais, para o auto-reconhecimento da sua identidade étnico-cultural, o engajamento na luta pela conquista de seus territórios e pela implementação de políticas pública afirmativas, capazes de diminuir as desigualdades sociais, geradas pelas diversas diferenciações sociais existentes em nosso país, e para a valorização das culturas dos descendentes africanos, como um modo de vida e de experiências que se entrecruzam nas disputas sociais cotidianas.

O processo que levou as comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira a serem reconhecidas como áreas pertencentes a antigos quilombos foram possível devido ao estudo feito a partir do levantamento junto aos moradores das respectivas

comunidades. Os pesquisadores que elaboraram o Laudo Antropológico procuraram levantar a visão do habitat da comunidade, sob a perspectiva da ocupação territorial, observando usos, tradições e costumes próprios ao grupo, tudo visando à identificação da área necessária à sobrevivência, ao bem-estar e à sua reprodução física e cultural. Segundo José Jorge de Carvalho (1993, p.182), coordenador do Laudo:

Fomos capazes de mostrar que se trata de um grupo social com identidade muito definida, constituindo uma comunidade exclusivamente de negros, distinta radicalmente dos demais grupos circunvizinhos e que ocupa a área em questão, de forma contínua, desde muito antes da abolição da escravatura.

A partir da conclusão do Laudo Antropológico, a comunidade do Rio das Rãs, organizada e contando com o apoio de entidades e instituições que acompanharam todo o processo, passou a reivindicar junto ao Ministério Público a demarcação e titulação do seu território e o cumprimento do que define o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 (MATOS, 2005, depoimento).

Ao questionarmos a um dos membros da Comissão Pastoral da Terra, Marilene Matos, sobre os momentos mais significativos desse processo de disputa por território na fazenda Rio das Rãs, de imediato surge o depoimento:

Ah! Tem vários momentos né? (risos). Tem assim muitos momentos marcantes, tem momentos do conflito mesmo que a gente sentiu o povo. Uma vez o fazendeiro estava com os tratores lá no lameiro e nós programamos uma celebração lá no lameiro de estrategicamente colocar um marco da comunidade lá no lameiro, que era um cruzeiro, que a gente foi colocar lá, então eu lembro e o fazendeiro estava com os tratores fazendo a tapagem do riacho, do Rio das Rãs, tapagem que eles faziam as barragens deles e que desviavam o rio e terminava tapando o leito do rio que atrapalhava o pessoal do Enchu lá em baixo da comunidade que estava em baixo, isso acontecia ali mais ou menos entre Retiro e Brasileira e aí a gente conseguiu atravessar e ir pro lameiro porque isso era também uma forma de impedir que o pessoal continuasse o trabalho no lameiro e o pessoal conseguiu plantar e foi muito interessante aquele dia da celebração. Aí a gente pôde perceber a alegria do pessoal, a vitória pessoal de poder naquele dia fazer a colheita ali de melancia, de batata, de feijão, e a gente pode documentar, fotografar a produção do pessoal ali, muito interessante. E ali em pleno conflito ainda, isso é uma das lembranças marcantes que eu tenho dessa luta (MATOS, 2005, depoimento).

As estratégias de enfrentamento contra o latifundiário Carlos Bonfim se deram de várias formas, os remanescentes organizados reivindicavam na justiça o seu direito à propriedade da terra assim como constituíam também formas de resistência dentro do próprio território, como a produção na área do lameiro, nas vazantes dos rios, pois acreditavam que continuar plantando seus produtos de subsistência dava a eles unidade e força para continuarem na luta. Esses foram momentos de tensão em que a unidade dos envolvidos foi significativa para a continuidade do processo.

Um outro momento marcante dessas lutas foi as reuniões que a gente fazia com tanta gente, tanta gente em baixo do pé de juá que era a sala de reunião e lembro muito bem o dia que a gente foi aprovar, eles aprovaram, a gente foi ajudar nessa explicação da formulação do estatuto da associação quilombola, muita gente para fazer a aprovação do estatuto, a leitura do estatuto e compreender é porque a maioria da população é uma população analfabeta, gente que não sabe ler e escrever ainda hoje, é a maioria lá. E esse povo entendia com muita clareza o que queriam colocar no estatuto, foi muito marcante a gente saber que estava lidando com uma população que não teve acesso à leitura, não teve acesso à escola, tinha uma sabedoria de poder distinguir o que queriam e o que não queriam, muito interessante isso (MATOS, 2005, depoimento).

Segundo Marilene, a Comissão Pastoral da Terra teve um papel significativo nos diversos momentos da luta, no processo de aprovação do estatuto da Associação Quilombola, iniciado pelos trabalhadores, com o apoio das entidades. Para ela, destaca-se nesse processo o grande número de participantes nos encontros e reuniões.

Depois a festa da vitória, com a presença ainda da Irmã Miriam, que é uma pessoa que contribuiu muito lá na época, a festa da vitória na beira do rio lá no Rio das Rãs, na beira do Rio São Francisco, muito interessante. Assim o jeito como todo mundo ia chegando das comunidades com aquele sorriso na cara, assim mostrando a Deus e ao mundo a alegria que eles tinham de estarem ali comemorando aquela festa, a luta deles, então são vários momentos (MATOS, 2005, depoimento).

A conquista do território foi comemorada pelos moradores, por entidades e instituições que apoiavam os remanescentes numa grande festa com muita alegria, brincadeiras, samba de roda, comida; uma grande multidão esteve presente,

simbolizando, dessa forma, a importância da permanência dos quilombolas no território deles.

Ao analisarmos todas as questões pertinentes à desapropriação das terras como área pertencente aos remanescentes, não podemos deixar de lado as ameaças, as derrubadas de casas, a destruição das plantações com tratores, o envenenamento de rios e lagoas, a proibição da pesca. Estas foram atrocidades cometidas pelo fazendeiro Carlos Bonfim, na tentativa de expulsar os trabalhadores rurais negros da fazenda Rio das Rãs.

No enfrentamento de tudo isso, os remanescentes foram criando e recriando formas de luta e resistência que possibilitassem a preservação e ampliação de seu território e a garantia da sobrevivência diante de situações conflituosas, demonstrando a astúcia do povo negro, que acumulou, historicamente, formas de resistência no combate às mazelas experimentadas no cotidiano.

Para o historiador João José Reis (1996, p.09), onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente.

Várias foram as formas de resistência encontradas pelos quilombolas nos seus enfrentamentos pela permanência em seus territórios. Essas resistências, segundo Valdélino Santos Silva,

Se deram por diferentes meios e maneiras e que isso, teria que ser absolutamente normal e natural para se compreender, já que podemos concluir que não existe uma única forma de resistência ela ocorre no Brasil e no mundo de forma plural (SILVA V., 1997, depoimento).

Os remanescentes da fazenda Rio das Rãs continuam criando estratégias de resistência para enfrentarem o processo de exploração que ainda perdura na região, principalmente no que se refere às políticas públicas como a implantação de estradas, infra-estrutura, escolas, água potável e outras tantas que são enfrentadas no cotidiano, nas relações com outros sujeitos e nos próprios confrontos e divergências internas ligados ao seu modo de vida.

Essas formas de resistência constituem experiências que se articulam no processo contínuo da luta desses remanescentes e contribuem para o enfrentamento de novas lutas que possam ser vivenciadas. Essas experiências sociais também são culturais e devem ser sempre valorizadas, pois fazem parte do modo de vida construído e reconstruído pelos sujeitos. Devemos levar em consideração o que nos alerta E.P.Thompson, quando comenta sobre os silêncios reais que devem ser compreendidos através do diálogo do conhecimento. “E à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos.” (THOMPSON, 1981, p. 185).

Essa questão é uma preocupação presente entre as entidades e instituições comprometidas com os remanescentes de quilombo das comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira bem como entre os próprios moradores, pois a cultura do lugar, que foi significativo para o reconhecimento dos moradores como remanescentes, vêm aos poucos, nos últimos anos, sendo ocupada por novos costumes introduzidos a partir dos meios de comunicação, escola, novas formas de dança, novas músicas, principalmente entre os moradores mais jovens da comunidade.

Segundo vários depoentes, diversões como o Samba de Caixa, também chamado de Samba da “Imbigada”, o Maculelê, o Samba de Rodas, expressões

culturais que, durante muito tempo, fizeram parte da vida cultural desses moradores, estão desaparecendo aos poucos, como expressa professor Zezinho:

[...] falava também da base musical também da música era do samba, era do reis, era da chula as músicas às vezes era toca mais nesse tempo assim era viola então sanfona né? Mais os ritmos tudo uns ritmos animados assim bem mais rápido aquela coisa assim que fosse mesmo de energia, energia dos negros, não tinha negócio de coisa assim muito lenta não (SILVA M., 1997, depoimento).

Com o passar do tempo, várias mudanças podem ser observadas na cultura do lugar, até mesmo por parte dos moradores mais velhos, como fala Chico de Helena: “Fiz essa música nem aqui ninguém sabe cuma é. Essa vou mandar gravar, fazer um disco dela. Ela é uma música nova. A música se chama Desprezo de Mulher.” (MAGALHÃES, 2004, depoimento).

Os novos ritmos musicais que tocam nas rádios, principalmente na rádio Bom Jesus tem influenciado a musicalidade dos moradores de Rio das Rãs.

Eurípides Funes, estudando comunidades quilombolas do baixo Amazonas observa:

A Comunidade do Pacoval, suas manifestações culturais, seu cotidiano e seu modo de ser revelam suas origens. Origens mais bem expressas não apenas na cor da pele de sua gente, mas, sobretudo na memória, nas lembranças dos velhos, de histórias contadas por seus avós, que nos remetem sempre a um outro passado: o dos mocambos. A história dos avós é história vivida. Esses aspectos acabaram por revelar, de forma clara, que nem todas as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão desapareceram com a extinção de seus respectivos quilombos, como podem sugerir vários dos estudos historiográficos sobre esses agrupamentos, ao analisá-los sob a óptica do binômio formação/destruição (FUNES *apud* REIS; GOMES, 1996).

A memória dos mais velhos se expressa através da oralidade dos casos que são passados de geração a geração, “transmitidos de boca a ouvido de mestre a discípulo, ao longo dos séculos.” (HAMPATÉ BÂ, *apud* Ki-Zerbo, 1982, p. 181). Era esta a maneira encontrada pelos povos que não conhecem a escrita para

transmitirem os seus conhecimentos. Marilene, da Comissão Pastoral da Terra, traz um pouco desses momentos em que a união do grupo é um jeito de auto-reconhecimento:

Olha! Eu acho que a comunidade, ela se auto reconhece também buscando nessa avaliação da própria força que ela tem de se organizar de se reforçar com o outro, com o companheiro, com o irmão, é com o vizinho ali, eu acho que é o primeiro momento assim que eles sentem essa entre ajuda e que se reforçam , é aí que eles vão percebendo também que é através dessa força, da organização deles, que apesar dos apoios se eles não tivessem assim muito unidos e organizados e acreditando um no outro, eles não teriam conseguido só pelo apoio, e ajuda dos que vinham de fora, então essa é a primeira questão (MATOS, 2005, depoimento).

Na fala fica evidente a importância da união e da organização do grupo para dar continuidade à luta, pois, no embate direto, são os trabalhadores que enfrentam os conflitos e precisam construir as formas de resistência.

Depois começamos a fazer um trabalho de conscientização, de estudar a história da comunidade, é buscando assim a ajuda de pessoas, que pudessem ajudar. Nesse sentido, o MNU ajudou muito através do próprio deputado hoje Luiz Alberto, que na época era militante do MNU veio várias vezes na comunidade ajudar nisso, o Valdélino foi varias vezes, o grupo Olodum foi várias vezes, assim programado pela coordenação e associação da comunidade e pela CPT a contribuir lá em estudos, em discussões, que a comunidade foi aos poucos entendendo essa importância que é ser negro, de ser comunidade negra, a relação que essa história deles, a luta deles tinha com a história de todos os negros que foram trazidos da África na época da colonização e ai valorizando assim que os negros foram construtores dessa nação e que deveriam ter todo direito a terra e que sempre foram excluídos (MATOS, 2005, depoimento).

O trabalho de conscientização realizado pelos membros da Comissão Pastoral da Terra se alia ao que os remanescentes vivem e sentem, sem terem, talvez, uma clara e explicitada consciência dessa problemática.

Ao levantarmos alguns questionamentos sobre se o reconhecimento enquanto área de remanescente era uma questão pensada, imaginada pelas instituições ou algo presente no imaginário dos moradores do Rio das Rãs, segundo Marilene:

Eu acho que é uma soma é um complemento é uma coisa que vai junto, acho que no seio da comunidade sempre foi de se auto reconhecer, de buscar suas raízes, no fundo, no fundo sempre foi da comunidade esse objetivo e é claro encontrou respostas na, no apoio que eles receberam e os encaminhamentos que foram feitos, acho que hoje eles demonstram isso, que é uma coisa muito natural deles não é uma imposição, é muito natural (MATOS, 2005, depoimento).

Durante as várias etapas da luta pelo reconhecimento do território quilombola, foi possível encontrar apoio de outros movimentos e organizações, que ajudaram bastante, como aparece no comentário de Marilene:

Então, é essa reflexão da discriminação racial que existe que foi fortalecendo a consciência do pessoal ao passo que eles iam conseguindo vitórias, eles iam se reforçando mais e caracterizando mais, reforçando que eles é quem tinham a força do trabalho é quem ajudou a construir a história dessa nação e isso foi fortalecendo, foi solidificando mesmo na comunidade e hoje é uma comunidade assumida, não tem dificuldades, eles tem orgulho de dizer que são afro-descendentes e contribui com outras comunidades que já chegaram a tal amostra de que várias outras comunidades existe hoje na região com a ajuda e o exemplo de Rio das Rãs (MATOS, 2005, depoimento).

A identidade étnica de um grupo é a base para a sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatos escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos lingüísticos e religiosos que compõem o seu universo cotidiano e as relações que mantêm com outros sujeitos.

Esses costumes são passados de geração a geração. Testemunhos e relatos orais são recursos metodológicos que nos ajudam a tornar mais visíveis aspectos que podem estar dispersos no passar do tempo. As narrativas são sempre formas de lembrar de um passado que ainda está presente. Sobre isso diz professor Zezinho:

É o que é mais uma história que eles falavam, também tinha outras histórias que eles contavam dos negros também eu guardo uma história dos negros (SILVA M., 1997, depoimento).

Em relação ao reconhecimento dos trabalhadores rurais como remanescentes de quilombos, podemos levantar uma série de questionamentos: seriam realmente os trabalhadores negros do Rio das Rãs os beneficiados com o reconhecimento? Internamente, como a comunidade continuaria se organizando depois da regularização das terras? Como seriam definidas as questões da produção e comercialização dos produtos? A produção dos remanescentes acompanharia o desenvolvimento do mercado? Suas tradições, costumes conseguiriam sobreviver diante do desenvolvimento econômico da região? Estas são questões que ainda se fazem presentes na comunidade e para as quais, até o presente momento, não encontramos respostas. Mais os trabalhadores continuam mobilizados, discutindo as problemáticas que continuam a existir ou as novas que surgiram depois do reconhecimento.

Neste caso, a questão étnico-cultural deve ser levada em consideração para além da questão fundiária, ou seja, a terra é crucial para a continuidade do grupo enquanto condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. E o território não está restrito ao espaço geográfico, mas abarca muito mais: objetos, atitudes, relacionamentos, modos de produzir, formas de viver, enfim, tudo o que estiver relacionado afetivamente.

Território e identidade estão intimamente relacionados enquanto um modo de vida, uma forma de ver, fazer e sentir o mundo, enquanto espaços sociais próprios e específicos, com formas singulares de transmissão de bens materiais e imateriais para a comunidade. Bens estes que se transformam no legado de uma memória coletiva, um patrimônio simbólico do grupo.

A conquista definitiva do seu território como área pertencente a antigos quilombos fez renascer nas comunidades, que envolvem a fazenda Rio das Rãs, um

espírito coletivo, recuperado pela solidariedade e a perspectiva de novos tempos, principalmente ligados ao aumento da produção e, conseqüentemente, à melhoria do padrão de vida dos seus moradores, como atesta o depoimento a seguir:

Ah eu acho que sem comparação na época do conflito você ia lá, para chegar à comunidade você atravessava mangas de capim, passava por muito gado do fazendeiro, e você não tinha a oportunidade de passar por uma roça, por uma, por nenhuma produção dos trabalhadores e o pessoal, eu diria assim: uma parte deles trabalhava era fora mesmo, nas fazendas, que eles não podiam trabalhar ali, trabalhavam nas fazendas e assim na resistência do lameiro, porque fora do lameiro ninguém podia fazer nada que a luta deles foi muito grande, ali no lameiro. Então eles plantavam a batata, a farinha, a mandioca pra farinha e viviam do peixe também, pescado ali no rio, e a base da alimentação era o peixe, a farinha, batata, que tirava ali da beira do lameiro. Hoje não, hoje o pessoal tem liberdade de viver economicamente, eles podem dizer que são ricos vivem na abundância em relação ao que eles viviam antes (MATOS, 2005, depoimento).

Com o fim do conflito, muitas questões que dificultavam a vida dos trabalhadores em Rio das Rãs, como a liberação das áreas produtivas e o plantio no lameiro, foram solucionados. Entretanto, novos desafios apareceram: como administrar melhor a produção, a mudança de algumas famílias que tiveram suas casas construídas distantes da beira do rio, como superar a questão do abastecimento da água. Estas são, entre outras, novas dificuldades que estão presentes na vida desses trabalhadores.

É porque hoje eles têm as dificuldades que são colocadas hoje na produção, precisam se organizar na produção, porque eles ainda produzem para a subsistência não produzem para o mercado, é toda uma discussão que merece ser feita e precisa ainda muito caminho a se fazer ainda na organização e na luta para a produção e a comercialização é o que carece lá bastante hoje (MATOS, 2005, depoimento).

As dificuldades relativas a produção e comercialização fazem parte das discussões nas reuniões organizadas pela associação de moradores e entidades de apoio que continuam no acompanhamento aos remanescentes.

Existe uma necessidade de se conhecer o passado dos remanescentes, como podemos observar no depoimento de Marilene:

É preciso, também, assim um aprofundamento maior, desse conhecimento da história, da descendência deles, acho que carece ainda é um trabalho que ainda merece esse aprofundamento. É até pra, pra que a dimensão social e política da história deles ela seja completa e não fique assim uma história, como é que se diz, frisada e marcada pela luta da terra puramente, mais é um conjunto, a gente sabe que a questão da história cultural deles sempre esteve embutida na luta pela terra, mas ela precisa ser trabalhada e especificada (MATOS, 2005, depoimento).

Existem preocupações por parte dos remanescentes e de entidades de apoio que continuam acompanhando a comunidade com a promoção de discussões que levistem questões relacionadas à história da comunidade para que os moradores possam cada vez mais se identificar como sujeitos históricos.

Neste sentido podemos dar uma significativa importância para o estudo da memória como prática política. “A memória é, por definição um termo que chama a nossa atenção não para o passado, mas para a relação passado-presente. É porque ‘o passado’ tem esta existência ativa no presente que é tão importante politicamente.” (JOHNSON; DAWSON, 2004, p. 286).

A história da comunidade acontece em suas relações cotidianas, entendemos que

cotidiano e cultura material são base e fonte, pois um implica necessariamente o outro, e, nas múltiplas urdiduras do ‘fazer cotidiano’, que contém em si a vida material, e o próprio movimento que se delinea, é o fazer constante, é o eterno vir a ser, é o processo histórico apreendido e configurado de maneira viva e crítica (BLAJ, 1998, p. 31).

Acreditamos que as especificidades e referenciais sócio-culturais devem ser ressaltados, valorizados e priorizados quando da montagem de um modelo de desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas, conjuntamente com a integração de cinco outras dimensões: sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política. Isto não é vislumbrado como uma estratégia do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDSA), que está sendo executado junto aos

remanescentes do Rio das Rãs e da Brasileira. O Incra define o PDSA como um dos instrumentos mais eficientes, o que não foi confirmado ao longo do documento, pois observamos que os técnicos que elaboraram o PDSA tratam os moradores da fazenda Rio das Rãs, incluindo todas as localidades, como assentados de qualquer área de Reforma Agrária, desclassificando-os da condição especial de remanescentes de antigos quilombos.

À primeira vista, isso parece ser pouco significativo, entretanto, esse tratamento pode desconsiderar as questões culturais próprias desses sujeitos. Até o presente momento, não foi possível perceber a reação dos remanescentes nas comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira, pois o PDSA foi implantado no final de 2004 e não foram feitas novas entrevistas sobre essas questões para que se possa avaliar a reação dos moradores.

Podemos salientar, de forma geral, que a questão quilombola exige uma profunda revisão nos modelos de gestão utilizados para a implementação de políticas públicas que levem em conta as diferenças culturais e, ao mesmo tempo, promovam melhoria nas condições de vida desses remanescentes. Sabemos que os quilombos historicamente se constituíram em torno de um sistema em que as dimensões social, política, econômica e cultural foram significativas e que, na atualidade, ajudam na construção de uma identidade particular.

Os técnicos do estado, ao elaborarem o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Comunidade do Rio das Rãs, justificaram que:

A comunidade quilombola existente na Fazenda Rio das Rãs, apresenta como uma de suas características, os tradicionais e ineficientes métodos empregados na produção agropecuária. Esse fato, que pode ser explicado, inicialmente, pela tradição e cultura daquela população, deve-se também à carência de apoio dos serviços de assistência técnica e extensão rural, capacitação de mão-de-obra, fomento e crédito rural (RIBEIRO, 2003, p.14).

Essa discussão se faz pertinente na medida em que o Plano de Desenvolvimento Sustentável caracteriza a comunidade como atrasada no que se refere à produção e à organização e não incorpora como significativos os modos de vida constituídos por essas comunidades como alternativas de sobrevivência forjadas na experiência de vida e de luta. Esses modos de vida vêm dos antepassados, são anteriores ao conflito com o fazendeiro, embora possam ter se fortalecido nesse período, inclusive com um trabalho mais intenso de memória.

Esse olhar lançado pelos técnicos devia levar em conta essas experiências bem como ampliar essa discussão com os moradores e com a Cooperativa Agropastoril Quilombola, que pode ser considerada como uma das grandes conquistas dos moradores do Rio das Rãs, pois é através dela que as comunidades que fazem parte do quilombo Rio das Rãs vêm se organizando nos últimos anos. A Cooperativa, que surgiu durante o período do conflito de terras, é, hoje responsável por dinamizar a produção agrícola e a criação de animais, principalmente os criatórios que os moradores passaram a ampliar com os projetos que foram sendo introduzidos na comunidade. Entretanto os moradores continuam reivindicando projetos que possam colaborar nas melhorias de vida da população, junto aos órgãos competentes.

Essas questões expressam as contradições entre as políticas públicas que buscam promover o desenvolvimento da produção voltada para o mercado e as tradicionais formas produtivas voltadas para a subsistência da comunidade. São questões contemporâneas que devem ser discutidas e enfrentadas pelos remanescentes de quilombos da Fazenda Rio das Rãs bem como por todas as outras áreas também desapropriadas. Isso tem levado à busca de maior articulação, nem sempre bem sucedida, entre as comunidades negras que lutam pelo

reconhecimento de seus territórios.

Ao lermos o Plano de Desenvolvimento Sustentável, firmado pelo convênio nº. 010/2002, esbarramos em questões como a afirmação que é parte da justificativa do projeto: “A comunidade quilombola existente na fazenda Rio das Rãs, apresenta como uma de suas características, os tradicionais e ineficientes métodos empregados na produção agropecuária.” (RIBEIRO, 2003, p.14). Esse fato pode ser explicado se observarmos a dinâmica atual do mercado. Essas populações encontram sérias barreiras para se integrarem ao mercado com seus modos próprios de vida, inicialmente, pela sua tradição e cultura. O problema deve-se também à carência de apoio dos serviços de assistência técnica e extensão rural, capacitação de mão-de-obra, fomento e crédito rural.

Fica bastante evidente que o Plano de Desenvolvimento Sustentável proposto pelo governo tem como meta a ampliação da produção agrícola da área do Rio das Rãs e a conseqüente incorporação da mesma ao mercado consumidor. Sabemos, contudo, que essa dinâmica desconsidera as formas tradicionais de produção e não leva em consideração outras dificuldades que são peculiares da comunidade, como: as limitações de conviverem com uma política de crédito, formas de escoamento e comercialização da produção, uso de insumos e novas técnicas de produção. Tecnologias estas que estão distante da realidade desses remanescentes.

Observamos que o PDSA orienta-se pela lógica do mercado e, sendo assim, não levam em consideração as experiências de vida dos sujeitos envolvidos diretamente no projeto, muito pelo contrário, o conceito de tradição ali é visto como sinônimo de atraso, primitivo, principalmente pelos técnicos que, com outro olhar, desconsideram a realidade e desrespeitam os sujeitos, suas particularidades.

Uma outra questão bastante interessante para ser discutida é a participação e

presença das mulheres negras das comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira durante o conflito pela posse da terra e no momento atual em que novos enfrentamentos são vivenciados. Sobre isso, Matildes, moradora da comunidade da Brasileira, relata:

Olha tanto faz hoje como os outros tempos, têm uns que ajudam as mulheres outros não. Tem homens que ajudam a mulher mesmo a lidar com os filhos, aqueles que têm amor aos filhos ajudam a mulher a lutar, já têm outros que não liga pra eles; os filhos tanto faz, quanto tanto fez, na antiga data e hoje também ainda tem desses, não são ligados aos filhos e nem são ligados em ajudar as mulheres, porque elas ajudam eles, sempre eles acha que o serviço da mulher tem que ser dela só, não pertence a ele não, a não se o serviço assim se a mulher queixar (NUNES, 1997, depoimento).

As comunidades rurais, na sua maioria, se caracterizam predominantemente pelo exercício do poder masculino, isso não é diferente nas áreas consideradas quilombolas. Como diz Maria Zélia, moradora da comunidade da Brasileira:

As mulheres participam muito pouco, poucas mesmo, as mulheres são poucas associadas e também não é todas as reuniões que elas participa sabe que as mulheres fica mais em casa né, é devido que os maridos, os maridos acha que não pode ta dois da casa assim numa reunião, então as mulheres pouco participa das reunião (RODRIGUES, 2001, depoimento).

Observamos que, na maioria das vezes, a participação feminina se dá de uma forma mais tímida. Porém, na medida em que tomam consciência da importância de sua participação, as mulheres começam a se envolver nas discussões e passam a construir seus espaços dentro das organizações que são criadas, como é o caso da Cooperativa Agropastoril do Quilombo Rio das Rãs, onde essas mulheres se fazem presentes, participando da direção ou até mesmo organizando-se em grupos específicos de mulheres para desenvolverem projetos comunitários, como horta, trabalhos artesanais, corte e costura, que as ajudam a colaborar com o orçamento familiar. Passaram também a participar, em maior número, das reuniões e encontros promovidos pela comunidade ou por entidades que colaboram com a resolução

dessa problemática.

Essa maior participação das mulheres pode ser considerada como uma das experiências significativas dentro do processo da luta pela terra em Rio das Rãs. Elas foram se envolvendo, participando das discussões, colaborando com a resistência. Exemplo disso foi a participação delas à frente da coleta da produção na área do lameiro, no período em que os homens estavam proibidos pelo fazendeiro de retirar da área os produtos.

O depoimento de Marilene nos ajuda a entender melhor a participação das mulheres:

Olha no começo na luta pela posse da terra, na luta dos posseiros o próprio nome já diz, já é característico, você não encontrava muitas mulheres na reunião; depois, com o desenvolvimento desse trabalho, ainda enquanto mesmo luta pela terra, só a defesa da posse da terra foi muito suscitada pelas entidades, pela organização da importância, da presença da mulher é esta entendendo o processo até para reforçar e ela não ser usada, utilizada de forma contrária pelos agressores e pelos inimigos. É que se ela não tivesse informada de tudo que estava acontecendo com o marido, ela poderia tá falando alguma coisa que pudesse prejudicar então ela tinha que vim junto nessa luta, pra ela também estar preparada para responder e para agir em qualquer natureza e se conseguiu trazer as mulheres para a luta e a direção da associação sempre teve a presença de mulheres e hoje a CPT lá é assim, a gente coloca assim que sempre teve, é uma consideração de uma ordem específica, que não tinha nenhuma participação antes que era eliminada totalmente (MATOS, 2005, depoimento).

Durante todo o processo vivenciado pelos moradores de Rio das Rãs existia uma preocupação bastante acentuada das entidades que acompanhavam o conflito de terras e o posterior reconhecimento da área como pertencente a antigo quilombo acerca da participação das mulheres. Essa participação deveria ser significativa nas reuniões, encontros e discussões para que as mesmas pudessem se inteirar do processo a fim de e não serem pegas de surpresa quando fossem abordadas pelo fazendeiro ou pelos aliados dele.

A presença da mulher não existia, então quando eu digo veio participar estava presente, não é a totalidade que tinha presença, mais a gente sente que essa questão da mulher, da exclusão da mulher ela é muito séria e pesa muito porque é sobre tudo nas comunidades remanescentes de quilombos o machismo ele é predominante, ele é predominante e é muito complicado porque hoje nós sentimos a necessidade enquanto entidade de apoio de dedicar o nosso tempo mais à organização e conscientização das mulheres, do seu papel junto à comunidade, junto às organizações, junto ao quilombo, junto à cultura, junto a tudo é que nós definimos trabalhar com grupos de mulheres e deixar a associação fazer o caminho, caminhar um pouco independente e que já era suficiente a contribuição que a gente tinha dado e ainda carecia de reforço nessa questão da organização das mulheres (MATOS, 2005, depoimento).

Observamos aqui uma grande preocupação das entidades que continuam acompanhando a área de remanescentes, principalmente da Comissão Pastoral da Terra, de um trabalho mais sistematizado e que contribua com uma maior inserção das mulheres negras do Rio das Rãs, na construção de espaços onde elas possam melhor atuar e na estruturação de grupos de mulheres que discutam especificidades bem como com uma maior participação nas questões ligadas à educação, saúde, produção e comercialização. Esta maior participação deve para um maior engajamento e tomada de atitude dessas mulheres.

Então hoje nós temos os dois grupos de mulheres que acompanhamos lá, [...] da participação das mulheres e da educação, é as lideranças é elas tem a preocupação com a educação, mas concretamente muito pouca coisa foi feita. A escola hoje em Rio das Rãs, é composta por professores que vêm de fora, trabalhando aí na proposta da linha geral da educação, sem levar em consideração a especificidade da comunidade (MATOS, 2005, depoimento).

A função social feminina foi sendo modificada pelas próprias mazelas apresentadas pela vida cotidiana, alterando esse universo e modificando modos de vida, até então aparentemente cristalizados. Essas mulheres conseguiram romper não só com as barreiras sociais, mas também marcaram sua historicidade, conseguindo reconstruir vivências e experiências em uma sociedade marcada pelo poder masculino.

Outros depoimentos tratam da importância da participação das mulheres, seja

durante o conflito, ou na inserção das mesmas nas organizações criadas, ou, até mesmo, no acompanhamento do trabalho que está sendo desenvolvido nas escolas. Essas mulheres demonstram especial atenção com o processo educativo dos seus filhos. Segundo o professor Zezinho,

Teve porque foi chegando uma época que nós tínhamos que juntar mulheres e crianças pra também ser uma base de defesa, agora também não houve um respeito deles pela base de mulheres e crianças não. O respeito era a gente não fazer o que dizia que não vai ser feito e pronto, acabou. Nós agimos com muita sabedoria tinha muitos lugares em que a gente via era problemas pra as mulheres e crianças, a gente não deixava eles ir, mas tinha lugar que a gente aglomerava com mulher, crianças, jovens, nós lembramos que um dia o padre foi rezar uma missa a gente acompanhamos com crianças e mulheres aonde a gente via a hora (SILVA M., 1997, depoimento).

Em muitos momentos do conflito, a participação das mulheres foi bastante significativa, elas e as crianças ajudaram no plantio da área do lameiro, quando o fazendeiro havia proibido a participação dos homens naquela área, a qual era considerada por todos como extremamente importante para a produção de produtos de subsistência.

E eles, os 'feitores' deles tirando foto, com uma máquina e tal da gente ali, a gente sabendo que a imagem da gente está sendo levada ali e que ia ser um problema pra gente mais tarde, mas graças a Deus a gente conseguimos superar isso. Nós não superamos tanto porque assim que a gente plantou e cresceu, o fazendeiro chegou e soltou o gado dentro, rancou a cruz, colocou em um caminhão e levou (SILVA M., 1997, depoimento).

É significativo o depoimento de Paulina, uma das lideranças femininas que se destacam na comunidade da Brasileira. Ela tem uma visão própria do envolvimento das mulheres ao longo da história da comunidade, como podemos observar a seguir:

O Comportamento feminino tem a meu ver muita influência dos brancos, porque a comunidade aqui migrou muito pra São Paulo, então teve muita influência. [...] Quem manda mais é sempre os pais porque os filhos têm hora que quem tem mais trabalho com eles é a mãe, mas na hora de obedecer, se o pai não tiver mesmo pra falar o mais forte eles não tão muito assim querendo dar atenção às mães não, então manda mais é os pais mesmo (RODRIGUES, 2006, depoimento).

O depoimento de Paulina é bastante interessante. Ela faz uma leitura do comportamento das mulheres negras da comunidade a partir da influência do universo branco. Paulina teve um percurso diferente da maioria dos moradores. Ela pôde continuar estudando, hoje é aluna de um curso universitário de Pedagogia da Terra e atua como professora na comunidade em um programa de alfabetização de adultos.

A inserção das mulheres na organização e luta das comunidades do Rio das Rãs e da Brasileira se dá de forma diferenciada: algumas participam diretamente das organizações da comunidade, Cooperativa e Grupos de Mulheres; enquanto que outras ficam responsáveis em organizar as hortas comunitárias; e parte delas vão se envolver com a Pastoral da Criança, com os cursos de corte e costura e outras atividades promovidas pela Cooperativa ou Grupo de Mulheres.

Sabemos que a colaboração e participação de todos os moradores da comunidade do Rio das Rãs foram bastante relevantes. Destaque especial pode ser dado à participação das mulheres, principalmente nos momentos mais críticos, quando o conflito estava em andamento e se fazia necessária a participação de todos. Segundo Paulina, moradora da comunidade da Brasileira,

Teve, pode dizer muitas, porque quando tinha reunião forte assim mesmo que era pra decisão tal como a que faz aqui, a maioria das mulheres tinha que ir, homens, mulheres, crianças e tudo (RODRIGUES, 2006, depoimento).

Dentro do cotidiano do próprio conflito existia a necessidade de uma maior participação das mulheres. Elas tomaram consciência disso e foram construindo espaços próprios na Cooperativa e na construção de grupos específicos que discutem as suas particularidades. Como diz o professor Zezinho:

Teve, sempre teve a participação da mulher na associação. Antigamente a sociedade aqui era machista, o homem sempre na frente de tudo, mas a

irmã Miriam se consertou legal e teve a participação de sempre a diretoria montada com uma parte de mulheres dentro dela, apesar de que veio entrar mais mulher foi essa última agora porque parece que a gente tinha outro dom do trabalho (SILVA M., 1997, depoimento).

Todo o processo colaborou para a formação de uma consciência de gênero a partir daquelas vivências. Segundo Zezinho:

E a falta de confiança dos homens nas mulheres quando ia levantar uma cerca, o que ela vai fazer lá, então essas coisas assim, a gente fazia elas ficar mais distante. Mas o trabalho foi se desenvolvendo, as mulheres também nas participações das reuniões, elas foi entendendo que ela teria um papel muito importante a se desenvolver dentro da associação (SILVA M., 1997, depoimento).

Ao analisarmos este depoimento, podemos observar que as mulheres, nos últimos anos, vêm quebrando as barreiras de um machismo fortemente presente nessas comunidades. Suas conquistas também fazem parte das transformações sociais que o grupo vem sofrendo. Isso foi possível, é interessante salientar, a partir do trabalho das entidades de apoio, como, por exemplo, da Comissão Pastoral da Terra, que frequentemente busca discutir questões específicas referente à mulher, ampliando, dessa forma, a discussão de gênero e a participação feminina nas questões mais gerais da comunidade. Moisés Cândido diz:

Não, há varias, varia bastante, as obrigações das mulheres aqui dentro ainda com muita luta que a gente já estão deixando elas bem democraticamente, é o cuidado delas é mais dentro de casa é produzir né, os filhos, é criar, enfim é caseiro, é serviço caseiro é o trabalho da lavagem da roupa na fonte é no caso de pegar lenha, a responsabilidade da casa que é dado mais a mulher e a responsabilidade do homem seria mais o serviço pesado, em busca dos objetivos de viagens (SILVA M., 1997, depoimento).

Os próprios homens têm modificado sua visão e seu modo de ser e, hoje, refletem diferentemente sobre a presença feminina na luta e organização da comunidade.

[...] é, acho que hoje a minha cabeça pensa muito diferente, vejo muitas coisas que, é mudanças de programas de televisão, mudanças é, sinto

muitas músicas, é também as reuniões que a gente vai, a gente que só tem a ganhar, como hoje com minha esposa, dando ela a liberdade, sendo democrático, eu to ganhando muito com isso, com ela. 'Até Deus me livre e eu me falte ela tem como já uma base de áreas de sobrevivência' (SILVA G., 1997, depoimento).

O depoimento reforça uma sociedade predominantemente liderada por homens que, inclusive, abrem espaços para a participação feminina, mas que vêem as mulheres ainda como responsáveis pela educação dos filhos e a organização da casa. Estas são questões que acabam reforçando padrões da cultura.

Segundo o depoimento de Simplicio Arcanjo Rodrigues, morador da Brasileira e uma das principais lideranças da comunidade, a participação das mulheres vem tendo um destaque especial:

A participação da mulher, no caso minha esposa eu comecei a entender que ela tinha um espaço, estou vendo no Rio das Rãs à participação de algumas mulheres na educação. Só através da luta a participar da escola com mais freqüência e orgulho. Existe hoje uma maior participação das mulheres do que dos homens. Eu mesmo voltei pra escola pra fazer alfabetização, saber mais um pouco e sou aluno de minha esposa Paulina, que faz o curso superior de Pedagogia da Terra (RODRIGUES, 2005, depoimento).

Depoimentos de outros homens da comunidade, reforçam, também quanto foi importante a participação das mulheres durante o conflito e, na atualidade, nas organizações que se estruturaram na comunidade, como a Cooperativa, a Pastoral da Criança e os Grupos de Mulheres. A grande maioria alega que foram espaços conquistados por elas a partir de muita discussão e coragem de enfrentar as diferenças próprias do grupo.

Existem especificidades aqui trabalhadas que precisam continuar sendo analisadas, pois fazem parte da memória histórica de homens, mulheres e crianças que vivenciam uma realidade específica em que as forças sociais aparecem em constante ebulição e as hegemonias de determinados grupos estão sendo questionadas a todo o momento, pelos modos de vida que são também modos de

existência.

Observamos que, se, por um lado, na visão do Estado esses sujeitos são tratados apenas como trabalhadores rurais integrados ao sistema agropastoril que se desenvolve na região do Médio São Francisco, por outro lado, os remanescentes continuam com suas estratégias encontrando formas de se organizarem para poderem driblar as mazelas do cotidiano.

Um dos momentos importantes para o reconhecimento da fazenda Rio das Rãs como área pertencente a antigos quilombos foi o lançamento do livro *Quilombo do Rio das Rãs: Histórias, Tradições, Lutas*, resultado do trabalho feito pelos antropólogos na elaboração do Laudo Antropológico, que foi concluído em 1993 e o Laudo constituiu-se em um dos primeiros passos para a definição do território como pertencente aos remanescentes negros. O livro recebeu destaque na imprensa baiana. Segundo o Jornal Tribuna da Bahia:

O livro organizado por José Jorge de Carvalho recorda os exemplos dos quilombos de Calunga, em Goiás, Oriximiná, no Pará, Matição em Minas Gerais, e Rio das Rãs, na Bahia, para ilustrar o que dizem. As comunidades negras no Brasil continuam a resistir praticamente como o faziam há séculos, porque salvo os quilombos que foram obrigados ao confronto, a maioria preferiu recolher-se ao anonimato das profundezas do Brasil, ao silêncio, a essa aparentemente esta forma de luta que é a invisibilidade (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1996, p.06).

O livro faz uma leitura minuciosa da experiência histórica, cultural e social da comunidade, inclusive nos dias atuais. Relata toda a violência de que a comunidade foi vítima nos últimos anos. A capacidade de resistência dos negros foi mais uma vez evidenciada.

Ao investigarmos mais diretamente o entendimento que existe em torno da questão, encontramos depoimentos como o do professor Zezinho, que traz uma releitura da problemática:

Com certeza porque a palavra mocambo e a palavra quilombola no meu

entendimento, pela minha repescagem em cima dessa palavra, como eu fiz uma entrevista com uma negra de Salvador, uma senhora negra de Salvador, negra eu falo negra, mas eu falo empolgadamente mesmo não por no caso discriminação quando eu falo negra é no sentido de valorização (risos). No IBGE eu mesmo sou pardo, não sou pardo coisa nenhuma sou negro mesmo graças a Deus. Eu digo que tem haver porque mocambo se dizia esconderijo dos negros, eles falam esconderijo, mas eu falo morada e a palavra quilombola era aonde dentro de um mocambo pra mim dentro de um mocambo é que mucambava os negros, se embolada porque realmente está até na cara aqui os ricos, os brancos sempre se entende e os negros com certeza sempre eles vão se ajuntando porque eles não tem aquele grande espaço mesmo, então eu acredito que ela tem todo a vê uma com a outra. Poderia dizer assim que, mocambo poderia ser a palavra masculina e o quilombola ou seja as bolas seria as femininas e que casaram os dois homem e mulher eu dizia assim (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1996, p.06).

Aqui é possível observar que a palavra quilombo não fazia parte do cotidiano da comunidade, ela veio de fora, provavelmente da presença das entidades de apoio, e foi incorporada depois. Mocambo é a palavra que tem relevância para eles, pois é o termo que conheciam e usavam.

Percebemos que atualmente os moradores de Rio das Rãs demonstram orgulho de serem negros. Ser negro remanescente de quilombo se tornou um referencial, um determinante que favorece a união, o pertencimento ao lugar, a solidariedade entre eles, aspectos que os identificam e os fortalecem nas lutas que continuam enfrentando cotidianamente, contribuindo, dessa forma, para o processo de politização do grupo quilombola, possibilitando sua ampliação de visão de mundo. Sobre essa questão afirma Marilene:

Olha a violência do capitalismo e do interesse do fazendeiro, ela é de uma dimensão tão grande que a gente não calcula que ela consegue assim destruir quase que tudo na vida de uma comunidade e a cultura, sobretudo a gente percebe assim: Rio das Rãs isso foi muito forte (MATOS, 2005, depoimento).

A ganância do latifúndio levou a comunidade, durante o período do conflito, a um processo de desagregação bastante significativo que ainda está presente. Os moradores, porém, procuram recuperar algumas práticas culturais que, pra eles, são

significativas, como a corrida de argolinha, o samba de roda, a festa do Divino, que se constituem como formas de resistência dessa população.

Em relação a tal aspecto o PDSA diz que: "Esse complexo de deficiência resulta em produtividade baixa e produção em volume e qualidade que não conseguem gerar significativos excedentes, capazes de produzir renda e riquezas para o assentamento." (RIBEIRO, 2003, p. 14).

Sendo a proposta do PDSA coerente com as perspectivas do mercado e com a visão capitalista da economia, criou-se uma a tensão com o grupo de remanescentes quando da execução do mesmo. Essa tensão gerou expectativa, mexeu com o modo de vida da comunidade e criou situações de conflitos internos que são observados e enfrentados pelas lideranças que atuam na Cooperativa Agropastoril, entidade esta, que é considerada como uma das principais organizações dentro da área quilombola, sendo a responsável pelo acompanhamento desses projetos. As lideranças da cooperativa enfrentam, ainda hoje, os ciúmes, as disputas, as contrariedades e as divergências criadas em relação às novas formas produtivas estabelecidas no PDSA. Essas divergências aparecem até mesmo na escolha dos que serão beneficiados pelo plano, já que o mesmo não atinge a todos os trabalhadores da comunidade.

O PDSA, por constituir-se num instrumento dotado da organização necessária à implantação do processo de desenvolvimento da comunidade, justifica-se, segundo os elaboradores do projeto, aos ajustes que as organizações dos trabalhadores devem fazer para a execução do mesmo. Serve, também, como orientação para a melhoria dos processos produtivos e para os instrumentos que deverão ser realizados com relação à estrutura física da área quilombola.

São poucas as vezes que o PDSA trata os moradores da Fazenda Rio das

Rãs e conseqüentemente, os das localidades do Rio das Rãs e da Brasileira, como remanescentes de quilombos. Observamos, dessa forma, que o Plano de Desenvolvimento Sustentável não leva em consideração as especificidades desses sujeitos como remanescentes, deixando de lado o modo de vida, a experiência, os costumes, as culturas, as formas de relacionar-se com a terra e com a região, a integração com a natureza e as condições de sobrevivência de uma população que convive com áreas ribeirinhas e de sequeiro de uma forma ordenada e viável.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os planos e projetos governamentais para a área dos remanescentes do Rio das Rãs são responsáveis pelo favorecimento da auto estima, pela afirmação do grupo, também criam novos problemas, como o que produzir, como produzir, como colocar no mercado e como administrar todas essas novidades.

Mesmo com todas as contradições presentes nos planos e projetos governamentais para a área dos remanescentes, percebemos que, nesses quase dez anos de reconhecimento, segundo membros da Comissão Pastoral da Terra que acompanham a comunidade desde o início, é possível se vislumbrar a alegria dos moradores:

Houve o reconhecimento e as alterações são muitas e de uma profundidade muito grande, a estima das famílias é um negocio assim, eles se sentem gente, se sentem pessoas, se sentem valorizados, a auto-estima deles foi para cima mesmo em um nível que não dá nem para calcular, que era um pessoal que estava lá pisado, é sem liberdade, de cabeça baixa. Hoje não, eles se sentem pessoas reconhecidas com liberdade, cabeça erguida, vão para a cidade e se sentem gente, isso é uma mudança incalculável, não dá para comparar o que foi antes e o que é agora. É outra coisa, isso tudo é porque a vida deles mudou o acesso à terra, mudou tudo na vida deles, as condições que eles têm de vida hoje é outra, de alimentação, de ter uma casa para morar, de ter água em casa, de ter luz, de ter um criatório de gado grande que eles conseguiram formar, ter seus animais de pequeno porte, cabra, porco, e plantar em liberdade na terra que eles conquistaram (MATOS, 2005, depoimento).

Para Simplício, morador da comunidade da Brasileira, o reconhecimento do

território como área pertencente a antigo quilombo trouxe algumas mudanças:

O que a gente ouvia falar em relação a negritude era de inferioridade. Hoje o que a gente sente é que as pessoas olha pra gente com outros olhos. Temos orgulho, [...] começamos a conhecer a historia da escravatura o que a gente passou, a conhecer nossos ancestrais. Hoje temos orgulho de dar continuidade a essa luta (RODRIGUES, 2005, depoimento).

No depoimento de Francisco Ferreira Magalhães, podemos observar também a importância que o reconhecimento teve.

Eu achei muita importância sobre foi botado uma coisa que foi, fazer de conta que foi a mesma coisa ponha uma mesa chegar colocar no lugar assim eu cá na minha mente assim eu achei que cumpriu e to muito contente hoje sou muito feliz, juntamente com meus companheiros. O destino abrir os caminhos, abrir as memórias porque eles foram uns consolos para nós porque nós vivia aqui a quantos anos foi criado pai, mãe sem existir desgosto, sem existir enjôo nenhum aqui nós vivia tranqüilo. É esses dias eu tirei uma loa ai sobre o reconhecimento, o nosso conforto ai sobre o mercadinho, diz assim: Quem vem da Brasileira indo pro Rio das Rãs quando chegar no Gado Brabo, dividiu o meio do caminho, tinha muitas pessoas envolvidos pela riqueza do Bonfim, mais tem muitas pessoas que já vortou por causa do mercadinho. Lá no mercadinho tem de tudo tem sandália pra menina pra encurtar a conversa lá vende até nervagina, (risos) (MAGALHÃES, 2005, depoimento).

Na atualidade, os processos de reconhecimento são iniciados partir do auto-reconhecimento da comunidade interessada, que, posteriormente, deve encaminhar a sua solicitação à Fundação Cultural Palmares. Dessa forma, a idéia sobre comunidade de remanescentes ultrapassa os limites da arcaica concepção de “quilombos”, alimentada no imaginário popular e adotada pela maioria dos intérpretes do texto constitucional. O Decreto 4887/03¹⁴, baseado em novos estudos históricos, rompe com a concepção estática de quilombo como território isolado habitado por negros fujões e alarga os horizontes deste conceito, concebendo-o como identidade étnico-racial, caracterizada mais pela resistência, pelos modos culturais e pela autonomia construída pelas comunidades negras rurais do que como

¹⁴ O Decreto 4887/03, foi assinado em 20 de novembro de 2003 em ato público realizado na Serra da Barriga-Alagoas, antigo território do histórico Palmares, no governo Lula como forma política de remediar uma problemática histórica.

fuga e isolamento. Isto porque nem todos os quilombos brasileiros tiveram origem na fuga de escravos e muitos não estavam isolados como se imaginava. De acordo com a Instrução Normativa nº. 16 de 24 de março de 2004, art. 3º,

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Assim, comunidades remanescentes de quilombos na contemporaneidade ganham uma dimensão histórica e política bem mais definida. Essa nova concepção de quilombo leva em conta a coleta do material etnográfico, tais como genealogias, grupos domésticos, redes sociais, processos políticos, campos de atividades, uso comum do território, articulação entre as esferas comuns e familiares, identidades étnicas e raciais, histórias de vida, memórias coletivas e dramas sociais compartilhados. Deve ser relacionada a um território étnico determinado. Sendo assim, o referido decreto inova o sistema normativo ao introduzir o critério da auto – atribuição para definição do “ser quilombo”.

O movimento cresceu, ampliou-se, adquirindo dimensões nacionais no ano de 1995, durante o primeiro encontro nacional de comunidades negras rurais quilombolas, em Brasília. O encontro foi um marco e suas reivindicações, encaminhadas à Presidência da República, surtiram efeitos bastante satisfatórios. É nesse bojo que as questões quilombolas entram no cenário nacional. O reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbitos federal e estadual, com a publicação da portaria nº. 307, de 22 de novembro de 1995, do INCRA, a qual determinava que se efetuasse a titulação das terras quilombolas sem especificar de maneira detalhada o procedimento a ser adotado.

Somente no ano de 2003, através do Decreto 4887/2003, o Estado brasileiro veio, então, além de definir o procedimento para identificação e reconhecimento, regulamentar a delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, facilitando o processo de identificação das comunidades quilombolas e acelerando o processo de demarcação de seus territórios. No entanto, das mais de 2.228 comunidades quilombolas que se estima existirem no Brasil, até a presente data, apenas 73 tiveram seus territórios delimitados e 144 se encontram com o processo de delimitação em trâmite no INCRA.

Afora isso, por conta do processo de exclusão e opressão que sofreram no Brasil, os negros, por seu próprio histórico, se constituem em uma população pobre, sem acesso adequado à educação, ao trabalho, enfim, sem exercício de cidadania. Uma situação na qual também se encontram outros trabalhadores, como os Sem Terra, com outras especificidades. Essas questões têm castigado estas comunidades que, hoje, se encontram confinadas pelas cercas dos grandes latifundiários com suas terras griladas e sem acesso ao mundo de dignidade humana.

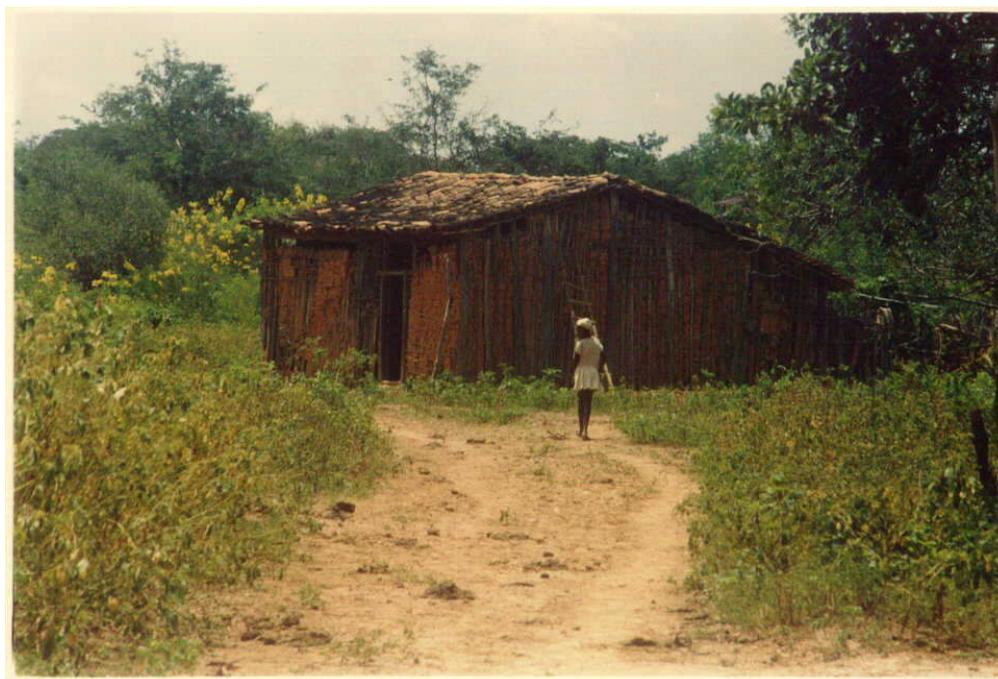


Figura 1.2 - Moradia dos remanescentes, Rio das Rãs, 1994.
Fonte: MOURA, C.



Figura 1.3 - Moradia de Chico Tomé, Retiro, 1996.
Fonte: DUTRA



Figura 1.4 - Chico Tomé, 1998.

Fonte: DUTRA



Figura 1.5 - Mário Nunes e sua família.

Fonte: MOURA, C.



Figura 1.6 - Andreino e sua irmã, 1997.

Fonte: DUTRA



Figura 1.7 - Mulheres negras, samba de roda, Rio das Rãs.

Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 1.8 - Crianças moradoras do Rio das Rãs.
Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 1.9 - Reunião dos remanescentes, Comunidade de Brasileira.
Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 1.10 - Moradores do Rio das Rãs em Brasília.

Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 1.11 - Mulheres moradoras Pau D'Arco, Parateca, 2005.

Fonte: DUTRA



Figura 1.12 - Corrida de argolinha, 2005.

Fonte: DUTRA



Figura 1.13 - Moradores do Rio das Rãs, 1992.

Fonte: DIMAS, A.

CAPITULO II

O MOVIMENTO DA COMUNIDADE NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Eu sou Negro a minha pele é escura
Semente genética fez essa mistura.
Eu sou negro, porque também sou gente
Eu sou negro pela minha cultura.
Vindo da África dos meus pertences
Raça negra, índia seja lá quem for,
O importante é que eu me valorizo.
E não tenho vergonha de ser o que sou.

(Moises Candido da Silva – prof. Zezinho)

Tomando como referência *A Tarde, Jornal da Bahia e Tribuna da Bahia*, os três maiores jornais de circulação no estado, observamos como a imprensa baiana divulgou e ajudou a criar imagens e memórias sobre os acontecimentos em torno do conflito envolvendo essas comunidades negras de trabalhadores rurais da fazenda Rio das Rãs e o fazendeiro Carlos Bomfim; as matérias desses jornais criaram significados que influenciaram nas disputas e qual o papel que a grande imprensa desempenhou nesse processo articulando-se às forças hegemônicas ou tomando a defesa desses grupos.

Entendendo que fazer imprensa é também exercer a política (articulações nas relações sociais), percebemos o quanto isto não quer dizer que esses jornais estiveram na front dessas lutas; eles se situaram frente a elas, contribuindo, de alguma forma, na articulação/tensão entre as forças sociais, ao mesmo tempo que contribuíram na definição dos destinos sociais.

Essas matérias publicadas ao longo de mais de 10 anos nos possibilitam observar os conflitos, as tensões, as resistências e as correlações de forças no enfrentamento entre trabalhadores e fazendeiro. Destacaremos, então, alguns desses momentos que nos ajudam a vislumbrar as disputas travadas pelos interessados na posse do território do Rio das Rãs.

Uma das primeiras matérias publicadas em jornais sobre o conflito existente no Rio das Rãs é de 1977. São denúncias feitas pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa preocupados com os conflitos de terras que se espalhavam pela região. Segundo a matéria, o Sr. Carlos Teixeira, Irmão do educador Anízio Teixeira e herdeiro de Diocleciano Pires Teixeira, que se diz proprietário das terras vem tirando o sossego de centenas de trabalhadores que habitam esse território a muito tempo.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, através de sua diretoria, sente-se no dever de denunciar publicamente as injustiças de que são vítimas, presentemente, os trabalhadores rurais, posseiros da localidade de Rio das Rãs neste município, atingido pela violência do fazendeiro Carlos Teixeira, que os vêm intimidando por todos os meios usando inclusive a polícia. [...] Detentor de seis léguas de terra de frente por quase seis de fundo, o Sr. Carlos Teixeira, que se diz proprietário desse vasto latifúndio – não obstante a existência de moradores antigos em toda extensão da área tem-se arvorado na própria lei para impedir que humildes trabalhadores rurais – legítimos ocupantes do Rio das Rãs – plantem e cultivem as suas roças. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, no exercício regular do seu direito de representação e na defesa dos trabalhadores rurais deste município, insurge-se autêntica e legitimamente contra as atitudes arbitrárias do fazendeiro Carlos Teixeira a quem se atribui a responsabilidade pela situação de penúria em que vivem famílias humildes de trabalhadores rurais posseiros do Rio das Rãs (JORNAL DA BAHIA, 1977).

Em matéria do Jornal da Bahia, de abril de 1987, dez anos depois é possível tomarmos conhecimento da desapropriação da área de terras da fazenda Rio das Rãs:

De acordo com o que ficou decidido ontem na reunião da Comissão Agrária¹⁵ desapropriou parte dos imóveis situados na área do Rio das Rãs e Pitombeiras no município de Bom Jesus da Lapa, no centro - oeste do estado. São 12.450 hectares onde cerca de 300 posseiros estão instalados. Outras famílias serão assentadas ali, segundo informou o procurador do INCRA (JORNAL DA BAHIA, 1977).

Aqui fica visível que a área em litígio estava sendo tratada como área a ser desapropriada para a efetivação da reforma agrária, inclusive, porque para o estado deveriam ser assentados outros trabalhadores. Essa é uma questão que estava longe de ter um fim, pois os trabalhadores do Rio das Rãs ainda viriam ter que lutar muito para conseguir encontrar saídas que levasse em consideração a sua historicidade.

¹⁵ A Comissão Agrária era composta por três representantes da Federação da Agricultura no Estado da Bahia (FAEB), outros três da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), um do Instituto de Terras do Estado da Bahia (INTERBA), órgão do governo estadual criado para promover a reforma agrária, um do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e um da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Criada há cerca de um ano, é presidida pelo representante do INCRA.

Podemos observar através dessas matérias como se dá o processo de disputa pelo território do Rio das Rãs.

Em Matéria publicada em fevereiro de 1988, o Jornal A Tarde diz:

A FETAG recebeu denúncias, do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Francisco Amaral de Souza, sobre a ação de grileiros contra posseiros da região. Junto com ele o posseiro Mario Nunes de Souza, que vive na fazenda Rio das Rãs há 45 anos, onde moram ainda cerca de 230 famílias de posseiros, denunciou o presidente da Companhia Agropecuária do São Francisco, Carlos Bonfim, que está cercado a área, colocando pistoleiros e impedindo que os lavradores utilizem a área do "lameiro" do Rio São Francisco para plantar. Como é uma área atingida pela seca, é no "lameiro" (quando as águas do rio baixam) que os posseiros encontram a possibilidade de cultivar a lavoura para sobreviver (A TARDE, 1988 p.12).¹⁶

Nesses primeiros anos do conflito em Rio das Rãs, foi relevante o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa como veículo de denúncia para todo o Estado da Bahia, sobre o que estava ocorrendo com os moradores daquela comunidade.

Em 31 de outubro de 1987, o Jornal da Bahia divulga a ação do sindicato, denunciando Carlos Bonfim, um prospero algodoeiro da região, que teria adquirido a fazenda Rio das Rãs da família Teixeira. O senhor Bonfim vêm ameaçando os antigos moradores da fazenda que o acusam de mandar matar seus animais:

Uma comissão de trabalhadores acompanhada do advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), Vital Bento Rodrigues, esteve ontem pela manhã na redação do Jornal da Bahia, denunciando que estão sendo ameaçados pelos proprietários das fazendas "Rio das Rãs" e "Pitombeiras", onde vivem com cerca de 300 famílias, e acusam o fazendeiro de mandar matar seus animais (JORNAL DA BAHIA, 1987, p.11).

O *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia* e *A Tarde* evidenciam o apoio que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (FETAG) vêm dando aos moradores da

¹⁶ Nota semelhante foi também publicada no Jornal da Bahia Nº8921 de 25/02/88, p.13.

fazenda Rio das Rãs para que permaneçam em seu território. Ao mesmo tempo em que as instituições representativas dos trabalhadores se manifestam, os trabalhadores do Rio das Rãs também recorrem ao jornal para denunciar o estágio em que o conflito se encontra.

Nesse período, o processo de negociação entre os trabalhadores e o fazendeiro Carlos Bonfim ainda dava os primeiros passos, e a luta judicial travada era para que os moradores do Rio das Rãs ficassem com uma parte das terras da fazenda.

Diante da luta e organização dos trabalhadores negros do Rio das Rãs, a Comissão Agrária do INCRA se vê obrigada a aprovar a desapropriação de uma parte da fazenda Rio das Rãs em favor dos trabalhadores, decisão que será questionada pelo fazendeiro Carlos Bonfim.

Segundo os camponeses, apesar da Comissão Agrária do Incra ter aprovado por unanimidade a desapropriação do terreno de 12 mil e 450 hectares, o proprietário Carlos Bonfim afirma que só vai liberar 4 mil hectares, o que não aceitam. [...] O trabalhador rural Mario Nunes de Souza, teme que o conflito na área aumente e explicou que as famílias passam necessidades, pois os animais estão sendo abatidos e as plantações queimadas. Segundo ele, os pistoleiros Cícero, Aderbam e Joaquim intimidam os posseiros e na semana passada, Cícero chegou a atirar – utilizando um rifle – numa moradora da fazenda, que felizmente não foi atingida. “Queremos urgência na desapropriação e segurança” reivindicam (JORNAL DA BAHIA, 1987, p. 11).

Podemos observar várias questões a partir dessa matéria: primeiro que em 1987, o conflito com o fazendeiro Carlos Bonfim estava em pleno desenvolvimento; segundo, que os trabalhadores rurais do Rio das Rãs se apoiavam nas entidades de classe como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG-BA), e, terceiro, que tanto pela imprensa como pelas próprias organizações sindicais os trabalhadores eram denominados de camponeses ou posseiros. Com o passar do tempo, os próprios jornais vão passar a designá-los de remanescentes.

No mesmo período, é divulgada uma nota de um deputado estadual do PC do B, Vandilson Costa, que diz:

Na próxima semana vou solicitar à Assembléia Legislativa a formação de uma comissão de parlamentares para acompanhar o caso. “Queremos que cesse a violência, que os culpados sejam punidos e a liberação das terras agilizada”, reivindicou Costa. Ele promete também levar o caso à Secretaria da Segurança Pública, à Secretaria de Reforma Agrária e à Comissão de defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, além de comunicar a situação ao governador Waldir Pires e ao presidente Sarney (JORNAL DA BAHIA, 1987, p. 3.).

Com o apoio de políticos, aos poucos, o conflito do Rio das Rãs foi ganhando uma dimensão maior e envolvendo mais políticos, entidades e instituições que manifestaram solidariedade e apoio significativo para a permanência dos trabalhadores em seu território.

Em outubro de 1988 é publicada no Jornal A Tarde uma matéria bastante relevante sobre trabalhadores que são mantidos em regime de escravidão:

Dezenas de trabalhadores eram mantidas em regime de escravidão, na Fazenda Rio das Rãs, distante 90 km de Bom Jesus da Lapa, na região do Médio São Francisco, no centro-oeste baiano. O delegado Pedro Eduardo Cortez conseguiu resgatar quatro menores que estavam na propriedade há mais de quatro meses, mas não pode prender os responsáveis pela administração da fazenda, pois eles fugiram (JORNAL A TARDE, 1988, p.13).

A matéria do Jornal A Tarde qualifica de trabalho escravo a situação dos trabalhadores na fazenda Rio das Rãs. O Jornal se refere aos trabalhadores que eram arregimentados por gatos¹⁷ nos municípios da região e trabalhavam em condições subumanas na fazenda Rio das Rãs. Vale ressaltar que as condições de trabalho escravo não se constituem como uma particularidade dessa propriedade: no final da década de 80 e início dos anos noventa várias denúncias foram feitas

¹⁷ Gatos é a denominação dada a um tipo de atividade para homens que ficam responsáveis em arregimentar nos municípios trabalhadores rurais para serem contratados para trabalho temporário nas fazendas da região.

sobre essa problemática presente em várias propriedades da região, como mostra a matéria abaixo.

A denúncia de trabalho escravo na fazenda Rio das Rãs, de Carlos Bonfim, chegou à Delegacia de Bom Jesus da Lapa, na manhã de quarta - feira. O delegado organizou uma diligência com a ajuda de soldados da Polícia Militar e agentes da Polícia Civil, seguindo imediatamente para a propriedade.

As primeiras investigações indicaram que os trabalhadores, na maioria jovem de outras cidades da região, não recebiam salários e tinham direito apenas a uma alimentação de péssima qualidade e racionada. Os policiais fizeram um cerco na área e ali mesmo resgataram os menores, todos procedentes de Santa Maria da Vitória. O delegado identificou os trabalhadores como Dermeval Alves da Silva 17 anos, Geraldo Alves da Silva, 15 anos, Marlene Alves da Silva 17 anos e Valdeneide Pereira dos Santos, 15 anos. Os menores confirmaram a falta de pagamento ao delegado e também a má qualidade da alimentação servida.

O principal responsável pelo regime de escravidão é o empreiteiro Miro conhecido como Mirão. Ele aliciava os trabalhadores em outras cidades com promessas não-cumpridas, mas desapareceu ao perceber a aproximação dos policiais. O delegado Pedro Cortez manteve contatos com o proprietário da fazenda, Carlos Bonfim, e este afirmou desconhecer o tratamento dado pelo empreiteiro aos trabalhadores.

O fazendeiro disse ao delegado que Mirão era encarregado apenas de contratar o pessoal. Todos os criminosos serão indiciados em inquérito por prática de trabalho escravo. O Artigo 149 do Código Penal Brasileiro prevê pena de dois a oito anos para quem reduzir alguém à condição análoga de escravo. Os policiais ainda não sabem quantos empregados trabalhavam na lavoura, no mesmo regime (JORNAL A TARDE, 1988, p.13).

A matéria dá ênfase às atrocidades cometidas por fazendeiros, que extrapolam as questões envolvendo os posseiros do Rio das Rãs, outros trabalhadores da região também estavam sendo atingidos.

Mais de 300 famílias de posseiros que vivem há mais de 100 anos na fazenda Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, estão ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro Carlos Bonfim. Uma estrada que dá acesso à área ocupada pelos posseiros foi interdita arbitrariamente e o líder sindical Mario dos Santos, lavrador da região e defensor da permanência das famílias na terra, teve de fugir do local diante das ameaças de morte (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1990, p. 04).

Durante os momentos mais fortes do conflito, as ameaças, proibições, e perseguições aos trabalhadores em Rio das Rãs tornaram-se uma constante por parte do fazendeiro. Os trabalhadores se sentiam encurralados, amedrontados diante das ameaças constantes feitas por Carlos Bonfim. Paralelamente a esta

situação, observamos acompanhando o restante da matéria, que redes de solidariedade e apoio iam se constituindo em torno dos remanescentes e isso possibilitava o reforço da luta dos trabalhadores de Rio das Rãs.

Esta situação foi denunciada à Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de apurar a violência no campo pela Comissão Evangélica de Direito a Terra, entidade da Igreja Presbiteriana. Anteriormente a mesma denuncia havia sido relatada à CPI pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Comissão Pastoral da Terra e FUNDIFRAN (Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco).

O presidente da CPI, deputado Luiz Alberto (PT), esteve na área para avaliar a gravidade da situação. Para ter acesso ao local, o parlamentar teve de passar por uma estrada junto da casa do fazendeiro, passagem que é vedada aos posseiros. Outra violência constatada pelo deputado foi a “proibição” de construções na área ocupada pelos posseiros. Eles contaram que o fazendeiro usou inclusive policiais para impedir novas construções de casas (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1990, p. 04).

O deputado federal Luiz Alberto, membro do Partido dos Trabalhadores e ex-militante do Movimento Negro Unificado, no qual expressão política entre as comunidades negras, se destacou ao longo desse processo como uma figura de extrema importância para os encaminhamentos não só no nível de denúncias como também no campo parlamentar, para o reconhecimento da comunidade como remanescente.

Além disso, Carlos Bonfim e seus prepostos destruíram cercas e plantações, tentando por todos os meios forçar a saída dos posseiros. Tais pressões, na verdade, vêm ocorrendo acerca de 10 anos, desde que o fazendeiro comprou a fazenda Rio das Rãs – ao todo cerca de 40 mil hectares. Os posseiros ocupam uma pequena parcela de terra, na localidade denominada Enchu (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1990, p. 04).

A destruição de cercas e plantações por parte do fazendeiro como estratégia para a expulsão dos trabalhadores da fazenda Rio das Rãs contribuiu de certa forma para a resistência dos mesmos, principalmente na localidade denominada de Enchu que foi considerada por todos que acompanhavam a questão como foco de resistência aos desmandos do fazendeiro.

A Tribuna dá espaço e denúncia dessas ações:

Luiz Alberto vai denunciar as arbitrariedades ao delegado de polícia de Bom Jesus da Lapa, Pedro Eduardo dos Santos, a quem o fazendeiro atribuiu à ordem de fechar a estrada pública. O dirigente da CPI vai levar a situação também ao prefeito de Lapa, Alberto Guedes e à Procuradoria daquela comarca (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1990, p. 04).

Mesmo sendo denunciado à CPI da violência pelas entidades que acompanhavam o processo dos posseiros na fazenda Rio das Rãs e apesar da ida do parlamentar Luiz Alberto ao local, o fazendeiro continuou cometendo arbitrariedades, na maioria das vezes, com o apoio de policiais do município de Bom Jesus da Lapa.

Os posseiros da fazenda Rio das Rãs denunciaram à CPI da violência no campo, do Congresso Nacional que o fazendeiro Carlos Bonfim vem cometendo todos os tipos de ações para prejudicá-los, grilando suas terras, destruindo cercas, casas e arados e matando criação de Animais. O fazendeiro estaria agindo com a ajuda de capangas contratados e policiais, apesar da determinação da Justiça expedindo direito de posse aos posseiros. [...], os posseiros acusam Bonfim de, inclusive, ter envenenado suas terras e destruir com tratores suas casas construídas em mutirão (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1991, p. 03).

Aqui se faz necessária uma reflexão em torno do papel exercido por esses jornais na construção de uma memória sobre os remanescentes do Rio das Rãs. Que tendências representam na Região? Quais os significados da cobertura que dão ao movimento? Por que, aparentemente, se posicionam favoráveis aos trabalhadores, publicando constantemente matérias sobre o conflito, abrindo espaço para que esses trabalhadores apresentem suas reivindicações, denúncias e divulguem os acontecimentos que envolvem os moradores do Rio das Rãs.

O Jornal Tribuna da Bahia é considerado, dentro do estado, um jornal de oposição ao governo baiano.

A veiculação de tantas matérias sobre os acontecimentos ocorridos na comunidade do Rio das Rãs pode ser explicada pelas articulações das forças políticas do fazendeiro Carlos Bonfim, que se apoia no governo do Estado.

Diante desse quadro, nos anos seguintes as estratégias de resistência e a estruturação de novas formas de organização foram fundamentais para que os trabalhadores rurais do Rio das Rãs dessem continuidade as suas lutas pela sobrevivência e permanência no território e também pela ampliação do apoio recebido por entidades estaduais e nacionais que abraçaram a causa.

Em dezembro de 1991, a comunidade do Rio das Rãs volta a ganhar espaço na Tribuna da Bahia, que noticia os acontecimentos e dá cobertura a um pronunciamento da Igreja católica encaminhado ao Ministério da Justiça:

[...] bispos, padres, leigos e religiosos de mais de 22 dioceses da Bahia e Sergipe, reunidas na 29ª Assembléia Regional do Nordeste III da CNBB, pedindo providências para o problema. O documento foi enviado para o Ministério da Justiça.

Para pressionar os trabalhadores a abandonarem o local, Carlos Vasconcelos é acusado de ter jogado veneno em roças, afetando o rio onde centenas de peixes já morreram envenenados.

O assessor do deputado Alcides Modesto (PT) no oeste da Bahia, Raimundo Primo, conta que os trabalhadores já tinham sido expulsos pelo fazendeiro em 1990, quando o juiz da Comarca de Bom Jesus da Lapa, Antonio Laranjeira Barbosa deu liminar favorável aos trabalhadores. Só que Carlos Vasconcelos não cumpriu a decisão do juiz e desde esta época vem destruindo casas e roças das famílias. A liminar lembra Primo, nunca foi cumprida e em 19 de setembro deste ano o juiz Laranjeira mandou um oficial de Justiça ao local para fazer cumprir sua determinação.

Mais confiantes, os trabalhadores voltaram a reconstruir as casas em mutirão. Mas o entusiasmo durou pouco. O fazendeiro passou por cima da decisão do juiz e contratou mais de 15 capangas para novamente destruir as casas. Como forma de garantir a permanência das famílias no local o juiz Antonio Laranjeira Barbosa, como informou Primo, veio a Salvador onde pediu ao secretário da Segurança Pública, Sergio Habib, um reforço policial.

[...]

Na Procuradoria Geral da República, o subprocurador e secretário da Coordenação de Defesa dos Direitos Individuais, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, oficializou o juiz da Comarca de Bom Jesus da Lapa, Polícia Federal, Ibama e Procuradoria Geral da Bahia sobre a questão, solicitando destas providências, informações e apuração do caso. [...] O deputado Alcides Modesto recebeu um documento enviado Ministério da Justiça (TRIBUNA DA BAHIA, 1991, p. 04).

Ao longo desse período, foram significativos os apoios recebidos pelos trabalhadores de Rio das Rãs de representantes de órgãos governamentais, principalmente, em nível federal. Em vários momentos, estes tiveram que intervir na região já que os poderes públicos estaduais não davam atenção para o que estava

ocorrendo com os trabalhadores e, quase sempre, se posicionavam desfavoráveis às causas destes.

Além das instituições representativas do poder federal, destacamos a atuação do deputado Alcides Modesto como um articulador entre os trabalhadores, entidades de apoio e órgãos oficiais.

Destacamos ainda que também foi relevante o papel exercido pela igreja católica através de seus agentes de pastorais no encaminhamento de denúncias e apoio aos trabalhadores durante os momentos mais críticos do conflito pela posse e permanência no território.

Observamos que existiam dois campos de força contraditórios e em oposição: de um lado, os trabalhadores, com seus apoios, lutando na justiça e acionando o poder público para tomar decisões concretas em relação ao conflito e, por outro, o fazendeiro Carlos Bonfim, agindo, aliado às forças políticas e políticas da região violentamente na área.

No início da primeira semana de janeiro de 1992, a Comunidade do Rio das Rãs volta às manchetes do Jornal A Tarde com a matéria: Famílias ameaçadas terão apoio de várias entidades:

Será realizado amanhã, às 8 horas, na Praça Municipal, ato público em favor de 300 famílias que há 80 anos residem em área de Bom Jesus da Lapa e que estão sendo ameaçadas e expulsas de onde moram pelo fazendeiro Carlos Newton Vasconcelos Bonfim. O ato está sendo organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Paróquia de Bom Jesus da Lapa, CPT - Comissão Pastoral da Terra, Pólo Sindical de Ibotirama e Fundifran.

Esse caso de violência já está sendo estudado na Procuradoria Geral da República e consta do relatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa da Bahia, que apura a violência no campo. O juiz local concedeu liminar favorável aos posseiros, garantindo manutenção de posse aos residentes na área. O ato público contará com a presença de deputados federais e estaduais que visitarão a área do conflito logo após (JORNAL A TARDE, de 1992).¹⁸

¹⁸ Matéria semelhante foi publicada também pelo Jornal Tribuna da Bahia N°7683, de 04/01/92, p.04.

Várias foram as estratégias encontradas pelos trabalhadores do Rio das Rãs, no enfrentamento contra o fazendeiro Carlos Bonfim, como o apoio de entidades e de pessoas que acreditavam na causa. Além de agirem de forma judicial, estes trabalhadores também buscavam a mobilização como forma de conquistarem apoio, divulgaram a problemática e permanecerem mobilizados.

A Tribuna da Bahia publica os acontecimentos ocorridos em Bom Jesus da Lapa durante o ato público, que envolveu trabalhadores do Rio das Rãs, entidades e parlamentares que apóiam a causa:

[...] Na última quarta-feira, dia 08 várias entidades sindicais, Diocese de Bom Jesus, CPT, Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER - Feira de Santana), deputados estaduais e federais e representantes da CUT promoveram ato público em Bom Jesus da Lapa exigindo que o fazendeiro Carlos Bonfim acate a decisão da Justiça.

Reagindo às denúncias, o fazendeiro mandou distribuir um documento intitulado "A verdade sobre o Rio das Rãs" – documento este que não tem assinatura, portanto apócrifo – onde manipula e distorce os fatos com o objetivo de confundir a opinião pública (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 03).

A mobilização organizada por parte dos trabalhadores e entidades de apoio que promoveram o ato público em Bom Jesus da Lapa provocou reações do fazendeiro Carlos Bonfim, que mandou divulgar entre os participantes o documento "A verdade sobre o Rio das Rãs". Diante deste documento os trabalhadores também reagem.

Todas essas manifestações nos ajudam a compreender a correlação de forças nesse processo: de um lado, trabalhadores e instituições que os apóiam, do outro, o fazendeiro Carlos Bonfim, que utiliza a imprensa como uma das forças para se defender ou atacar os trabalhadores e aqueles que os apóiam.

A estratégia de Carlos Bonfim foi sendo montada com o propósito de amedrontar os trabalhadores, de persegui-los e ameaçá-los, como fez com o

trabalhador Mário Nunes. A Tribuna da Bahia relata o acontecido com esse trabalhador, negro e morador da comunidade do Rio das Rãs:

O pequeno lavrador Mário Nunes de Souza, 49 anos casado, 12 filhos, dos quais quatro maiores, morador da Fazenda Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa, a 902 quilometro de Salvador, é um exemplo típico da perseguição pela posse da terra. Sem saber exatamente a quem apelar, ele explica que desde o início de 82, com a chegada de Carlos Bonfim, famoso fazendeiro da região, vem sendo “empurrado” das terras onde sempre criou seus animais e plantação de subsistência. Mesmo assim diz que está resistindo às suas investidas.

Conforme o agricultor, a alegação de Carlos Bonfim é de que ele adquiriu todas as terras da fazenda e que necessita da área livre. “Como houve resistência da minha parte – explica o trabalhador – o fazendeiro e seus capangas começaram a destruir as cercas do curral, casas e a matar minhas galinhas, porcos, carneiros, como forma de me fazer sair do lugar” Mário de Souza diz, no entanto, que jamais abriu mão das terras onde vive.

Com a ajuda de várias entidades ligadas a assuntos da terra, Mário foi buscar refúgio, conseguindo entrar com uma ação de manutenção de posse da terra. Ele diz que o próprio juiz concedeu uma liminar favorável a ele, em novembro de 90. Lamentavelmente, comentou o trabalhador, a liminar não foi respeitada. Foi revigorada em setembro de 91. Já em janeiro de 92, houve uma nova revigoração em favor do posseiro, e até agora os desmandos continuam (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 02).

Em 1992, a comunidade do Rio das Rãs volta a ganhar destaque na Tribuna da Bahia, como indica matéria intitulada “Terror em Rio das Rãs”:

Os deputados Arthur Maia (PMDB) e Alcides Modesto (PT) denunciaram ontem na Assembléia Legislativa a situação de terror vivida por 300 famílias na fazenda Rio das Rãs, em Lapa, que estão ameaçadas de expulsão pelo empresário Carlos Bonfim do grupo Bial, apesar de possuírem sentença judicial garantindo-lhes a posse das terras que ocupam desde a revolta dos escravos no século passado. No último dia dez os “sicários” de Bonfim, segundo o peemedebista, chegaram a dificultar o acesso ao local, impedindo que o Bispo Dom Francisco Batistela, fosse rezar uma missa acompanhados de todos os prelados de sua diocese. O discurso de Arthur provocou um irado aparte do pefelista José Rocha, que o acusou de estar “virando” a casaca, pois teria sido advogado do grileiro nessa mesma causa. Arthur negou com ênfase e o desafiou a apresentar documentos provando ter qualquer intervenção neste processo, informando que Bonfim financiou candidatos de José Rocha no Oeste. O peemedebista admitiu ter advogado para o grupo Bial numa causa relacionada com a lavoura algodoeira que nada tem em comum com o drama vivido em Rio das Rãs (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 03).

A luta dos remanescentes vai se configurando nesse cotidiano e ganhando novos espaços no embate, ampliando seu campo de ação, como é possível de ser

observado nesta matéria, que traz o conflito sendo discutido por parlamentares na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

A questão do conflito pela terra no Rio das Rãs ampliou o raio das tensões e disputas, ganhou uma dimensão que envolveu os quadros políticos baiano, trazendo à tona as divergências partidárias e as disputas regionais que circulavam, provavelmente, em torno do voto dos trabalhadores.

A luta pela posse desse território é um longo caminho construído e disputado pelos remanescentes.

Em 1992, na matéria circulada pelo Jornal A Tarde, intitulada “Entidades pedem providências contra grilagem”, é possível observarmos até que ponto as articulações políticas do fazendeiro criavam condições para manter os trabalhadores do Rio das Rãs sob as suas constantes ameaças. A matéria informa:

O desarmamento dos pistoleiros, apuração dos crimes cometidos e punição dos responsáveis, principalmente, por componentes da Polícia Militar; que o Poder Judiciário assegure de imediato o cumprimento da liminar de posse concedida aos posseiros, e garantia de vida na área são algumas das reivindicações dos trabalhadores das comunidades de Eixo, Capão do Cedro, Bom Retiro e Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa, junto com as diversas entidades de classes. Acontece que a ação violenta da PM contra essas comunidades remanescentes de Quilombos e a igreja de Bom Jesus da Lapa tem sido assustadora. E para denunciar uma série de truculências foi realizada uma coletiva ontem na sede da Fetag, onde membros da comunidade exigiram a garantia da posse da terra e o cumprimento da lei.

A matéria, além de abordar esta questão, ainda denuncia ações da polícia:

[...] A gravidade maior do problema é que uma decisão judicial vem sendo desrespeitada em Bom Jesus da Lapa pela própria polícia, que deveria assegurar os direitos dos trabalhadores. Na área existem em torno de 300 famílias, e desde 1977, uma série de arbitrariedades vem sendo cometida por fazendeiros, principalmente, nos últimos anos por Carlos Bomfim – que eles acusam de grileiro – com o apoio do prefeito do município e do gerente do Banco do Brasil, conhecido como João Evilásio Bonfim, irmão de Carlos que já conseguiu até financiamento do governo para investir na área devoluta e pertencente aos trabalhadores há mais de 100 anos (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 03).

Aqui é possível observamos que o fazendeiro Bonfim também busca se aliar com políticos e representantes de instituições que possam contribuir com o seu projeto agrícola e com a conseqüente expulsão dos trabalhadores do Rio das Rãs, mesmo levando em conta que esses trabalhadores ocupam esse território há mais de 100 anos. O comentário de A Tarde torna evidentes ambigüidades e artimanhas do próprio estado ao se mostrar favorável à causa dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, liberar recursos através de projetos agrícolas ao fazendeiro Carlos Bonfim.

Segundo os representantes das diversas entidades como MNU, CUT, CPT, Fetag e a Diocese de Bom Jesus da Lapa e os próprios representantes das comunidades remanescentes de Quilombos do Vale do São Francisco, apesar das arbitrariedades cometidas pelos grileiros, existe uma liminar do juiz Antonio Laranjeiras descumprida até agora, porque os policiais em vez de darem segurança aos posseiros, protegem os invasores. A prova é que no último dia 10, numa ação muito violenta, impediu que o bispo da Diocese, Francisco Batistela, celebrasse uma missa pelos "500 anos de ocupação da América" na comunidade negra de Enchu (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 03).

A Tarde denuncia a ação da polícia:

Toda a operação foi comandada por Carlos Bonfim, juntamente com os policiais, sem que houvesse mandato judicial, mas a estrada foi fechada com barreira de 10 policiais fortemente armados com escopetas e fuzis, não permitindo sequer o acesso dos moradores do local, tudo com a participação direta do sargento Julião Francisco Araújo (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 03).

Diante de todas as investidas adotadas pelo fazendeiro, as articulações promovidas pelos trabalhadores e pelas entidades de apoio foram extremamente significativas, pois reforçaram, o tempo todo, as denúncias do conflito e possibilitaram o reforço e a continuidade da luta para a conquista e permanência no território.

Ainda é A Tarde que noticia o envolvimento do deputado Alcides Modesto e demais articulações:

Ontem à noite, o deputado Alcides Modesto (PT) acompanhado de representantes dos posseiros e de entidades que apóiam o movimento estiveram em A TARDE relatando a situação e informando o encontro que tiveram com o presidente do Tribunal de Justiça e da OAB/BA só não conseguindo marcar audiência com o comandante geral da PM. O deputado petista denuncia a situação difícil das 300 famílias e responsabiliza o governo do estado pelo que ocorrer na área (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992, p. 03).

As informações contidas nesta matéria são bastante significativas. Em primeiro lugar, trazem os trabalhadores da fazenda Rio das Rãs como remanescentes de quilombos, tratamento este que vai ser assumido, a partir de 1992, por entidades e instituições que acompanhavam o conflito. Em segundo lugar, informa sobre a relação das entidades como MNU, CUT, CPT, FETAG e Comissão dos Direitos Humanos, que se posicionaram ao longo do conflito do lado dos trabalhadores e em terceiro lugar, denuncia a posição favorável da polícia militar ao fazendeiro Carlos Bonfim, descumprindo, dessa forma, seu papel de proteger os cidadãos e manter a ordem.

Esses últimos acontecimentos tiveram uma repercussão bastante interessante e fizeram parte das discussões dos parlamentares na Assembléia Legislativa, sendo inclusive, matéria do Diário Oficial:

Deputados de oposição e representantes do Movimento Negro Unificado (MNU), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos trabalhadores na Agricultura (Fetag) e da Diocese de Bom Jesus da Lapa estiveram reunidos ontem à tarde, na sala da Comissão de Direitos Humanos, na Assembléia Legislativa, discutindo questões relacionadas com o conflito de terras em áreas remanescentes de quilombos do Vale do São Francisco (DIÁRIO OFICIAL, 1992).¹⁹

No início da década de 1990, como podemos observar pela matéria acima foram várias as entidades que estavam envolvidas na defesa dos remanescentes.

¹⁹ Denúncia semelhante foi feita em matéria do Jornal A Tarde Nº 26889 de 22/10/92, p.03, pelo padre Jerônimo coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra. Matéria também publicada no Jornal Tribuna da Bahia Nº 7465, de 23/10/92, p.03.

Essa articulação foi extremamente significativa para a sustentação da luta, principalmente nos momentos mais críticos do conflito.

Eles denunciam o descumprimento de ações judiciais e a agressão de policiais, que teriam impedido a celebração de uma missa marcando os “500 anos de ocupação da América”. Durante o encontro foi acertada uma visita, hoje, ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Furtado. Estiveram presentes os deputados Arthur Maia (PMDB), Saulo Pedrosa (PSDB), Calmito Fagundes (PMDB) e o federal Alcides Modesto, do PT baiano (DIÁRIO OFICIAL, 1992).

Nessa altura o deputado Alcides Modesto denúncia, na Tribuna da Bahia, o grileiro Carlos Bonfim por ter apresentado documentação forjada para afastar a posse do terreno. Inclusive, revelou o parlamentar, o irmão do fazendeiro, que é gerente do Banco do Brasil na região, está favorecendo a ação criminosa, tendo até mesmo conseguido a liberação de contratos agrícolas com um repasse de Cr\$ 90 bilhões para a firma Bial Ltda., de propriedade do grileiro. Modesto afirmou que a comunidade, formada por descendentes de escravos foragidos, está instalada há mais de 150 anos na região do Rio das Rãs, conforme atestam documentos na diocese e cartório do município (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1992).

No Jornal A Tarde, de outubro de 1992, o fazendeiro Carlos Bonfim nega todas as acusações publicadas:

[...] que nada disso é verdade. Segundo ele, a área em disputa foi vendida pela família Teixeira, com escrituração de 1616 e cadeia sucessória de 1808, da Casa da Ponte. Ele alega que já doou aos posseiros uma área de 4 mil há, no local conhecido como Brasileira, tendo passado escritura para quase metade dos moradores da região. “Esta área já está liberada desde 1988 e eu ali já construí prédio escolar, uma represa no Rio das Rãs, além de dar muito material de construção”, ressaltou.

[...] segundo Bonfim em 1990, os posseiros ajuizaram uma ação possessória para desobstrução de estradas e, com a liminar obtida, “passaram a invadir o remanescente produtivo da fazenda”.

O prefeito de Bom Jesus da Lapa, Alberto Guedes, diz que a área é particular e que já esteve no local várias vezes, acompanhado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do “Dr. Paraíba” e dos padres verificando a situação. ‘Nunca demos apoio ao fazendeiro, mas sim reconhecemos os seus direitos. Ele doou quatro mil hectares e fez várias escrituras públicas’ (JORNAL A TARDE, 1992, p.05).

Nesta matéria, fica evidenciado que o fazendeiro Carlos Bonfim procura se defender das acusações publicadas nos jornais. Fica claro também o apoio de políticos locais ao fazendeiro.

Quanto ao apoio dado aos remanescentes do Rio das Rãs, há outras redes de comunicação como o representado pela revista Tempo e Presença do CEDI, que publica uma carta do padre José Evangelista de Souza que se articula em favor do movimento, destacando o argumento de Mario Edson de Andrade em favor do direito dessa população àquela terra, por serem descendentes de quilombos aí existentes há muito tempo. Na referida matéria padre Souza diz:

Elaboramos um estudo para comprovar que são descendentes dos quilombos e, com isso, exigir que o governo federal proteja aquela área, conforme legislação prevista no Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição. Ficou comprovado historicamente que era um quilombo. Falta, entretanto, o reconhecimento da justiça.

Diante da situação dramática dos negros daquelas comunidades do Vale do Médio São Francisco, estamos solicitando o apoio e a defesa desta causa a todos quantos estão comprometidos com os direitos humanos e com a luta pela transformação de nossa sociedade. Nesta luta, está incluída a defesa do direito dos ex-escravos contra todo o resquício de escravidão (REVISTA TEMPO E PRESENÇA, p. 04).²⁰

Esse estudo foi feito a partir de uma solicitação feita pelos moradores do Rio das Rãs e as entidades de apoio a Fundação Cultural Palmares que acionou antropólogos da Universidade de Brasília para elaborarem o Laudo Antropológico sobre a referida comunidade. O Laudo, que ficou pronto em 1994, considerou a comunidade como pertencente a antigo quilombo.

Entre os vários apoios recebidos pelos remanescentes do Rio das Rãs, destaca-se a presença sempre constante da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Bom Jesus da Lapa que sempre denunciou o que estava ocorrendo na área:

²⁰ O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que presta serviços de assessoria, documentação e publicações para diversos setores da sociedade brasileira engajados no processo de transformação social, criado no final da década de 70.

O documento da Pastoral da Terra reproduz o parecer de Mário Edson Ferreira Andrade, diretor de Estudos, Projetos e Pesquisas da Fundação Palmares, reconhecendo as comunidades negras da área do Rio das Rãs como remanescentes de quilombos que lá se fixaram em meados do século passado. Ferreira Andrade pede que se encaminhe correspondência ao ministro da Cultura, solicitando ao ministro da Justiça, a aplicação do Artigo 68 das Disposições Constitucionais transitórias, em concordância com o Artigo 5º §2º, para que se adote integralmente a Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho de 1957 (JORNAL A TARDE, 1993, p. 03).²¹

O artigo 5º da Constituição Federal afirma a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, p. 10).

A Diocese de Bom Jesus da Lapa acrescenta que dia a dia toma-se conhecimento de continuados atos de violência e desrespeito praticados contra as famílias dos posseiros da área do Rio das Rãs. Essas famílias, ameaçadas por pistoleiros, não estão podendo fazer suas roças, nem mesmo ao redor de suas residências e nas áreas que lhes foram asseguradas pela Liminar de Posse, concedida em favor deles em novembro de 1990 (JORNAL A TARDE, 1993, p. 03).²²

As discussões em relação à condição dos trabalhadores da fazenda Rio das Rãs foram originários de um antigo quilombo. Nelas se utilizou do recurso ao passado para que essa identificação pudesse contribuir para o fim do conflito agrário e para que os remanescentes definitivamente conquistassem o seu território.

A discussão sobre o direito à propriedade da fazenda foi carregada de tensões e contradições. Sobre esta questão fala o Jornal A Tarde:

Algumas contradições devem ser registradas quanto à propriedade da fazenda Rio das Rãs. A advogada dos posseiros, Maria da Conceição Barbosa, chama atenção para um dado. Na primeira manifestação que fez sobre o tamanho de sua suposta propriedade, o fazendeiro Carlos Bonfim se referiu a uma área de 58 mil hectares. Na semana passada, apresentou documentação dizendo que essa área é de 39.878 hectares ou, pouco menos de 400 milhões de metros quadrados. Conceição afirma que o fazendeiro falsificou escrituras e até a planta que demarca a área do imóvel. De acordo com certidão passada pelo cartório de registro de imóveis e hipotecas de Bom Jesus da Lapa, a Fazenda Rio das Rãs tem uma área

²¹ Matéria semelhante foi publicada no jornal a Folha de São Paulo em 05/04/93.

²² Matéria semelhante foi publicada no jornal a Folha de São Paulo em 05/04/93.

real de 49.371 hectares. Por essa mesma certidão, datada de 27 de abril de 1993, comprou a fazenda em

1º de agosto de 1991 e o transferiu para o nome de sua empresa – “Bial Agropecuária” – dias depois. Bonfim desembolsou no negócio a bagatela de Cr\$19,8 milhões. Se for verdade a certidão do cartório – por sinal, distribuída à reportagem por Bonfim -, como o fazendeiro explica o fato de se apresentar como proprietário do imóvel desde 1984?

Seja como for, foi a partir dessa data que ele passou a investir no imóvel. Para isso conseguiu financiamentos junto às linhas de crédito do Banco do Nordeste e Banco do Brasil (JORNAL A TARDE, 1993, p. 05).

Alguns meses depois os remanescentes do Rio das Rãs voltam às matérias dos jornais, dessa vez com notícias favoráveis à sua permanência no território:

A Justiça Federal, através da decisão do juiz Antonio Ezequiel da Silva, anunciada ontem, acaba de conceder uma liminar favorável às famílias de posseiros da Fazenda Rio das Rãs, que estão em luta pela manutenção da posse da terra, contra o fazendeiro Carlos Newton Bonfim, proprietário da empresa Bial Agropecuária Ltda., dentre outras. O Juiz que atua na 3ª Vara da secção judiciária da Bahia, resolveu autorizar os posseiros ocuparem uma área de 7.340 hectares, entre o Rio das Rãs e o Rio São Francisco, “com direito a proceder à sementeira na região do alagadiço”.

O ato do juiz foi divulgado pela Procuradoria da República na Bahia, que patrocina uma ação civil a favor de 194 famílias da localidade denominada Rio das Rãs, uma das cinco existentes na área da fazenda. Pelo menos 1082 pessoas serão beneficiadas. A Fazenda Rio das Rãs é palco de disputas judiciais e de conflitos pela terra desde que Carlos Bonfim se apresentou como seu proprietário a partir de 1984. Os posseiros acusam o fazendeiro de prática de grilagem, com o uso de violência e outros atos criminosos. Uma caravana em defesa dos posseiros esteve em Brasília nos últimos dois dias, mantendo reuniões com autoridades, como o ministro da Justiça, Maurício Corrêa.

A disputa em torno da Fazenda Rio das Rãs está mobilizando setores da opinião pública pelo fato de existirem documentos mostrando que ali é uma área remanescente do quilombo desde o século XVII. O assunto foi motivo de duas reportagens publicadas por A TARDE, dias 8 e 9 deste mês. O procurador chefe da seção baiana da Procuradoria da República, Daciano Públio de Castro, garantiu que poderá requisitar apoio da Polícia federal para que a decisão judicial seja cumprida. Três outras liminares concedidas anteriormente pelo juiz de Bom Jesus da Lapa, Antonio Laranjeira, não foi respeitado pelo fazendeiro (JORNAL A TARDE, 1993, p. 03).²³

Dentro do processo de luta pela permanência dos moradores em seu território, a emissão da liminar que autorizava o plantio nas áreas do lameiro foi um dos momentos mais significativos para os trabalhadores da fazenda Rio das Rãs, tendo em vista a importância que essas áreas têm para eles. O alagadiço ou lameiro, como são conhecidas às terras fertilizadas pelas enchentes dos rios, está

²³ Matéria semelhante foi publicada no Jornal Tribuna da Bahia, n. 7765, de 20/05/93.

relacionado com o seu modo de vida, com as suas histórias e com as lutas cotidianas pela sobrevivência.

Tivemos a possibilidade de presenciar na época a posse do lameiro, um momento festivo em que foi possível vislumbrar a alegria dos trabalhadores. Homens, mulheres e crianças comemoravam, cantavam se divertiam como se tivessem solucionado todo o conflito, que ainda se estendeu por mais alguns anos, até que todo o território fosse reconhecido como área de remanescentes de quilombos.

A luta é constante e a mobilização se torna uma estratégia importantíssima, pois, além de manter os remanescentes envolvidos e em alerta, contribui para a formação da opinião pública. Todo o tempo, desde o início do conflito, periodicamente, a questão é noticiada nos jornais que circulam na Bahia, como a seguir:

Uma caravana em defesa dos posseiros remanescentes de quilombos da fazenda Rio das Rãs partirá de Salvador e de Bom Jesus da Lapa em três ônibus fretados com destino a Brasília, onde pretende, amanhã, cobrar do ministro Mauricio Corrêa, da Justiça, maior celeridade no processo de desapropriação e titulação da área ocupada por aqueles posseiros. A informação foi prestada por Valdério Silva, coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), durante entrevista coletiva convocada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujo objetivo foi denunciar os conflitos pela terra ocorridos no Brasil nos últimos anos. A CPT fez também o lançamento da revista "Conflito no Campo Brasil/92", ressaltando as práticas na Bahia e Sergipe (JORNAL A TARDE, 1993, p. 02).²⁴

Em 14 de maio de 1993, *A Tarde* publica uma matéria que consideramos importante por trazer esclarecimentos que são pertinentes à questão da terra, não somente no caso do conflito na Fazenda Rio das Rãs, mas também para uma discussão sobre a posse e legalização de terras no Brasil. Seguem alguns trechos da matéria:

²⁴ Matéria semelhante foi publicada também no Jornal Correio da Bahia, n. 4347, de 14/05/93.

A disputa pelo reconhecimento da propriedade de terra da Fazenda Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, evidencia a forma pela qual a questão fundiária brasileira está umbilicalmente ligada à formação do Direito Nacional. [...] há uma tradição jurídica de quase 500 anos em cena, invisível ao olhar de leigo, mas atuante e, ainda hoje, esdruxulamente determinante nas decisões judiciais que possam estabelecer a paz e fazer justiça em regiões de litígio em torno da terra.

As terras do Brasil começaram a ser ocupadas dois anos após a chegada dos portugueses, em 1502, através de um instrumento legal despótico denominado Carta Régia. Por este instrumento, foram concedidas as 12 capitanias hereditárias e um sem-número de sesmarias: pedaços de terra de extensão indefinida, dentro das capitanias, em que o sesmeiro deveria cumprir certas obrigações como o envio das árvores de valor para a construção naval na metrópole.

O sesmeiro era uma categoria imediatamente inferior à do capitão-mor que, em nome de El Rey, também tinha o direito de conceder certas sesmarias. Desse modo, são incontáveis as concessões de terra expedidas desde o início da colonização do País.

Entretanto na véspera de Independência foi suspenso, por ordem do imperador Pedro I, a concessão de qualquer carta de sesmaria, [...]. Essa suspensão durou exatamente 28 anos, [...].

Depois daquela resolução, quem quisesse, onde bem lhe aprouvesse, poderia se dizer proprietário de qualquer dimensão de terra no Brasil.

Em 18 de setembro de 1850 foi promulgada a Lei Nº. 601, a primeira lei agrária da nação independente, cujo Artigo 13 criou o Registro Eclesiástico. Quem tivesse alguma carta de sesmaria, ou achasse que era proprietário de qualquer extensão de terra, deveria dirigir-se à paróquia mais próxima e registrá-la. [...]

Assim, qualquer propriedade de terra no Brasil, hoje, só pode ter duas origens: sesmarial ou possessória. De todas as maneiras uma origem violenta em termos de direito.

No caso da Fazenda Rio das Rãs é de frágil valor probatório o levantamento da cadeia sucessória da propriedade, segundo os relatos das reportagens de Fernando Conceição em *A TARDE*. Originário de uma Carta Régia de 1637, diz Conceição, e transferida sesmarialmente para a Casa da Ponte no final daquele século, as terras da hoje denominada Fazenda Rio das Rãs já foi, como qualquer propriedade rural do País, uma “terra de ninguém”.

A duvidosa cadeia sucessória, apresentada pela defesa do fazendeiro Carlos Bonfim nos autos da Ação de Manutenção de Posse que contra ele movem os posseiros remanescentes dos quilombos de Bom Jesus da Lapa, esbarra necessariamente no período de vazio legislativo ocorrido entre 1822 e 1854, no Brasil.

Significativo nesta matéria é visualizarmos os momentos em que os autores buscam no passado remoto elementos para argumentar em favor do direito de posse dos remanescentes dessas terras.

A luta dos remanescentes do Rio das Rãs também foi motivo de reportagem da Revista *Isto É*, maio de 1993, com o Título “*Zumbi no Planalto - Governo assusta índio e promete criar reserva negra na Bahia*”. Segue a matéria na íntegra:

Ao demitir, na quarta-feira 19, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, o ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, apagou o cachimbo da paz que havia fumado com os 250 mil índios brasileiros. Mas Corrêa decidiu no mesmo dia, fazer um agrado à minoria negra do País. Recebeu 200 remanescentes do quilombo Rio das Rãs, no sertão baiano, a 1.000 km de Salvador. Os negros reivindicaram a demarcação de 13 mil hectares de terra para fazer cumprir o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição. O pedido de demarcação é inédito e vem respaldado com pareceres favoráveis da Procuradoria Geral da República e da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura. Correia se comprometeu a dar um empurrão à primeira reforma agrária antropológica no campo. Os negros do Rio das Rãs estão envolvidos em conflitos agrários com pretensos proprietários e querem a demarcação para evitar a grilagem de seu quilombo. Embalados ao ritmo do afoxé Ilê Ayê, os negros dançavam em ritmo afro em frente ao Palácio do Planalto, com gritos de saudação a Zumbi (REVISTA ISTO É, 1993, p. 14).

Os remanescentes de quilombos do Rio das Rãs foram incorporando ao longo de sua luta pela permanência em seu território o apoio de várias entidades e instituições assim como o apoio de políticos e de outras pessoas ligadas às causas comunitárias. Um desses apoios, que consideramos de grande importância, foi dado pelo grupo afro Ilê Ayê, de Salvador.

Nesse mesmo período, os jornais de Brasília e o Correio Brasiliense também publicaram matérias referentes à ida dos remanescentes a Brasília para negociação junto aos órgãos competentes nos processos referentes a legalização do seu território.

É interessante observarmos como os remanescentes ampliam o seu campo de luta, conseguindo a divulgação da problemática que vivem em diversos jornais do país, nos quais também deixam marcas de sua própria cultura. Ainda que a manifestação traga traços da cultura como são vividas pelo grupo Ilê Ayê, e não por esses remanescentes, de alguma forma marcam a presença de uma cultura negra que querem afirmar.

O Jornal de Brasília assim noticia em maio de 1993:

Ao som dos tambores do grupo de Salvador Ilê Ayê, cerca de 100 posseiros da região de Rio das Rãs, no município baiano de Bom Jesus da Lapa, fizeram ontem uma animada passeata na Esplanada dos Ministérios. Remanescentes dos quilombos, os agricultores reivindicaram em ritmo afro o direito à posse de 15 mil hectares de terra disputados com fazendeiros da região.

“Quilombo estou aqui. Só devo a Quilombo, só devo a Zumbi”, gritavam os manifestantes deixando intrigados funcionários públicos que acompanhavam a passeata.

“Vocês são de onde?” - indagavam os mais curiosos em cada pequena parada da manifestação que cruzou a Esplanada em direção ao Ministério da Justiça.

“Viemos para a capital porque um homem do inferno está querendo tirar nossa terra, não deixa a gente plantar”, explicou o mais velho dos posseiros, Francisco de Souza, que, apesar dos 99 anos, seguia ao lado dos tambores do Ilê Ayê.

“Esses meninos estão aqui para nos animar”, agradeceu emocionado Francisco.

Pela manhã os remanescentes da comunidade do Rio das Rãs visitaram a Procuradoria Geral da República para colher informações sobre a ação movida contra o “homem do inferno” que perturba seu Francisco, o fazendeiro Antonio Carlos Bonfim (JORNAL DE BRASÍLIA, 1993).²⁵

Podemos observar na matéria a trajetória que os trabalhadores tiveram que enfrentar para conseguir seus direitos. Lembramos que esse conflito com o fazendeiro Carlos Bonfim teve início em 1984 e que são decorridos quase 10 anos de enfrentamento, resistência, luta e organização dos remanescentes para permanecerem em seu território.

O Correio Brasiliense comenta desta maneira o acontecimento:

Por determinação do Ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, policiais federais serão deslocados para a localidade do Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa (BA), para garantir o cumprimento de liminar da Justiça Federal que garante a posse de terra a 300 famílias remanescentes dos quilombos. Ocupantes da área há 150 anos, as famílias estão sendo expulsas da localidade pelo grileiro Carlos Nilton Vasconcelos Bonfim, que utiliza pistoleiros e até policiais militares para intimidar as famílias (JORNAL CORREIO BRASILIENSE, 1993).

Além das várias entidades que acompanham a problemática dos remanescentes em Rio das Rãs, significativos foram o apoio recebido por diversos grupos representantes de direitos dos negros e de parlamentares defensores da

²⁵ Matéria publicada também no Jornal A Tarde, n. 27097, de 19/05/93, p.09. Notícia semelhante foi publicada no Jornal Correio Brasiliense de 20/05/93, p.07.

causa que, em diversos momentos, se pronunciaram, como noticia o Correio Brasiliense em 1993:

Grupos representantes dos direitos dos negros acompanhados de parlamentares estiveram ontem com Mauricio Correia solicitando a intervenção federal no local, diante da omissão do governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. A liminar concedendo a reintegração de posse das terras aos remanescentes dos quilombos foi expedida ontem pelo juiz federal da Bahia, Antonio Ezequiel da Silva. Atualmente as famílias ocupam cerca de quatro mil hectares, mas reivindicam a posse de 15 mil hectares. A posse dessas terras pelas 300 famílias é garantida pelo Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição, que prevê 'aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos' (JORNAL CORREIO BRASILIENSE, 1993).

A noticia retoma o artigo da Constituição Federal que garante o direito de posse aos remanescentes de antigos quilombos. Ao mesmo tempo em que reforça a afirmação desse direito pelos negros.

E o Correio Brasiliense continua:

As 300 famílias solicitaram ao ministro da Justiça, além da intervenção da PF para dar cumprimento a liminar, ajuda junto ao Ministério da Cultura para que reconheça a área como remanescente dos quilombos. Para tanto é necessário que se faça um levantamento antropológico da área (JORNAL CORREIO BRASILIENSE, 1993).

Segundo o Ministro da Justiça, diz a matéria, não há necessidade de uma intervenção por parte da polícia federal na área em litígio já que os encaminhamentos legais vêm sendo feitos. A matéria aponta ainda para a necessidade de se fazer um levantamento antropológico que possa ajudar no processo de reconhecimento do território como área pertencente a antigo quilombo.

O ministro disse que a intervenção federal em qualquer área da Bahia só ocorre a pedido da Justiça Federal, e esse não é o caso. O morador mais antigo do quilombo, Chico Tomé, de 99 anos que ainda trabalha na lavoura relatou a Corrêa que o grileiro está destruindo as roças das famílias e matando os poucos animais que criam (JORNAL CORREIO BRASILIENSE, 1993).

Os embates judiciais ocorreram graças ao apoio recebido das instituições, entidades e parlamentares que colaboraram com os remanescentes para que o território pertencente aos remanescentes, historicamente conquistado, fosse definitivamente reconhecido como terras pertencente a antigos quilombos remanescentes.

O fazendeiro Carlos Bonfim se pronunciou publicamente poucas vezes e usou principalmente o jornal Tribuna do Sertão, que circula na região do oeste baiano, como veículo de seus interesses. Preferia, na verdade, agir mais diretamente, pressionando os trabalhadores na comunidade e utilizando estratégias repressivas e ameaças que causavam muita insegurança entre os remanescentes.

Mas, no mês de maio de 1993, diante de todas as matérias circuladas nos jornais, Bonfim procura respaldo no jornal Tribuna do Sertão que publica uma matéria, com a manchete, *A Grande Questão do “Rio das Rãs”*, cujo o resumo segue abaixo em resumo:

A fazenda Rio das Rãs, propriedade rural com aproximadamente 40 mil hectares, é palco da maior polêmica sobre a posse de terra no Estado da Bahia neste momento. Ela fica localizada no município de Bom Jesus da Lapa.

De um lado esta o empresário Carlos Newton Vasconcelos Bonfim, proprietário do “GRUPO BIAL”, com sede em Guanambi, que adquiriu a propriedade em mãos da família Teixeira em 1983/84, quando assumiu o controle acionário da Companhia Agropecuária São Francisco, empresa criada pela família Teixeira para administrar o imóvel e do outro lado os ex-possesores da Fazenda Rio das Rãs que ali estavam quando da transferência da propriedade, aproximadamente 60 famílias, engrossadas por mais de uma centena de outras tantas por ação da CPT - Comissão Pastoral da Terra, braço agrário da Igreja Católica, vêm se instalando no local e que igualmente pleiteiam a posse da propriedade.

A questão como não poderia deixar de ser está sob apreciação da Justiça, mas o novo argumento usado pelos posseiros de que sua legitimidade de posse estaria escusada por um eventual quilombo que existia no local desde 1600, é, além de inédito em todo o país, até certo ponto fantasioso, pois nestas paragens onde os traços mais remotos de colonização surgiram nos meados do século XVI (1601 a 1699), custa crer que os negros aprisionados em África e vendidos como escravos na América, tenham tido tempo físico para chegar até o Rio das Rãs, principalmente porque a escravatura somente prosperou depois de 1650.

Historicamente, portanto, para que tal tivesse acontecido somente se tais africanos escravizados tivessem deixado a África diretamente para o Rio das Rãs, sem escalas (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Esta matéria traz um histórico sobre a cadeia sucessória das terras da fazenda Rio das Rãs e como o senhor Carlos Bonfim adquiriu as ações pertencentes à família Teixeira. Além disso, descreve também investimentos feitos pelo empresário até o momento:

Com a aquisição de Carlos Bonfim a propriedade sofreu uma completa metamorfose, sendo hoje ocupada por aproximadamente 25 mil hectares de pastagem artificiais (capim) e 4 mil hectares de algodão, área esta a maior do Brasil em termos de plantador individual da cultura (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Carlos Bomfim argumenta, como podemos observar abaixo, que oferece trabalho a quase 500 pessoas. Ele procura dessa forma justificar sua posse frente aos argumentos levantados pela comunidade negra.

Foram edificadas 70 casas que abrigam na fase da entressafra aproximadamente 500 pessoas, entre empregados do projeto e seus familiares, sendo que em plena safra a Rio das Rãs dá emprego a mais de 3.000 pessoas.

A folha de pagamento do Rio das Rãs, incluindo obrigações sociais chega a 1,5 bilhões de cruzeiros por mês (dados de abril de 93).

Na propriedade funciona oficina mecânica completa, inclusive tornearia, borracharia, oficina de soldagem, carpintaria, marcenaria e até um posto de combustível, dando suporte a uma frota de 12 veículos, 5 tratores de esteira e 25 tratores de pneus.

A fazenda Rio das Rãs possui rede própria de energia elétrica, serviço telefônico, enfermaria, escolas e até sistema de fax-símile.

Nos seus pastos estão neste momento aproximadamente 17.000 cabeças de gado vacum.

Além dos funcionários da Empresa contratados fora da região e em Bom Jesus da Lapa, prestam serviço uma alentada quantidade de famílias dos ex-posseiros da propriedade (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Uma das estratégias utilizadas pelo fazendeiro Carlos Bonfim é a de mostrar que a fazenda Rio das Rãs, administrada pelo Grupo Bial, é altamente produtiva, sendo assim, esse território, não pode ser alvo de projeto de reforma agrária para o assentamento de trabalhadores rurais. Além disso, procura caracterizar a propriedade como uma das mais modernas da região. Fica evidente aí como as

partes envolvidas no conflito argumentam a partir de critérios diferentes e até opostos em defesa de seus interesses.

Gostaríamos, ainda, de destacar na matéria em questão o processo de negociação que foi apresentado pelo fazendeiro aos trabalhadores durante a fase do conflito e foi divulgado pela Tribuna do Sertão:

Assumindo a propriedade em 1984, Carlos Bonfim logicamente entendeu que lhe seria completamente impossível nela implementar o gigantesco projeto agropecuário se tais atividades tivessem que seguir segmentadas por bolsões de terras ocupadas pelas famílias que ali estavam.

Além disto, entendeu Carlos Bonfim que seria deixar aberto o canal dos inevitáveis conflitos de propriedade entre os seus funcionários e os posseiros a manutenção deste estado de coisas (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Para Carlos Bonfim, os trabalhadores que ocupavam as terras da fazenda Rio das Rãs não estavam preparados para um acordo de indenização que envolvesse remuneração, pois não saberiam administrar esse dinheiro.

Pretendeu Bonfim, inicialmente que a referida propriedade por parte dos posseiros fosse feita por base numa remuneração pelas áreas que estes ocupavam e o pagamento das benfeitorias por acaso existentes, mas o próprio despreparo destes posseiros para a vida moderna e a manipulação de dinheiro, estiveram praticamente isolado de tudo e todos por anos a fio, mostraram-lhe que assim procedendo iria causar aos mesmos um grande transtorno sem volta e que o futuro daquela gente seria continuar na região e na própria fazenda, mantendo as atividades que sempre tiveram, ou seja, o cultivo de pequenas roças de subsistência e a pesca. Por esta razão foi que Bonfim buscou a FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura e o INCRA – Instituto Nacional Para Reforma Agrária, para com esses dois órgãos, elaborar um grande projeto de reassentamento dos posseiros dentro da própria fazenda Rio das Rãs (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

A matéria traz argumentos que destacam a importância da produção em larga escala adotada pelo fazendeiro Carlos Bonfim em oposição a pequenas roças de subsistência e a pesca praticada pelos trabalhadores em Rio das Rãs.

[...] Tendo em vista que os posseiros tinham na pesca uma das principais ocupações, cuidou Carlos Bonfim em conjunto com a FETAG e o INCRA reservar terras simultaneamente banhadas pelo Rio das Rãs e São Francisco para fazer o reassentamento dos posseiros. Foram assim doados

4.000 hectares de terra nos quais se demarcaram propriedades de 25 hectares cada uma.

Tais glebas foram entregues com escritura pública aos posseiros, que assim a legitimaram para sempre (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 15).

Foram muitas as artimanhas traçadas por Carlos Bonfim na tentativa de ludibriar os trabalhadores do Rio das Rãs objetivando ficar com o território em disouta. A estratégia mencionada na matéria provavelmente, foi mais uma das muitas usadas durante a negociação. Quando os trabalhadores tomaram pé do que realmente estava acontecendo, se sentiram lesados, pois os quatro mil hectares era insuficiente para assentar todas as trezentas famílias. Além disso, a localização da área os impedia de ter acesso aos rios e às lagoas, áreas historicamente habitadas e trabalhadas por eles.

A área da localidade da Brasileira foi desmembrada, isolada do restante da fazenda por cercas de arame farpado. O fazendeiro dividiu a área por lotes de 25 hectares para cada família. Acontece que os posseiros que moravam nas demais localidades da fazenda – Enchu, Bom Retiro, Capão do Cedro e Rio das Rãs se recusam, até hoje, a se mudar para a área “doada”. Eles desconhecem a validade do acordo. Criando-se, dessa forma, o impasse, a partir de então, Carlos Bonfim ordenou a derrubada de casas, a matança de animais, o envenenamento e danificação das roças com o uso de tratores, o isolamento das lagoas e fechamento de partes do Rio das Rãs e Rio São Francisco a fim de inviabilizar a prática pesqueira dos oponentes. Quem ameaçava desobedecer, correia risco de vida.

O fazendeiro Carlos Bonfim negava tudo. Seus advogados, os administradores e gerentes da fazenda – além de alguns posseiros que moravam na Brasileira – foram convocados por ele a depor a seu favor. Durante os dois dias em que a equipe de reportagens do jornal A Tarde esteve no Rio das Rãs, sempre foi

acompanhada por prepostos de Bonfim, que indicavam as pessoas a serem ouvidas. Ao lado do fazendeiro, que, neste momento, se calava, aliados como Valter Rodrigues Vilaça, ex-camponês e hoje motorista por empreitada da fazenda, não negavam elogios a Bonfim: “Este homem é um santo, faz de um tudo por nós. Se ele sair daqui, muita gente vai sofrer”.

As terras negociadas por Carlos Bonfim ficam na localidade de Brasileira e, em relação a essa questão, os moradores da área se manifestam para A Tarde:

O fazendeiro criou uma espécie de bantustão no interior baiano. No mesmo estilo do governo do apartheid da África do Sul. [...].

A localidade de Brasileira, que já existia, foi escolhida para servir como batustão. O fazendeiro fez uma cerca separando-a dos restantes da fazenda. Se o gado dos posseiros atravessar os limites, pode ser morto por prepostos do fazendeiro. A cada família que aceitou transferir-se, Bonfim “doou” na Brasileira um lote de 25 hectares cercado. Os moradores de Brasileira estão divididos entre os que apóiam e os que condenam Bonfim. Os que apóiam são conhecidos na região como “os contra”.

Na localidade de Rio das Rãs, a maior e mais resistente de todas, Margarida Arcanjo da Conceição afirma que as terras de Brasileira são insuficientes para o trabalho de roça e criação. Joaquim Inácio Conceição disse que o fazendeiro ficou com as melhores terras e “doou” o pior. “Isso é bandidagem deles, seu moço, a gente viveu sempre bem aqui”, declarou Mario Nunes de Souza, tido como liderança dos posseiros de Rio das Rãs (JORNAL A TARDE, 1993, p. 05).

Em relação à divisão do grupo, entre os que estão de acordo e os que são contra Carlos Bonfim na questão da “doação” de parte da área para o assentamento das famílias, Valdério Silva, em seus estudos sobre a comunidade, aponta:

Um dos momentos mais difíceis na história recente de Rio das Rãs ocorreu devido às dissensões internas, que levaram à conformação de dois grupos distintos: os que estavam a favor de Rio das Rãs e da sua história, a maioria e os que estavam “contra” (como foram chamados) e ao lado do fazendeiro usurpador. Pois bem, não obstante as tensões provocadas pelas disputas entre os dois lados, o que mais me chamou a atenção é que o conflito entre homens não impossibilitava que as mulheres e crianças, de ambos os lados, se relacionassem amistosamente, nos rios e lagoas, lavando roupa; nas brincadeiras de argolinha com os animais de montaria; nas rezas, nas casas dos vizinhos, ou no centro de Jurema. A divisão política que contrapunha os dois grupos não impossibilitava nem mesmo que entre os homens houvesse aproximações nos momentos de lazer, por exemplo, aos domingos, nos botecos, onde todos bebiam e sorriam como se não existissem tais diferenças (SILVA, 1998).

Essas observações levantadas por Valdélío são, provavelmente, decorrentes dos fortes laços de parentesco e/ou amizade próprios do grupo que, mesmo apresentando “divergências”, mantinha momentos particulares em que essas diferenças não impediam a aproximação entre todos os membros.

O senhor Carlos Bonfim em matéria que circulou no jornal Tribuna do Sertão critica a atuação da Comissão Pastoral da Terra dizendo que foram seus agentes de postal que levaram os trabalhadores a procurarem a justiça e não aceitarem mais o seu acordo, como podemos observar abaixo:

Quando a Comissão Pastoral da Terra ligada a Diocese de Bom Jesus da Lapa entrou na questão o projeto de reassentamento já havia sido feito e os trabalhos de implantação do Projeto Rio das Rãs já estavam praticamente consolidados e em franca produção.

Agindo em duas frentes, a CPT orientou uma expressiva parcela dos posseiros a procurar a justiça pedindo reintegração na posse dos locais onde originalmente estavam no Rio das Rãs e do outro estimulando a chegada à área de 4.000 hectares doados por Carlos Bonfim e na quais os posseiros se reassentaram de dezenas e outras famílias ribeirinhas hoje igualmente reivindicando posse na Fazenda Rio das Rãs como se nela tivessem estado há tempos atrás [...] (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Carlos Bonfim tenta inverter a situação, colocando a CPT como responsável pela presença de um grande número de posseiros na área, e desconsidera que a fazenda era habitada pelas 300 famílias que se dividiam em cinco localidades, constituindo um modo de vida com tradições costumes e festividades próprias de sua cultura e de sua história.

O jornal Tribuna do Sertão continua:

Aparentemente sentindo a fragilidade das ações em curso na Comarca de Bom Jesus da Lapa e habilmente usando o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição do Brasil promulgada recentemente a CPT em conjunto com o MNU – Movimento Negro Unificado resolveram apelar para a questão de um pretense quilombo que teria se constituído nas margens do rio São Francisco na Fazenda Rio das Rãs, mesmo que tal quilombo nunca antes tenha merecido qualquer citação histórica, registro institucional e até que colida com a própria evolução e colonização regional, toda ela iniciada em meados do século XV e, portanto inviabilizadora do surgimento de tal agrupamento de fugitivos. Nesta ótica, eles teriam fugido e se

aquilombado mesmo antes de existirem na região (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Mais do que aos fatos devemos atentar-nos para as das narrativas, que são também fatos. O que importa é o modo como dão significado ao passado, tendo em vista firmar-se no presente. Mas, para além dos textos, a afirmação da não existência de negros fugidos e aquilombados na região do São Francisco é, sem dúvida, um desconhecimento ou uma omissão histórica. Em relação a isso, o trabalho de Flavio Gomes aponta:

Em fins de 1734, em portaria endereçada ao coronel Domingos Miranda Pereira, o governador da Bahia, por 'serem tantas e tão repetidas as queixas dos moradores do distrito da freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro', ordena que, caso não fossem presos no prazo de um mês, 'todos os negros salteadores, ou amocambados', os capitães-do-mato deveriam ser remetidos presos para Salvador a fim de serem devidamente punidos e dar baixa nos seus postos. O problema porem não estava restrito a Santo Amaro. No ano seguinte, o fazendeiro Pascoal Pereira Pinto, morador do *Rio das Rãs* e Parateca, próximo ao sertão do Rio São Francisco, região do Rio de Contas e Jacobina, era indicado para comandar uma diligencia para perseguir 'negros fugidos assim esparsos como em mocambos' (GOMES, 2005, p. 399. grifos nosso).

O trabalho de Gomes é bastante significativo, pois indica a presença de vários quilombos organizados na Bahia e apresenta a existência de negros aquilombados desde as primeiras décadas do século XVII na região do Rio das Rãs e São Francisco, desfazendo, dessa forma, uma idéia defendida pelo jornal Tribuna do Sertão da não existência de negros aquilombados nessa região.

No tocante a isso, o advogado de Bonfim se pronuncia na Tribuna do Sertão:

Além do mais é controverso, para dizer pouco, o tal quilombo do Rio das Rãs, não baseado evidentemente que a maioria dos posseiros e ribeirinhos do São Francisco sejam negros para automaticamente ele ficar provado. Elquisson Soares, ex-deputado federal e advogado de Carlos Bonfim definiu bem a questão; 'se negro é sinônimo de quilombo, todas as terras da Bahia devem ser desapropriadas e entregues a população'. Falou e disse (JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO, 1993, p. 06).

Essa posição assumida pelo advogado do fazendeiro demonstra claramente como a questão do Rio das Rãs estava sendo pensada pelo fazendeiro, que passou a investir para que a área não fosse reconhecida como pertencente aos remanescentes. A intenção era de continuar com seu projeto agropecuário, ou seja, explorar a mão-de-obra dos posseiros à base de um custo muito baixo.

O conflito pela posse do território em Rio das Rãs ganhou uma dimensão em nível internacional quando se tornou matéria do Jornal New York Times, em agosto de 1993. Destacamos alguns trechos dessa publicação:

Rio das Rãs, Brasil - Apoiado por advogados e títulos de propriedade, um fazendeiro despojou recentemente um grupo de lavradores pretos de suas terras tradicionais, derrubando casas, atirando nos cavalos, queimando cercas e passando o gado pelas roças.

Mas tirando um espírito de resistência de séculos, os lavradores teimosamente se recusam a deixar as terras onde seus ancestrais se estabeleceram como escravos fugitivos.

“Preferimos andar nas nossas pernas a ser levados como cabras”, disse Mario Nunes de Souza, um líder da comunidade de Rio das Rãs, no estado da Bahia, nordeste do Brasil. ‘Não temos qualquer dúvida que nossas terras nos serão devolvidas’.

Usando este remoto conflito de terras como um caso teste, a procuradoria Geral da Justiça espera estabelecer um precedente legal que eventualmente poderia proteger centos de comunidades negras no Brasil rural. Em setembro os promotores pedirão ao juiz federal devolver suas terras ancestrais a lavradores negros, com base em que são descendentes de um quilombo, ou comunidade livre de escravos fugidos (BROOKE, 1993).

O New York Times traz todo o histórico do conflito e as disputas de terra existentes no país e prioriza, principalmente, as áreas de remanescentes de quilombos, apontando a possibilidade de que os lavradores negros têm de ver suas terras regularizadas a partir da aplicação do Artigo 68, da Constituição Federal Brasileira.

Em matéria, intitulada “*Quilombolas vão esperar*” do periódico Bahia Hoje, o Rio das Rãs volta a ser notícia, em 1995.

Ainda vai demorar um pouco até que os remanescentes do quilombo de Rio das Rãs tenham reconhecidos como suas as terras que ocupam. Entretanto eles não terão que esperar tanto quanto as mais de 700 comunidades negras do país, que dependem da aprovação dos projetos de regulamentação do Artigo 658 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição (ADTC), prevendo a titulação das terras pertencentes a quilombolas.

Uma comissão interministerial para encaminhar os processos de reconhecimento das áreas de quilombos deve adiantar a titulação de Rio das Rãs, sem que haja necessidade de se esperar a aprovação dos projetos, uma vez que a comunidade já foi reconhecida como quilombo desde 1993 pela Procuradoria Geral da República. A comissão criada segunda – feira, durante uma reunião entre os ministros da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira e da Cultura Francisco Velforte, a subprocuradora Geral da República Ella de Castilho, o deputado federal Alcides Modesto, autor de um dos projetos de lei e representantes da Fundação Palmares.

Segundo Modesto, a titulação depende de um novo levantamento delimitando a área exata ocupada pelos quilombolas. “O laudo antropológico feito em 93 não especificou o total da área, mas há indícios de que deve ultrapassar os 17 mil hectares estipulados até agora”, afirmou o deputado, garantindo que o levantamento estará pronto em agosto.

Ainda não foram escolhidos os nomes que comporão a comissão, mas conforme o deputado baiano, dentro de pouco tempo a equipe estará atuando (JORNAL BAHIA HOJE, 1995, p. 04).²⁶

Observamos na matéria, que mesmo sendo reconhecida como área de remanescente pela Procuradoria Geral da República, decorreria ainda um bom tempo para obterem a titulação definitiva, levando os moradores do Rio das Rãs a uma longa e difícil espera, pois, durante todo esse período as condições de sobrevivência foram dificultadas pelas pressões sofridas através de ameaças por parte do fazendeiro.

Durante todo esse período em que o conflito se estende, a produção de alimentos de subsistência, tradicionalmente realizada pelos moradores, diminuiu significativamente, o que fez com que os mesmos tivessem que buscar outras alternativas de sobrevivência.

A Tarde noticia esta situação:

A alternativa de muitos posseiros tem sido atravessar o Rio São Francisco e plantar nas ilhotas que, na entressafra das enchentes, aparecem no meio do rio. Eles plantam leguminosas, mandioca, milho, melancia, arroz, feijão

²⁶ Matéria semelhante foi publicada no Jornal Tribuna da Bahia Nº. 8470, de 26/06/95, p.05.

etc. Nair Nunes, mulher de Mario, disse que ‘todo mundo está sofrendo muito’ depois da chegada de Carlos Bonfim à região. O casal tem 12 filhos e agora faz suas plantações em uma ilha.

No Capão do Cedro, outra localidade da Fazenda Rio das Rãs, as seis famílias que moram na localidade se queixam das dificuldades de sobrevivência que agora estão experimentando. Com 64 anos Pedro Alexandre Barbosa contrapõe à presença do grande fazendeiro o estilo de vida da comunidade no passado: ‘Nós aqui foi criado no macaco (solto, livre). Nós plantava e criava onde queria cada um fazia por si, roça nós podia ter do tamanho que quisesse e ninguém passava fome. Hoje, para não morrer, nós tem de vender um dia de trabalho, trabalho pros outros’ (JORNAL A TARDE, 1993, p. 05).

“Quem trabaia no macaco só acaba no farrapo”. Esta frase de Chico Tomé, um dos troncos familiares de Rio das Rãs, nos leva a refletir sobre a condenação do assalariamento (macaqueiro) como trabalho que desqualifica os trabalhadores socialmente. Os moradores mais velhos, por exemplo, acreditam que a saída de alguns remanescentes prejudicam o grupo e podem prejudicar as atividades que fortalecem os laços de parentesco e coesão familiar.

Valdélío Silva (1998, p.94) nos alerta: que a função social do trabalho familiar em Rio das Rãs possibilita uma potenciação dos recursos naturais, tradicionalmente do domínio do grupo, daí afigurar-se-lhe estranho conceber o assalariamento como fonte de bem-estar. O que foge a essa tradição, amplamente testada pela experiência, confronta-se com essa ética que tem uma lógica própria.

Em 27 de junho de 1995 o Jornal *A Tarde* publica uma matéria, que segue abaixo, com o título “Rio das Rãs é dona da terra dos quilombos”.

A comunidade negra remanescente do quilombo “Rio das Rãs” é a dona das terras que ocupa no município de Bom Jesus da Lapa, segundo reconheceu ontem o ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, através de processo do INCRA. São 400 famílias que vivem na área com a posse confirmada em 1830 e que agora ganham definitivamente o título de propriedade de 15.157 hectares. A área faz parte da Fazenda Rio das Rãs, que possui 23 mil hectares e pertencia à Bial Agropecuária. A comunidade negra que habita no local tem suas características próprias de vida, testemunho vivo da história da Bahia (JORNAL A TARDE, 1995, p.01).

Diante dessa notícia antecipada por parte do Jornal *A Tarde*, algumas entidades que acompanhavam o processo se posicionam em relação à matéria.

É o caso da Comissão Pastoral da Terra, que encaminha nota ao chefe de redação do Jornal com o seguinte teor:

A Comissão Pastoral da Terra, Regional Bahia e Sergipe, representando 10 equipes que trabalham em várias regiões dos dois estados, estranhou a notícia publicada por esse jornal, no dia 27/06/95, p.03, com o título: 'TERRA DE QUILOMBO É DA COMUNIDADE RIO DAS RÃS'.

Na matéria, esse jornal afirma que o 'Ministro da Agricultura reconheceu ontem, através de processo do INCRA, a Comunidade Negra Rio das Rãs, como dona das terras [...]'. Mais adiante afirma que 'o reconhecimento da referida comunidade ocorreu no gabinete do Ministro José Eduardo e contou com a presença de outras autoridades', entre elas o Ministro da Cultura e o Dep. Federal Alcides Modesto. A matéria chega ao absurdo de descrever até uma "solenidade" do ato.

O que ocorreu, na verdade, foi uma reunião, marcada com bastante antecedência através de solicitação da própria comunidade, com a anuência dos órgãos envolvidos no processo, a fim de discutir questões relativas ao Quilombo. Estavam presentes, entre outros, os órgãos e personalidades mencionados pelo jornal. Na ocasião, o Dep. Alcides Modesto sugeriu a formação de uma Comissão interministerial, coordenada pelo Ministro da Cultura, para dar prosseguimento ao processo de reconhecimento definitivo das terras de Rio das Rãs aos seus quilombolas. Apresentou também um projeto de lei, de sua autoria, referente à regulamentação do Art. 68 das Disposições Transitórias Constitucionais, que trata da titulação das terras habitadas por Remanescentes de Quilombo no Brasil.

Há vários anos acompanhamos a luta incansável dos quilombolas de Rio das Rãs. A divulgação da notícia trazida pelo Jornal *A Tarde* nos causou alegria momentânea, pois veio ao encontro de tanto tempo de espera e de luta pela titulação das terras em nome da comunidade. No entanto, a notícia era desprovida de fundamento. Os encaminhamentos surgidos da reunião foram outros. O que nos preocupa é que as falsas informações, que se tornaram públicas, passem a ser consideradas como verdadeiras. Até o presente momento, Rio das Rãs continua da mesma forma, sem o reconhecimento e sem as suas terras tituladas foi noticiado.

A fim de que a sociedade baiana desse conceituado jornal, fique informada do que realmente aconteceu exigimos inclusive como assinantes há duas décadas, que se publique uma retificação dos fatos em questão.²⁷

A preocupação por parte da Comissão Pastoral da Terra em relação à nota publicada pelo Jornal *A Tarde* é pertinente, na medida em que a matéria poderia provocar na comunidade negra e na sociedade baiana reações que não condizeriam

²⁷ Nota de esclarecimento ao Jornal *A Tarde* encaminhada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) Bahia/Sergipe, em 28/06/95.

com o estágio das negociações, naquele momento, podendo levantar falsas expectativas.

O conflito de terras e a luta pelo reconhecimento como área pertencente a antigo quilombo em Rio das Rãs possibilitaram a organização de outras comunidades rurais negras, que passam a ter como intuito os seus territórios também reconhecidos. O jornal Bahia Hoje aborda a questão.

Começam a reacender as esperanças em mais de 200 comunidades baianas remanescentes de quilombos. Depois da titulação de terras baseada no Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição (ADTC), feita no quilombo do Trombetas, Pará, tramitam no Congresso Nacional dois Projetos de Lei regulamentando o artigo, o que facilitará as titulações. [...]. Entre os remanescentes de quilombos baianos, os mais atuantes são os de Tijuáçu, Lages dos Negros e Bananeiras, todos na região de Senhor do Bonfim e o de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa. Apenas Rio das Rãs obteve, em 1993, o laudo antropológico comprovando a área como remanescente de quilombo (JORNAL BAHIA HOJE, 1995, p. 03).

Para as entidades e instituições que acompanhavam a questão do conflito de terra em Rio das Rãs, a vitória do quilombo de Trombetas, no Pará, serviu como exemplo a ser seguido pelos negros remanescentes de Rio das Rãs, que continuaram exigindo dos órgãos competentes a titulação definitiva de suas áreas como pertencentes a antigos quilombos.

No ano de 1997, a discussão nos jornais se voltou para o valor a ser pago ao fazendeiro no processo de desapropriação da fazenda Rio das Rãs.

A Tarde escreve:

A desapropriação da Fazenda está sendo considerada superfaturada e prejudicial ao programa de reforma agrária pelo líder do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa da Bahia, Paulo Jakson (PT). A área de 22,9 mil hectares custou ao INCRA R\$ 7,8 milhões pagos recentemente ao fazendeiro Carlos Bonfim.

Além do preço pago ao fazendeiro o que também irritou o deputado petista foi o fato de o INCRA desapropriar 11 mil hectares que estavam fora do laudo antropológico, feito pela Fundação Palmares, determinando os limites que historicamente deveriam pertencer ao Quilombo Rio das Rãs [...].

Segundo a presidente da Fundação Palmares, entidade ligada ao Ministério da Educação e do Desporto, Dulce Pereira, toda a área paga pelo INCRA

interessa aos quilombolas (remanescentes dos quilombos). A Fundação reivindicava a desapropriação dos 22,9 mil hectares para serem anexados aos 15 mil de propriedade da União.

O superintendente regional do INCRA na Bahia, Francisco Clesson, garantiu que o órgão apenas atendeu a uma reivindicação dos quilombolas. 'Queria deixar isso como um marco na minha administração', disse, acrescentando que a Fundação Palmares estava mais credenciada do que ele para falar sobre o real interesse dos quilombolas em relação à terra.

De acordo com Irmã Miriam assessora da Comissão Pastoral da Terra (da Igreja Católica) que assiste o Quilombo Rio das Rãs, mesmo estando fora de laudo antropológico, os 11 mil hectares englobam marcos antigos do quilombo (JORNAL A TARDE, 1997, p. 09).²⁸

A luta dos remanescentes ainda continuou por um bom tempo. Somente em 1998 conseguiriam ter seu território definitivamente regulamentado como área pertencente a antigo quilombo. A Tarde refere-se a essa questão:

As 364 famílias do quilombo Rio das Rãs, após 20 anos de batalha judicial, finalmente receberam a carta de alforria representada no documento de concessão de direito real de uso coletivo da terra assinada, no final da manhã de ontem, pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungman, que foi à área especificamente para a solenidade. A esperança da população local, formada por descendentes de escravos, é de que - com os recursos de R\$ 1 milhão a ser investido em linhas de crédito, fomento agrícola e habitação, vá conhecer dias melhores.

Como se trata de uma área de cultivo coletivo, de 24 mil hectares, o título de propriedade foi passado em nome da cooperativa Associação Agropastoril e Quilombola do Rio das Rãs. O ato de assinatura da concessão de direito da terra teve significado especial para o patriarca do quilombo, Chico Tomé, que esperou 104 anos (ele nasceu em 1894) para ver seus irmãos étnicos começarem a sentir-se verdadeiramente livres (JORNAL A TARDE, 1998).

Alguns anos depois, os remanescentes passaram a compreender que não bastava somente a posse do território para resolver suas questões, mas que outras lutas precisavam ser travadas para que os negros do Rio das Rãs vivessem com dignidade. Essas lutas deviam se espalhar também por toda a região do São Francisco, e as experiências vividas e vivenciadas pelos remanescentes se multiplicariam em outros territórios.

²⁸ Denúncias de superfaturamento nos processos de desapropriações também foram feitas pela Deputada Alice Portugal (PC do B).



Figura 2.14 – Remanescentes preparando-se para o trabalho no lameiro, Rio das Rãs.

Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 2.15 – Reunião de remanescentes, Rio das Rãs.

Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 2.16 – Remanescentes voltando da roça com mantimentos, 1998.
Fonte: DUTRA



Figura 2.17 – Mulher lavando roupa na lagoa, Comunidade de Parateca, 2005.
Fonte: DUTRA



Figura 2.18 – Paulina e seus filhos, Comunidade de Brasileira, 1992.
Fonte: DIMAS, A.



Figura 2.19 – Jovens moradores do Rio das Rãs, 1992.
Fonte: DIMAS, A.



Figura 2.20 – Crianças remanescentes de quilombo, Comunidade Pau D’Arco, 2005.

Fonte: DUTRA



Figura 2.21 – Apresentação dos alunos do prof. Zezinho durante celebração religiosa, Comunidade de Brasileira.

Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 2.22 – Reunião de remanescentes, Comunidade de Brasileira.
Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 2.23 – Apresentação de capoeira, Comunidade de Brasileira.
Fonte: Arquivo CPT, Lapa.

CAPITULO III

OS REMANESCENTES E A SOLIDARIEDADE COM OUTROS QUILOMBOLAS

Nossos quilombos vão crescendo
De geração em geração.
Começamos essa luta
No quilombo do Rio das Rãs
Parateca e Pau D'Arco
Cariacá e Araçá
No Mangal/Barro Vermelho
Juá Bandeira e Jatobá
Depois vem Nova Batalhinha
Esse país tem que mudar.
(Severino Borges de Almeida)

Nos últimos anos, muitas comunidades das regiões do Médio São Francisco e do Auto Sertão passaram a lutar pelo reconhecimento dos seus territórios como áreas pertencentes a antigos quilombos. Isto gerou na região novas organizações dos trabalhadores bem como provocou mudanças na estrutura agrária vigente. Entre as comunidades que se engajaram nessa luta, seguindo as trilhas deixadas pelos negros do Rio das Rãs, podemos destacar a comunidade do Mangal/Barro Vermelho, reconhecida no final da década de 90, pela Fundação Cultural Palmares como área pertencente a antigo quilombo. Essa comunidade, localizada no município de Sítio do Mato, vivenciava na década de 90 um processo contínuo de grilagem das suas terras. Este conflito pode ser observado nas palavras de Carlos Alberto Gomes, morador da comunidade:

Rapaz tava acontecendo assim: uma revolução na Reforma Agrária. no começo, e ai a gente sentiu a necessidade de também ingressar nessa luta pela fazenda, que hoje é quilombo. Nós era muito exprimido 47 famílias, entre uma fazenda e outra só tinha a margem do São Francisco e 300 e poucos metros pra criar, trabalhar. Então a gente sentiu a necessidade de lutar pela terra, daí procuramos a CPT, a Irmã Miriam. A Irmã Miriam encaminhou a gente. No primeiro momento o quilombo era de tão velho ficou novo a luta nas comunidades negras e ai a gente, junto com a Irmã Miriam demos os encaminhamentos junto ao INCRA, a gente ficou em segredo, deixou o INCRA trabalhar como se fosse Reforma Agrária, depois que desapropriou ai nós já começamos a trabalhar como comunidade negra rural quilombola (GOMES, 2006, depoimento).

Observamos que as questões voltadas para a luta pela terra são predominantes e que os trabalhadores rurais negros, a exemplo dos moradores da comunidade do Mangal/Barro Vermelho, também se organizam e traçam estratégias que possibilitem a conquista de territórios, ao mesmo tempo em que, negociam com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Para que essas articulações dessem certo, os trabalhadores rurais negros se organizaram em forma de associação e buscaram ajuda de outras comunidades que

já haviam enfrentado conflitos na luta pela posse da terra, como observamos no depoimento de Carlos Alberto:

A gente somos organizados em uma associação é temos grupos coletivos, que foi baseado, foi tirado pelo Rio das Rãs. Eu sempre andei por lá, eles sempre trabalhavam de forma direita, a gente pegou a mesma estratégia deles, o estatuto nosso também foi irmão com o Rio das Rãs, foi tudo feito pelo do Rio das Rãs.

Simplicio do Rio das Rãs, ele ajudou muito, eu passava várias semanas lá, junto com eles, vendo o trabalho deles, eu aprendi muito chegava cá no Mangal a gente se reunia para organizar.

O Coletivo, o coletivo dos trabalhos, é sobre a organização, muita coisa da comissão, assim do presidente, muita coisa a gente tirou, só que pra mim agora lá tá, mas assim, só que lá o território é muito grande me parece que eles evoluíram mais em termos de organização, mas nós também cá a gente organizou mais no coletivo, e nos animais também (GOMES, 2006, depoimento).

O depoimento de Carlos Alberto ajuda no entendimento sobre o processo de organização montado em algumas comunidades para continuarem em seus territórios. O apoio, a contribuição, a experiência da comunidade do Rio das Rãs e as formas organizativas já aí existentes foram significativas e, segundo o depoimento, ajudaram no processo de luta e contribuíram para a organização dos moradores do Mangal/Barro Vermelho.

Maria da Paixão, moradora também do território do Mangal/Barro Vermelho, área, hoje já reconhecida e titulada como pertencente a antigo quilombo, traz outros detalhes sobre o conflito de terras vivenciado pelos moradores antes do processo de reconhecimento.

Bom mudou muitas coisas, porque na época do fazendeiro a gente vivia vamos dizer que preso, a gente não tinha a liberdade, porque a partir do momento, em que uma pessoa não tem liberdade ela é prisioneira. Então lá os nossos antepassados foram escravos e além de não alcançar esse período ai de ser escravizado, mas de certa forma nos fomos escravizados pelo fazendeiro, porque ele tirou toda a liberdade da gente, da gente poder criar o que queria. Antes do INCRA negociar essa fazenda do Mangal/Barro Vermelho, a gente vivia assim num processo de perseguição. Lá alguns moradores tinham uma cabra, um porco, até um cachorro se passasse um pedacinho do Mangal pra fazenda o gerente matava, e hoje, não acontece mais isso. A questão do conflito no período, graças a Deus não houve derramamento de sangue como houve em Igarimã e Vale Verde, nós ficamos entre essas duas comunidades, que derramaram

sangue e graças a Deus lá na nossa não houve. Tudo foi um processo lento, mas se resolveu. Depois veio a extensão de Talismã que é Mangual/Barro Vermelho também e houve sim não foi bem um conflito, houve uma resistência do fazendeiro porque ele queria que essa área da Talismã fosse ocupada por um grupo que mora na Ilha do Carrapato, mas que os direitos dessa terra de ser ocupado era nosso, como é nosso. Sim a liberdade melhorou bastante, porque hoje, a gente pode criar ovelha, pode criar a nossa vaquinha, nossas cabras, porco, sem o fazendeiro prejudicar a gente Até porque não existe mais fazendeiro e também lá em Talismã a gente cria e não tem problema nenhum (BARBOSA, 2006, depoimento).²⁹

Liberdade é a palavra chave pronunciada várias vezes pela depoente, se constitui, para esta, como um modo de vida que deve ser buscado por toda a humanidade.

Uma questão interessante discutida pela comunidade de Mangal/Barro Vermelho se refere às novas famílias que foram se constituindo e esta questão pode ser resolvida com a conquista da fazenda Talismã, área que foi incorporada ao território quilombola, para que fossem assentadas as novas famílias, como nos diz Cleide Faria, uma outra depoente:

Na comunidade onde mora a minha mãe, porque eu moro com a minha mãe, porque a outra área lá que é a área da Talismã, onde eles moram. No caso assim das pessoas que queiram cadastrar já vão ocupar a outra área, que é a área da Talismã. Então por isso o pessoal teve a grande preocupação. Os nossos filhos vão crescer, para eles ficar aqui, continuar na comunidade eles vão ter que ter o lugar pra eles trabalhar, então foi o que eles fizeram em vez de ceder o lugar lá da Talismã para as pessoas dos outros lugares, deixava pra nós que estávamos bem próximos, pra nós que somos os filhos (FARIA, 2006, depoimento).³⁰

A releitura feita hoje da palavra liberdade para essas comunidades de remanescentes ganha a dimensão de poder viver, produzir e sobreviver do trabalho na terra. Isso é exemplificado por Wilson Pinto, uma das lideranças da comunidade de Rio das Rãs:

²⁹ Moradora da Comunidade Talismã, uma área que foi ampliada na luta de terra dos remanescentes de Mangal/Barro Vermelho para serem assentados os filhos e filhas que vão constituindo novas famílias.

³⁰ Moradora do Mangal/Barro Vermelho, território já reconhecido como área de antigos remanescentes de quilombos, município de Sítio do Mato.

Bom pra nós lá para os quilombolas, eu acho que mudou muitas coisas, em primeiro lugar é liberdade, o acesso que você tem de andar onde você quer andar, porque você não tinha acesso, você tinha os seus limites, antes no tempo do fazendeiro em algumas áreas não poderia ir, lagoa não poderia pescar, era aquele problema todo. Hoje graças a Deus a gente tem a liberdade de andar pra onde a gente quer andar e trabalhar a onde quer trabalhar também (OLIVEIRA, 2006, depoimento).

As relações conflituosas e a opressão vivida pelos moradores durante a fase do conflito levam-nos a refletir sobre o tempo de seus antepassados quando sofriam com a falta de liberdade, predominante durante a escravidão.

A necessidade de melhorar as formas de organização das comunidades e a troca de experiência entre as mesmas vai se tornando cada vez mais freqüente, como observamos, por exemplo, no depoimento de Florisvaldo Rodrigues da Silva, morador da comunidade de Araçá/Cariacá:

Essa luta, ela iniciou com a idéia de fato de organizar através de uma associação. É porque eu de vez enquanto, eu conversava com as pessoas mais velhas dali da comunidade e eles falavam muito, e não chamavam de conflito, mas de que com a chegada de alguns outros fazendeiros, a coisa foi cada vez mais piorando, tiveram as terras, as roças na verdade todas tomadas por gado, colocaram trator pra tombar a mandioca, a banana, a cana. O povo mais velho falava não, não podem fazer nada, o pessoal é rico, nós enquanto pobre não pode fazer nada. E aí quando foi em 1996, eu conversava com o Padre Rosivaldo, aqui de Lapa e ele falava muito dessa organização através das associações, inclusive já havia fundado algumas associações aqui no município e na região. Depois ele veio falar, em 96 teve a época de campanha, aí veio falar de uma visita lá para apresentar os candidatos, e aí eu falei que em vez de só apresentar os candidatos, mas que ele discutisse também a organização dos trabalhadores. Eu achava que a saída era através da fundação da associação. Então foi aí naquele ano, em setembro de 96, que a gente fez essa discussão da organização da associação, a partir da associação criada em 20 de setembro de 1996, a gente já começou a discutir, como resolver essa problemática do que a gente queria (SILVA, 2006, depoimento).

As problemáticas dos trabalhadores rurais, na maioria das vezes, estão ligadas à questão de conflitos pela posse da terra, o que não era diferente na comunidade do Araçá/Cariacá.

Podemos observar também a presença da Igreja Católica, que estimula os trabalhadores a se organizarem de forma associativa e a se articularem com outras

áreas para a troca de experiências, para poderem se fortalecer na luta. Os encontros promovidos na Diocese de Bom Jesus da Lapa, pela Comissão Pastoral da Terra levavam os trabalhadores à troca de experiências significativas ao mesmo tempo em que os ajudavam a implantar, em suas áreas, formas organizativas que pudessem colaborar para amenizar as problemáticas lá existentes.

Muitas dessas trocas levavam os trabalhadores a refletir sobre a origem de suas próprias comunidades, ajudando-os a entender a semelhança e as diferenças existentes entre essas comunidades, como percebemos no depoimento de Florisvaldo:

Olha é essa questão de remanescente nós tivemos assim duas pessoas: uma é a irmã Miriam, que na época trabalhava aqui na CPT da diocese, depois as outras pessoas também da CPT, daqui da diocese e também o Simplicio, lá de Rio das Rãs, que fazia parte, não só era morador do quilombo Rio das Rãs, mas fazia parte da CONAQ – (Coordenação Nacional dos Quilombos) e então ai eu lembro que logo que fundou a associação eu estive na Brasília, mais Simplicio, Marilene, Irmã Miriam. A gente começou a conversar sobre isso a questão dos quilombos, eu fui me informando com eles, como é que era isso, o que era ser quilombo ou ser quilombola. A gente foi ver que tinha muita coisa semelhante, tanto a questão dos conflitos em relação à Cariacá e lá também no Rio das Rãs, como todo o costume, o povo, as culturas, assim o jeito que ele falava era praticamente do mesmo jeito, ai ele falou então é quilombo mesmo. E foi ai que nós fizemos o primeiro documento. Isso me parece que já em novembro mais ou menos de 96, para a Fundação Palmares, sim para o governo. Pedindo providência para resolver essa questão fundiária desse quilombo, inclusive foi Simplicio, o primeiro documento feito lá para a questão da regularização das terras foi assinado por mim, que na época eu era o presidente da associação, e Simplicio como representação da CONAQ (SILVA, 2006, depoimento).

A contribuição do Rio das Rãs para o processo de reconhecimento da comunidade de Araçá/Cariacá, como território pertencente a antigo quilombo, pode ser sentida também através da fala de uma das jovens lideranças da comunidade Hamilton Vitorino Gonzaga, de 23 anos, quando diz:

O território de Rio das Rãs, ele é tido na região com a mãe dos outros quilombos mais novos, os reconhecidos mais recentes. O Simplicio de Rio das Rãs, por exemplo, é uma das lideranças que contribuiu muito no processo de reconhecimento do território de Araçá/Cariacá.

Primeiro as orientações porque até então o processo de reconhecimento, anteriormente ao decreto 4.887 não deixava claro como se chegar a reconhecer a área, mas como ele já tinha uma vivência maior até pelos conflitos sofridos, dentro do território de Rio das Rãs, ele acabou contribuindo muito no processo de reconhecimento da nossa área (GONZAGA, 2006, depoimento).

A maioria dos depoimentos dos moradores de outras áreas que lutam para o reconhecimento de seus territórios como pertencentes a antigos quilombos falam que a contribuição dada pelos moradores de Rio das Rãs, representada através de suas lideranças, foi extremamente significativa e abriu possibilidades para que fossem deslançados outros processos de reconhecimento de territórios como áreas quilombolas. Entre essas novas comunidades, podemos destacar a comunidade de Lagoa das Piranhas que apresenta uma história bastante singular, como pode nos relata Miguel Antonio de Souza, morador da comunidade:

É reconhecida como quilombo, a gente tem o certificado da Palmares. Agora nessa questão fundiária está um tanto devendo pra nós ainda o levantamento das áreas da União, já está quase concluída e na questão de regularização ainda não tem nada concreto. O INCRA está comunicando aos proprietários que serão possíveis desapropriados.

A comunidade tem cerca de 60 famílias, mas associados têm muitas cento e poucas até agora, no momento e tem muitas famílias que tem filhos em Goiânia, em Brasília e eles despertaram interesses em voltar, tanto que a gente tá tomando assim, certo cuidado para que futuramente não fique complicada a situação.

Lá fora tem outra idéia do que seja quilombo, não tá assim informado é ignorante no assunto, a gente tem um estatuto que rege o quilombo, á gente têm as leis, as regras como é que devemos comportar se as pessoas tiverem lá com interesse, não serão aceitas, então a gente tá tomando medidas prevendo esse tipo de complicação (SOUZA, 2006, depoimento).

Algumas comunidades negras da região do Médio São Francisco que já receberam a carta de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares ainda precisam ter os seus territórios demarcados e titulados pelo Incra, que é o órgão responsável por esta etapa do processo.

Para um melhor entendimento do que estava ocorrendo na comunidade, é interessante ouvirmos um pouco da história do conflito narrada por Miguel:

A gente tava assim afunilado numa área de 50 metros de frente 200 e poucos metros de fundo, com cerca de 300 assim de comprimento e sem ter a onde plantar, sobrevivendo somente da pesca da lagoa, e as vias ambientais do IBAMA tavam cobrando o tipo de pescado que a gente pesca, sendo predatória a pesca, é uma pesca de malha e lá não oferece o peixe dessa malha que é a malha 14 que deve ser pescado o peixe desse porte, ai a gente vimos que as coisas ia ficar difícil ao ponto até da gente passar fome, sobreviver lá ia ser impossível. Então com essa dimensão que a terra tinha eram pouquíssimas as áreas produtivas para o plantio de roça. Só o fundo de quintal e assim mesmo têm família lá que nem o quintal tem (SOUZA, 2006, depoimento).

A falta de terra e de condições para continuarem sobrevivendo na comunidade de Lagoa das Piranhas fazia com que muitos moradores tivessem que deixar suas casas em busca de emprego em outras cidades, como observamos na continuidade do depoimento de Miguel:

É algumas famílias indo embora, o filho de 14 anos indo para Goiânia, São Paulo, Brasília, ficando lá os mais velhos e os pequenos, então a gente despertamos daquela situação, não tinha como a gente sobreviver, fomos bater nas portas sempre nas portas erradas ou achando as portas fechadas pra nós, até que então o Cláudio, era estudante do Colégio Modelo, ele participou de uma elaboração lá do Rio das Rãs de um levantamento feito pelos estudantes dentro do projeto, ai ele despertou em nós essa idéia da gente procurar, é entrar nesse contexto ai de quilombo, que lá é quilombo todos são negros. Hoje lá quem é branco é praticamente filho da lua, aquele que têm pele branca, mas lá no passado dele têm mãe ou pai negro (SOUZA, 2006, depoimento).

Era uma nova diáspora acontecendo, desagregando as famílias, separando os parentes, fragilizando a resistência e permanência no território. A ida para outras cidades se constituía, na verdade, como uma das formas alternativas de sobrevivência: migrar para continuar sobrevivendo.

Assim como em outras comunidades negras da região, a luta da comunidade negra de Lagoa das Piranhas para o reconhecimento de seu território como área de remanescente de quilombo toma como base as experiências vivenciadas pelos moradores do Rio das Rãs. Como afirma Miguel:

Buscamos o CETA, a CPT, graças a Deus essas portas foi às portas certas que a gente bateu, ai pedimos o reconhecimento, foi dado. Então, a gente foi trilhando essa estrada ai do Rio das Rãs de luta, então a gente se espelha muito dessa forma de luta deles lá (SOUZA, 2006, depoimento).

Sem sombra de dúvida, a experiência da comunidade do Rio das Rãs no processo de reconhecimento de seu território como área pertencente a antigo quilombo refletiu nas outras comunidades da região como mais uma das possibilidades no enfrentamento de questões ligadas a luta pela terra. Observamos comentários sobre isto em partes do depoimento de Valdivino Alves Moreira, morador da Comunidade de Pau D'Arco/Parateca, quando diz:

Somos vizinhos de Rio das Rãs, somos famílias de Rio das Rãs, nem só porque somos trabalhador unido, somos parceiros de luta, mas somos família mesmo igual à gente é descendentes de quilombo nós somos famílias mesmo de sangue mesmo.

Como remanescente de quilombo sim companheiro, porque nós pegamos essa experiência é através de Deus e da luta de Rio das Rãs. Porque Rio das Rãs começaram a luta primeiro que nós, então naquele tempo nós ia participar de reunião em Rio das Rãs, a gente foi várias vezes participar de reunião em Rio das Rãs, no começo da luta deles, a gente ia esperar o pessoal vim de Salvador, o INCRA que vinham fazer trabalho lá em Rio das Rãs, a gente andou participando da luta lá, inclusive, no dia em que Rio das Rãs recebeu o título da terra que o ministro da Cultura, o Rau Juquima disse, hoje, Rio das Rãs a partir de hoje em diante vocês estão sossegados com a mão no direito de vocês, chamado título da terra, nós se encontrava presente, junto com o Rio das Rãs (MOREIRA, 2006, depoimento).³¹

A troca de apoio, a solidariedade e a participação nos diversos momentos da luta parecem ser uma marca registrada entre as comunidades negras da região do Médio São Francisco, o que demonstra a importância da união e da organização dos trabalhadores na luta pelo reconhecimento e legalização de seus territórios.

Esse envolvimento entre os moradores das áreas que lutam pelo reconhecimento como território quilombolas pode ser visto ainda no depoimento de Jaime Santiago, morador da comunidade de Juá/Bandeira:

A gente começou a organização com outras comunidades que sempre estava nos apoiando e nós tivemos o histórico da comunidade que nós poderia ser remanescentes de quilombo, assim que a gente resgatasse as nossas culturas e aí foi que a gente começou trabalhando em cima disso. Foi feito o Laudo Antropológico e daí em diante nós ficamos mesmo

³¹ Morador da comunidade de Pau D'Arco/Parateca, área em processo de reconhecimento como território pertencente a antigo quilombo, município de Malhada.

convicção com o quilombe, com o território que a gente era remanescente de quilombe.

Aqui tem em torno de umas 800 famílias, o quilombo todo, ele é bem grande, têm muitas famílias.

A gente vive é da lavoura, do plantio de vazante, do plantio de sequeiro, como é falado, devido à pesca e de alguns auxílios que tem dos movimentos sociais.

Têm, nem todas as pessoas mais têm um número de gente até mais ou menos um quarto da população que trabalha com a gente no lameiro.

Trabalho familiar não é coletivo, às vezes existe hoje ainda o mutirão, uma parte da organização das famílias lá que vão hoje, vai vinte pessoas trabalhar pra Jaime, quando for amanhã vai trabalhar para outro, é assim, dessa forma, uma comparação que a gente faz, colocando essas comparações. Existe um rodízio dos mutirões por famílias (CANÁRIO, 2006, depoimento).³²

Além da organização junto com outras comunidades, uma questão bastante significativa que aparece no depoimento de Jaime está relacionada ao mutirão, uma prática bastante comum entre os trabalhadores rurais da região, sendo muito utilizado para a construção de casas ou para colocar roça durante o período de realização da produção agrícola.

Buscando investigar essa trilha de solidariedade traçada pelos moradores do quilombo do Rio das Rãs, encontramos outras comunidades que acabaram se espelhando nas experiências vividas por esses remanescentes, como notamos na fala de Severino Borges, morador da comunidade de Nova Batalhinha:

A sobre a questão fundiária está em processo ainda, mais já recebeu o certificado de reconhecimento, no início de julho de 2004, a comunidade recebeu o certificado de reconhecimento.

Famílias nos têm vinte e uma famílias que mora, mas associados nós temos mais, aproximadamente cem.

Nossa área fica próxima ao Rio das Rãs e Batalha, fica entre Rio das Rãs e Batalha.

No final de 2002, começamos a trabalhar a questão dos quilombos, foi no final de 2002 que nós começamos a trabalhar e o certificado veio em 2004.

O pessoal do Rio das Rãs nos apoiou bastante nessa questão, tivemos também o apoio da CPT, que é acessória no município e na região e também do Movimento CETA.

Algumas lideranças de Rio das Rãs foram, juntamente com a CPT, algumas vezes na comunidade, nós pedimos a participação deles nesse

³² Morador da comunidade de Juá/Bandeira, área em processo de reconhecimento como território pertencente a antigo quilombo, município de Bom Jesus da Lapa.

processo, eles também contribuíram bastante (ALMEIDA, 2006, depoimento).³³

A fala de Severino nos leva a refletir novamente sobre a importância da união e da troca de experiências entre os trabalhadores que lutam pela sobrevivência e permanência em seus territórios como também das entidades e instituições de apoio que estão inseridas nesse processo de luta firmando compromissos com as camadas mais desassistidas da sociedade.

O processo de organizar a comunidade em associação parece hoje coisa comum nas áreas em conflito pela disputa da terra, e isto não é diferente entre as comunidades que disputam o reconhecimento como áreas de remanescentes quilombolas. Segundo Severino Borges:

É a nossa associação, ela foi fundada em 96, é em 1996, no dia nove de março, fez dez anos, um pouco mais de dez anos, e assim quando ela foi fundada na verdade o pessoal pensava em lutar em conseguir alguma coisa, mas nem se pensava na questão da luta pela terra, porque sabiam que juntos a gente podia trabalhar melhor, mas nem pensavam que a gente pudesse chegar à conquista da terra e muito menos sobre a questão de quilombo, a gente não tinha nem noção do que era isso, então depois da associação fundada, já em 2002, alias em 2001 ai foi quando o pessoal começou a trabalhar com o movimento CETA, foi que começou a luta pela terra em 2001, no final de 2002 ai o pessoal já começou a trabalhar a questão dos quilombos. Fomos ver que a nossa área lá tinha a mesma história das outras comunidades próximas, como exemplo, a Brasileira, Mangal, e outras áreas (ALMEIDA, 2006, depoimento).

Muitas dessas comunidades negras rurais não tinham conhecimento da possibilidade de terem os seus territórios reconhecidos como áreas pertencentes a antigos quilombos. O contato com a experiência dos moradores do Rio das Rãs abriu essas portas para que a luta pelo reconhecimento também fosse travada nessa dimensão; na experiência, crescem em consciência de seus direitos.

³³ Morador da comunidade de Nova Batalhinha, área em processo de reconhecimento como território pertencente a antigo quilombo, município de Bom Jesus da Lapa.

Com o passar do tempo, a experiência vivenciada pelos moradores do Rio das Rãs foi ganhando outras regiões além do Médio São Francisco, comunidades localizadas região do Alto Sertão mantiveram contatos com Rio das Rãs, como por exemplo, os moradores da comunidade do Agreste, município de Riacho de Santana. Acerca disso nos fala Lorivaldo Fausto Pereira, morador da referida comunidade:

Olha foi, é sempre bom, inclusive já foi pessoas do Rio das Rãs lá, já teve pessoas da comunidade que teve em Rio das Rãs, como posso citar o nome de Marta, que teve lá e ela repete assim, como o povo lá ainda tenta preservar um pouco as suas culturas, e que Agreste de certa forma, com influência também do branco as coisa vêm se perdendo. É têm necessidade de está preservando essa cultura que realmente é uma coisa típica do negro (PEREIRA, 2006, depoimento).³⁴

O depoimento acima ressalta a importância da troca de experiências para as comunidades que estão buscando o reconhecimento de seus territórios como áreas pertencentes a quilombos e crescendo na consciência da importância da preservação de sua própria cultura e na afirmação de sua presença no lugar e do direito a ele, ainda que com as transformações que se forjaram com o passar do tempo. Essas comunidades vêem a luta travada pelos moradores negros do Rio das Rãs como exemplo a ser seguido. Muitos entendem que a realidade de cada comunidade é diferente, que o ritmo da luta vai depender das estratégias traçadas em cada uma delas e que, por isso, devem construir formas particulares de enfrentamento.

O reconhecimento dos territórios quilombolas na região do Médio São Francisco e do Alto Sertão Baiano não levou as populações envolvidas a solucionar todos os seus problemas. Estes continuam na maioria dos territórios, pois ainda existe a falta de infra-estrutura, de melhores condições de produção e

³⁴ Morador da comunidade do Agreste, área em processo de reconhecimento como território pertencente a antigo quilombo, município de Riacho de Santana.

comercialização dos produtos bem como problemas ligados a questões da saúde, da educação e do abastecimento de água potável.

Diante dessa realidade, os remanescentes de quilombos continuam organizados na busca de políticas públicas que possam trazer melhores condições de vida. Isto aparece na fala de Hamilton, uma jovem liderança do quilombo Juá/Bandeira, quando diz:

É de organizar, primeiro organizar todo o território, depois a questão de buscar infra-estrutura pra o quilombo, buscar políticas públicas que venha a beneficiar o quilombo como um todo (GONZAGA, 2006, depoimento).³⁵

Em outras áreas, as mudanças vêm ocorrendo de uma forma mais lenta, pouco observada pelos moradores, como podemos sentir na fala de Lorivaldo Pereira, morador da comunidade do Agreste:

São poucas mudanças, o que tem ocorrido meses ai atrás é uma expectativa a mais dos habitantes dessa comunidade, espero, que pode acontecer algo de melhor, mas isso essa certidão que nós temos é o primeiro passo e temos que andar muito ainda pela frente. É ai também aumentou o trabalho a mais, de ter que está reunindo com os membros dessa comunidade tá buscando informações para, a partir daí, está dando seguimento aos passos, como no caso da titulação das terras, que nós ainda não temos essa demarcação ainda desse quilombo. E isso tá dando uma questão que precisa ser trabalhado com as famílias dessa comunidade, para a partir daí, pressionar os órgãos competentes para que cuide dessa titulação e demarcação das terras (PEREIRA, 2006, depoimento).³⁶

Somente o reconhecimento emitido pela Fundação Palmares não é suficiente para regularizar a questão das terras dos remanescentes, pois ainda falta, em algumas áreas, o processo de demarcação e titulação do território.

No tocante aos problemas que precisam ser resolvidos, uma questão bastante significativa enfrentada atualmente pelos moradores do Rio das Rãs está

³⁵ Morador da comunidade do Juá/Bandeira, área em processo de reconhecimento, município de Bom Jesus da Lapa.

³⁶ Morador da comunidade do Agreste, área em processo de reconhecimento, município de Riacho de Santana.

ligada aos projetos de financiamento para a produção, realizados junto às agências bancárias. Relata Eduardo, morador da referida comunidade.

Hoje, a gente deve ter um processo muito forte com o Banco do Brasil, inclusive a gente mesmo já quis levar pra justiça tal, como resolver, ter uma solução por parte do banco, inclusive a gente foi teve reunião com o gerente do banco, e ele disse assim, ou seja, ele mostrou alguma dificuldade de trabalhar com a gente, de tentar nos esclarecer de uma forma mais transparente, que deixava a gente mais tranqüila, porque nós devia o PRONAF e a gente tinha certa quantia em dinheiro, que a gente depositou, e esse dinheiro não cobriu nada; até agora não sabe o que é que está se passando.

Então, quer dizer, se a gente, por exemplo, não têm direito de um financiamento pra, ou seja, negociar a dívida só vai lá e passa de um ano pro outro, mas aí vai o juro, vai à correção e nós estamos parados no mesmo carro, não estamos desenvolvendo (BATISTA, 2006, depoimento).

A possibilidade de fazerem financiamentos bancários acabou levando muitos trabalhadores a contraírem dívidas que vêm sendo ampliadas com a aplicação dos juros e das correções. Esta situação preocupa a maioria dos remanescentes que não estavam acostumados com as políticas de financiamento, como ressalta Wilson Pinto, uma das lideranças do quilombo Rio das Rãs:

Temos projeto da Linha A, um projeto de melhoramento, mas foi um projeto que foi feito na época, sem um conhecimento da gente, o projeto foi feito do jeito que o banco quis fazer. O projeto não deu certo para o povo, hoje nós estamos com um problema para pagar o banco, porque foi uma coisa que não foi trabalhado com o povo e aí nós estamos com dificuldades (OLIVEIRA, 2006, depoimento).

Talvez porque não estivessem acostumados a lidar com esta questão a experiência com os financiamentos bancários causou vários problemas nas comunidades de remanescentes, como fala Florisvaldo:

No Cariacá a gente discutiu muito, embora o que vêm para a mão de obra a gente sabe da necessidade que temos, mas vamos também procurar investir, ainda a gente não dá pra comprar a televisão agora, não dá pra comprar a parabólica, não dá pra comprar carro, moto ou som, embora investir primeiro. A gente tem trabalhado também essa questão da conscientização, eu acho que já têm algumas experiências que estão dando certo, como à questão da galinha, o ovo, a cabra, a ovelha. Porque você têm trinta, quarenta criações têm que fazer a feira, hoje eu vou vender uma, eu faço a feira, já tendo o gado não é assim, porque o que o projeto

dá pra comprar trinta e cinco cabeças de ovelhas, dá pra comprar só cinco vacas, então 5 vacas, em cinco meses você acaba (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Uma das expectativas atuais nas áreas quilombolas está ligada ao pagamento das dívidas contraídas junto a agências bancárias, como podemos observar no depoimento de Jaime:

A expectativa maior do quilombo Juá/Bandeira, hoje, é nós pagar nossos débitos, que a associação vive livre, que o quilombe vive livre de pendência de contas bancárias, o que nos ta prejudicando mais são estas contas bancárias, agora a expectativa maior e que nós possa pagar essas contas ou fazer um prorrogar, fazer um negócio com elas que a comunidade viva mais tranqüila (JAIME, 2006, depoimento).

Diante da experiência vivida pelos moradores do Rio das Rãs e os problemas que ainda continuam tendo que enfrentar, existem certas preocupações que deixam algumas lideranças em alerta, como fala Eduardo:

É de primeira mão, é assim, no inicio foi muito bonito talvez até pelo pessoal não conhecer realmente o que é ser quilombo, e hoje através do conhecimento ser mais profundo talvez eles não estão entendendo na verdade o que é ser liberto, e de certa forma de uma visão que a gente vinha vivendo ao longo da história. Então ele escutou um pouco teve o lado negativo que não tá atribuindo na verdade com que pede com a necessidade de ser quilombo, então hoje, a gente tem um pouco de dificuldade inclusive na base, é muito complicado o nosso trabalho hoje, como remanescente de quilombo, não sei se o conhecimento chegou fugir um pouco, ficou um pouco escasso talvez, não sei se é isso, na verdade é que, a gente tá tentando pegar o caminho. Na verdade parece que a gente fugiu um pouco fora da nossa realidade, é o que a gente tá vendo hoje tem certa dificuldade, mudou muito como era no inicio, a gente talvez até não esta entendendo por que. Nós precisamos mesmo na verdade se conscientizar mais nessa parte, porque é uma história que não pode morrer, porque se não nos descaracteriza. Então essa questão é muito melindrosa, mesmo porque a gente tem algum nome, serviu de exemplo, Rio das Rãs é uma das primeiras comunidades de remanescentes na Bahia e as outras foram chegando e obrando ao Rio das Rãs para hoje, a gente está com essa dificuldade (EDUARDO, 2006, depoimento).

Muitos moradores acreditam que sendo o território do Rio das Rãs o primeiro a ser reconhecido na Bahia, ele deveria estar em um estágio de desenvolvimento muito maior, pois os problemas que aparecem são conseqüências do não

entendimento da sua história. Muitos moradores, principalmente os mais jovens, não participaram ou não lembram da luta travada para o reconhecimento, por isso muitos falam da necessidade de se resgatar essa história nas reuniões, de promover encontros na comunidade e também nas salas de aula para que as crianças e adolescentes possam compreender o significado de ser quilombola.

Para Paulina, moradora da comunidade da Brasileira, existe uma preocupação bastante grande em relação à educação, a de como está sendo repassada a nossa história, a história de luta dos quilombolas. Diz ela:

Houve alguma mudança em relação à educação, não foi assim na totalidade, mas em algumas comunidades do território quilombola já está havendo iniciativas que está recuperando essa parte da educação, que era então assim muito superficial, embora ainda não seja na totalidade como eu já falei, mesmo assim existem experiências importantes (RODRIGUES, 2006, depoimento).

Também em outras áreas de remanescentes, existem preocupações ligadas à questão da educação, principalmente, como vêm sendo repassadas as histórias de lutas e os enfrentamentos vivenciados pelos moradores negros, já que, em muitos casos, a responsabilidade da educação fica a cargo das secretarias municipais de educação, que querem unificar os conteúdos nas unidades de ensino. Essas questões estão presentes no depoimento de Cleide Faria, moradora remanescente de quilombo e professora na comunidade do Mangal/Barro Vermelho.

Temos desde pré até a 8ª série, foi interessante que no início, quando fomos reconhecidos como quilombola, teve a construção do colégio, depois que foi construído esse colégio, o prefeito que não é o atual, a gestão do gestor anterior queria colocar pessoas, levar lá da cidade pra dar aula lá pra trabalhar lá, sendo que ia ser diretor, secretários, professores, iam ser todos de fora. Como na nossa comunidade tinha alguns que já atuavam trabalhando como professor, o presidente da associação teve uma preocupação enorme de como eles iam repassar para os alunos, ai eles vieram aqui na Lapa, teve a reunião com a CPT, foi quando a CPT encaminhou eles até o professor Valdélío, ele nos ajudou bastante, foi ele que fez a capacitação dos professores, não só de lá como também do Araçá/Cariacá, foi assim que podemos ter uma educação diretamente relacionada com a nossa cultura.

É interessante porque os professores das outras series mais avançada, quando pedem eles para fazerem uma redação, eles fazem baseado no que eles vivem a realidade da nossa comunidade (FARIA, 2006, depoimento).

A parceria com universidades que estão inseridas no município de Bom Jesus da Lapa, como é o caso da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), que capacitou alguns professores das áreas quilombolas, parece ter sido bastante satisfatório, segundo a opinião de lideranças e de pessoas envolvidas com a educação de crianças, jovens e adultos.

As festas, os festejos e a religiosidade quilombola parece ser na atualidade, um elemento que preocupa bastante as lideranças das comunidades, pois essas tradições, que fazem parte da identidade do povo negro, não estão sendo conservadas, como fala Florisvaldo, uma liderança do território de remanescentes do Araçá/Cariacá:

O que a gente tem, eu não sei distinguir isso direitinho. Eu sei que tem o samba de roda, e dentro do samba de roda tem um bucado de coisas que eles fazem lá, tem os reis, não é o reis da barquinha, tem a folia, tem o reisado, e assim tinha também, isso ai tinha praticamente não tem mais, tinha assim no caso de rezas, de santos. Essas festas religiosas geralmente algumas delas têm procissão, depois a ladainha, a reza mesmo, e ai em seguida tem o samba. Nossa Senhora mesmo tem a folia, depois ai vem o samba. Nesse samba de roda que eu digo ai tem: o batuque, a Chula, sempre na festa, no encerramento a gente faz isso (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Na experiência vivida por esses quilombolas, novas práticas culturais assumem o lugar de antigas como expressão de novos poderes que se engendram nas comunidades. Algumas conseguiram, ao longo do tempo, manter as tradições; outras com a intensidade dos conflitos pela disputa dos territórios, acabaram perdendo-as, como diz Paulina:

Houve muitas assim, mas eu digo não em relação à evolução, eu digo ainda em relação à consequência do conflito, porque a nossa religião, os nossos festejos, antes do conflito eram muitos mais ativos e após o conflito teve um impasse nesse desenvolvimento dessas culturas. Hoje esta se

tendo dificuldade para recuperar, porque, por exemplo, alguns festejos de santos tá se recuperando, mas tem o crescimento da igreja evangélica, os cultos que no caso seriam referentes ao afro-descendentes, que a gente chama lá de trabalhos, que é relacionado ao espiritismo ainda sobrevive, mas a gente vê que não tá mais com a ascendência como era nos tempos passados (PAULINA, 2006, depoimento).

Percebemos no depoimento de Paulina uma preocupação em manter as tradições e os costumes ligados à religiosidade e aos festejos nas comunidades que fazem parte do território do Rio das Rãs. Essa preocupação pode ser vista também na fala de Wilson, morador da comunidade de Brasileira:

É nós temos a corrida de argolinha no quilombo do Rio das Rãs, tá viva, é o samba de roda, tá vivo, o reis também essa cultura esta viva, certo. As pessoas estão trabalhando, as festas religiosas está viva também. Assim não da forma como era no passado, porque no passado nós tinha São João, que tem dois anos que foi desativado, porque a dona faleceu, então tinha São João, nós tinha São Miguel, nós tinha São Sebastião, tinha São José, e hoje só encontra só a festa do Divino (WILSON, 2006, depoimento).

O desaparecimento de algumas manifestações culturais é sentido também no depoimento de Severino:

É a Batalhinha, ela esta muito pobre nessa questão, nessa questão cultural, esta muito fraca mesmo, a gente têm que admitir isso, mas assim sempre que têm esses eventos lá em alguma comunidade o pessoal festeja, participa. É isso na comunidade ainda têm a corrida de argolinha, a festa de São João, a gente ainda faz a fogueira, não acabou não, é tradicional (SEVERINO, 2006, depoimento).

Na maioria dessas comunidades, as festas religiosas estão ligadas ao calendário católico, como podemos verificamos no depoimento de Jaime:

Lá nos ainda têm, por exemplo, o festejo de Nossa Senhora da Conceição, que é dia oito de dezembro, tem o São José, que parece que é vinte de março, parece que é a data.

A corrida de argolinha ela tinha até ficado um pouco apagada, mas hoje ela é um dos eventos que esta tendo mais na comunidade de Juá/Bandeira. O festejo de Nossa Senhora tem a novena durante oito dias, ou é nove ali têm aqueles dias da novena e têm a celebração da missa no dia da Nossa Senhora, e depois da Celebração vêm às festas de Reis, vêm samba de batuco, vem essas coisas ai. O que nós não temos na comunidade ainda é à roda de São Gonçalo que outras comunidades têm (JAIME, 2006, depoimento).

Assumindo a importância de práticas culturais tradicionais na sua afirmação como sujeitos, certas comunidades retomam cultos de origem afro-descendente. O depoimento de Jaime traz dimensões deste processo:

É o Condobre até que pra nós agora também já tá até aparecendo por que era apagado na comunidade, existia, mas não aparecia, ele está aparecendo, porque inclusive nos temos no Juá uma pessoa que esta sempre levando aqui da Lapa porque lá não tinha, estamos levando essa cultura pra lá (JAIME, 2006, depoimento).

A relação que essas comunidades têm com os cultos afro-descendentes precisa ser melhor estudada, pois parece que, em alguns casos, existiu a necessidade de se camuflar ou se omitir sobre a existência desses cultos, dentre os quais muitos parecem estar ressurgindo nas áreas em que estão resolvido o conflito pela posse da terra.

Isto não se faz sem resistências, como Jaime também comenta:

Ela tá sendo um pouco criticada pelas algumas pessoas que acha que é uma coisa que não deva acontecer na comunidade, mas já estão levando, já tá sendo bem aceita e o pessoal até que tá gostando. E o ponto do Evangelho tem muitas pessoas já que são evangélicos, tem o culto dominical (JAIME, 2006, depoimento).

Mesmo sendo comunidades em que predomina a presença de negros, ainda existem, como diz Florisvaldo preconceitos em relação aos cultos afro-descendentes:

Na comunidade nossa aqui do Cariacá e Araçá, Patos têm um mucado de comunidades, têm a gente chama de trabalho, cada 22 dias tem esse trabalho, mais ai é pessoa de lá mesmo não vêem pessoas de fora, ali tem [...] vem pessoas de fora pra fazer consulta né, mas tem pessoas daqui que já não vai nesse trabalho daqui, já vai nesse lá para o Rio das Rãs, se essas pessoas também quiserem elas ai eu não sei, mas eu acho que podem está organizando pra ter o seu próprio local e têm inclusive uma outra tia, não sei se pode dizer o nome, tia Natalina, que ela também trabalha só que ela, por enquanto, o centro dela esta aqui mesmo no bairro de Bom Jesus da Lapa, na Lagoa Grande. Em relação ao preconceito, as pessoas todas tinham vergonha de dizer que eram de um trabalho desses, eu mesmo quantas vezes eu fui, eu levava a minha mãe, que minha mãe também recebe espírito, tenho uma irmã também que recebe, mas ai

quando ela não ia tinha problema e aí a gente saía depois que escurecesse pra ir, pra ninguém ver no outro dia, quando o dia amanhecesse a gente já estava em casa. Assim era bem camuflado. Agora hoje, assim é claro não é uma aceitação de toda a comunidade, mas tá quebrando um pouco isso, tanto que algumas pessoas que estavam trabalhando fora do quilombo já começam de vez em quando numa sexta-feira, a falar pro pessoal que eu vou perder hoje, então já começa a falar na comunidade (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Através do depoimento de Miguel, notamos que a presença de grupos evangélicos vem crescendo nos últimos anos em outras comunidades:

Eu mesmo sou evangélico, eu sou evangélico, mas é eu não fujo dessa luta não, essa questão aí é uma questão delicada, mas eu creio se a pessoa for levar é um princípio que Deus deixou ao livre arbítrio, a livre escolha se Deus me escolheu pra ser evangélico e a minha tia do candomblé eu não vejo nada de mais (MIGUEL, 2006, depoimento).

Ainda em relação à presença dos cultos afro-descendentes, o depoimento de Florisvaldo diz:

As pessoas que são médiuns, que trabalhava lá com Andrélino e que inclusive com a morte de Andrélino, agora porque assim não tá sabendo pra onde é que vai, se continua indo pra lá ou se vai organizar aqui ou vai procurar um outro mais próximo, a questão não sei como chama isso, diz que é religião, mas fala do trabalho de Andrélino. As pessoas daqui freqüentavam, sempre assim a cada 15 dias saía uma C10 de gente que ia daqui pra lá (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Essas manifestações culturais estão ligadas diretamente à identidade do próprio grupo, por isso a necessidade que cada grupo tem de continuar mantendo-as. A comunidade negra do Mangal/Barro Vermelho talvez seja a que mais conseguiu fazer isso, como nos mostra a fala de Carlinhos:

Nós temos a Marujada, temos a Roda de São Gonçalo, temos os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião, Santo Antônio, e outros, tem a Jurema, eu fico meio preocupado sobre a Jurema que as pessoas da comunidade falam muito que não existiu, é coisa inventada, mas eu sempre falo que um quilombo sem Jurema, não é quilombo, porque no meu, sempre alguém, uma tia minha sempre existia o sarava só que o pessoal fazia escondido, as próprias pessoas da comunidade era contra, fazia baderna desrespeitando os terreiros e agora a coisa está mais liberta. Agora lá foi inaugurado um terreiro da Jurema, esse mês. A associação dá pouco apoio certo, porque muitas pessoas acham que a associação é o presidente, mas não é tem

que ter a comunicação desenvolvida eu mesmo nessa inauguração eu fiquei muito constrangido, assim porque a associação não ajudou em nada a pessoa que inaugurou o terreiro, eu como minha pessoa eu ajudei, mas como presidente da associação não pôde fazer nada (ALBERTO, 2006, depoimento).

Quando ocorreu na comunidade o processo para o reconhecimento e a titulação do território, a preservação cultural foi um dos elementos determinante.

Além da presença dos cultos afro-descendente e dos festejos na comunidade, existe também a corrida de argolinhas que faz parte dessas tradições, como observamos na continuidade do depoimento de Carlinhos:

Tem agora assim a Corrida de Argolinha à gente não considera cultural, nem a vaquejada, assim uma coisa que está se tornando cultural é a Cavahada lá, na noite dos vaqueiros de Santo Antônio, tá dentro da festa de Santo Antônio (ALBERTO, 2006, depoimento).

Essa mistura de práticas culturais está presente também em outras comunidades, como podemos ver na fala de Miguel, remanescente de quilombo, morador da comunidade de Lagoa das Piranhas:

Rapaz tem as culturas tradicionais, as comemorações tradicionais de São João, é tem uns que são quilombolas e associados com a gente lá na ilha de Canabrava eles festejam Santa Isabel, Santo Antonio e tem também um pessoal lá que pratica o candomblé a minha tia, ela é desse meio ai, são poucos, mas tem sim.

Sempre que a galera esta disposta os cambitos bate nos couros (risos). A moçada jovem lá é muito adepto a esse esporte de argolinha, frequentemente eles fazem assim uma argolinha de promoção lá, põe assim uma caixa de bebida ou certa quantia em dinheiro, e tem um atrativo que chama o pessoal daqui do Sitio, da Agrovila¹ e de outras comunidades vizinhas, a noite rola algum som, uma coisa assim (MIGUEL, 2006, depoimento).

As festas são encontros, são momentos de troca, de colocar as conversas em dia, de manifestar as alegrias. Em muitos depoimentos, existe a preocupação com o desaparecimento destes festejos, como fala Hamilton:

Sim, nós temos as que ainda resistem, nós temos o samba de roda, nós temos o reisado, temos a folia de nossa Senhora Aparecida, que existe e

que nós ainda cultuamos, mas existem outros que já foram ao longo do tempo perdidas (HAMILTON, 2006, depoimento).

Para as lideranças da comunidade do Mangal/Barro Vermelho, existe uma preocupação bastante grande de como serão as manifestações culturais no futuro.

Esta preocupação pode ser sentida no depoimento de Carlinhos:

Tá se organizando agora, sempre têm o trabalho de pesquisa que as professoras faz sobre as lideranças certas, e também sobre a cultura, que a escola agora tá trabalhando a cultura, ensinando as crianças a dançar a roda de São Gonçalo, a dançar os Reis, o Marujo, o Boi Virá (ALBERTO, 2006, depoimento).

A maioria dos moradores que mora em áreas que lutam pelo reconhecimento, ou nas que foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, acreditam que o processo de reconhecimento trouxe e continua trazendo melhorias significativas para a comunidade.

Ao falar sobre o processo de reconhecimento da comunidade de Pau D'Arco/Parateca, o trabalhador rural, negro Valdivino, diz:

O reconhecimento vai trazer tudo de bom pra nós, porque pra começar nós já tinha perdido o direito de ser dono daqui, dessa comunidade, desse quilombo, aqui desse turrão, nós já tinha perdido o direito, porque nós não sofremos conflito perca de vida, mas assim perturbação pelos fazendeiros nós foi muito atacado, muito perseguido pela policia civil, pela policia militar do batalhão de nossa região, quando nós começamos a luta pela posse da terra, primeiramente pela pesca, mas também a luta era pela posse da terra, pelo direito de viver na terra, porque da pesca passou pra terra (MOREIRA, 2006, depoimento).

Florisvaldo, uma das lideranças da comunidade de Araçá/Cariacá, também compartilha essa opinião:

Olha é já melhorou, a primeira coisa é essa questão da terra, quem não tinha nada certo, e a gente teve muita, muita gente mesmo que saíram dali assim resumiu a vinte e poucas famílias, porque eles tiveram que sair mesmo, porque não tinha condições nenhuma de sobrevivência; depois às pessoas que iam casando não podia fazer casa, não tinha a educação, ou então se tinha só tinha até a 4ª serie, tinha que sair pra fora pra estudar. Depois dessa questão da terra, pelo menos essa parte resolvida, ai a situação foi tranquilizando mais, não tá bom, mas essa questão de

conseguir a terra, eu vejo assim como uma das coisas mais importante a terra, e a consciência mesmo e a aceitação inclusive de ser negro, porque era assim muita discriminação. Eu lembro que, inclusive, quando eu vim pra Lapa para estudar, era assim tanto a vergonha de dizer que era da roça, não abria a boca, pra dizer que morava na roça, depois à questão de ser negro. Hoje assim a gente assume isso com muita tranquilidade, é claro que não é assim 100% por cento ainda na comunidade, mas essa aceitação do ser negro, e a questão da terra, agora e depois as outras ações, assim a questão das habitações, as casas é em questão de acesso mesmo, quer dizer que chegou estrada, energia, a questão da educação melhorou um pouco, não tá bom, mas pelo menos já segurou mais a questão dos adolescentes, os jovens que tinha que sair muito cedo, ou então parar de estudar, então isso melhorou já um pouco, a gente continua lutando para melhorar mais, mas já tem alguns avanços, fruto dessa organização (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Com o reconhecimento dos territórios, os remanescentes ganham maior confiança: muitos passam a assumir sua negritude, ampliam suas organizações, lutam por melhores condições de moradia, escola, saúde, água tratada, dentre outras.

Nessas lutas, os moradores das comunidades quilombolas foram se beneficiando de projetos de capacitação que os ajudaram a gerir fontes de renda alternativas. Eles reconhecem a importância destes projetos, como diz Maria da Paixão moradora do Mangal /Barro Vermelho, que sinaliza também de que forma continuam movendo ações, no sentido de sua continuidade:

Nós ganhamos um quite com máquinas de corte costura, bordados enfim que faz uma serie de coisas e nós temos tudo lá pra fazer artesã, mas a gente não sabe, a gente não têm por onde começar, não têm capacitação nenhuma e ai esse mês passado Marisa teve lá eu fiz uma cobrança, com relação às máquinas que dois anos que tá lá e o SEBRAE; só prometendo que vai mandar o professor, que vai mandar X e lá não apreço ninguém. Então a gente cobrou e ganhamos agora está pra definir onde é que nós vamos tomar esse curso. As mulheres vão tomar esse curso e vai começar a produzir alguma coisa, como camisetas, peças intimas, também já no pé desse curso vêm o de artesã, já está bem encaminhado (PAIXÃO, 2006, depoimento).

Esses projetos podem também ser encontrados em outras comunidades, como fala Florisvaldo:

A gente tá acreditando por ai, e tem assim outras, isso a gente, Barro Vermelho já recebeu, Cariacá já recebeu unas máquinas de corte e costura, estão trabalhando com artesanato, recebeu o curso de formação e ai a gente tá acreditando nisso, inclusive a minha proposta já falei para as mulheres tanto de Barro Vermelho, como de Cariacá, que é assim, trabalhar um pouco mais com as roupas africanas para a gente colocar aqui na região, para poder ir expandindo um pouco isso que é nosso (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Muitos desses projetos alternativos estão ligados à implantação de hortas comunitárias, como aparece no depoimento de Jaime:

A gente tem uma área de cinco hectares para fazer uma horta, ou um plantio de verduras para servir de escola pra comunidade, a gente queria que esse projeto fosse à frente ele foi, a CODEVAF se comprometeu que dava a parte da encanação, nós temos uma parte do material, temos motor vindo pela Fundação Palmares. Recebemos um tíquete de irrigação que é o motor e a bomba, mas a encanação não foi possível a CODEVASF se comprometeu fez o levantamento do projeto e até hoje nunca saiu nada, na época disse que tinha dinheiro, estava nadando por riba do rio São Francisco e até hoje nunca chegou nada desse projeto lá (JAIME, 2006, depoimento).

A partir do depoimento acima, podemos observar que existem promessas feitas pelos órgãos do estado que não são cumpridas, o que traz decepção e desgastes para os moradores dessas comunidades.

O Mangal/Barro Vermelho é outra área de remanescente que também foi beneficiada com projetos alternativos:

Bom existe assim, agora mesmo chegou o projeto lá de segurança alimentar de galinha, recebemos 640 galinhas, temos treze maquinas, que agora vai começar o curso de capacitação na área de corte e costura, recebemos também, vai ser construída a casa das máquinas. Em relação ao gado, eu acho que este muito mal administrado, por parte da associação e do pessoal, dos coletivos, do individual, porque o coletivo o gado é usado pra ajeitar o carro, os tratores, pagar energia, o coletivo tá sendo assim. E o individual as pessoas vendem faz o que quer quem têm mais vende mais, gerando o problema do poder aquisitivo, outras pessoas não têm nada, recebeu a mesma quantia às vezes não tem nada, outros já tinham a sua economia veio de São Paulo, comprou alguma coisa, a gente vê que a situação é um pouquinho desigual (ALBERTO, 2006, depoimento).

Segundo o depoimento de Carlos Alberto, algumas pessoas da sua comunidade conseguiram melhorar o padrão de vida e isto gerou desigualdades entre eles nas relações cotidianas.

Alguns projetos alternativos estão ligados ao modo de se fazer a produção, de acordo com o depoimento de Miguel:

É existe alguma questão que foi montada nesses últimos anos Sim, tá engatilhado o projeto de agricultura familiar, de subsistência a chamada mandala e têm também o projeto de piscicultura de tanque e rede, o primeiro recurso já tá na conta da empresa que veio fazer a licitação, então praticamente já em andamento para se concretizar só falta eles levar o material e a gente começar a receber a ração, tem também a construção de um galpão de beneficiamento (MIGUEL, 2006, depoimento).

Mesmo com essas possibilidades de projetos alternativos para gerar rendas, os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos enfrentam dificuldades e se preocupam com a comercialização desses produtos, com o comércio da produção tradicional de grãos, pois não existe costume ligado à venda do excedente; a maioria da produção é para o consumo dos próprios moradores. Alguns como Wilson já têm uma consciência mais ampliada dos problemas que enfrentam:

Não nós não temos ainda porque, uma porque não sei os quilombolas de lá acho que têm um jeito mesmo que vem de raiz de não, assim eles não pensa muito assim com essa questão de exportar as coisas. Eles pensam mais na questão do consumo, porque eles falam assim pra que produzir bastante, quando vai vender não têm preço, então é melhor pensar no meu consumo do que ficar trabalhando e depois ficar vendendo quase de graça, para os atravessadores, porque não têm pessoas diretamente pra comprar. Eu estou pensando, já avisei pra eles que a gente tem que pensar nisso, temos que pensar, porque alguns falam assim: mas não tem transporte para transportar, e a gente dá o exemplo, a onde não têm o produto não têm o transporte, deixa o produto chegar que aí aparece o transporte, aparece à cooperativa, aparece tudo pra organizar, pra saber pra onde vamos mandar, mas primeiro a gente têm que se organizar, mas eles não pensam dessa forma (OLIVEIRA, 2006, depoimento).

Carlos Alberto refere-se a dimensões dessas dificuldades e propõe maior organização como enfrentamento dos problemas de mercado:

A gente vende para o atravessador, lá tem vários preços, o atravessador chega compra de quarenta, outros compra de cinquenta, mas depende da organização, se a gente organiza vende por mais e se cada um procurar o seu preço vende por muito menos (ALBERTO, 2006, depoimento).

Nos últimos anos, os trabalhadores rurais negros vêm se organizado através de movimentos autônomos que possam melhorar as suas condições de vida. A este respeito Florisvaldo diz:

Surgiu o movimento que contemplasse todas essas áreas é o Movimento CETA. Dentro do Movimento CETA existe uma comissão específica das comunidades de remanescentes que é a CRQ. Uma Central Regional das Comunidades de Quilombos, eu estou na coordenação dessa Central, que tem um papel de estar fazendo toda essa discussão, mais principalmente nessa questão do trabalho de valorização das culturas que existe, a gente vem trabalhando a questão do resgate cultural nas comunidades (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Segundo os depoimentos, hoje, na região, são muitas áreas de terra que estão em processo de desapropriação, tanto como áreas pertencentes a antigos quilombos quanto como aquelas que foram ocupadas por trabalhadores nos últimos anos. Para uma maior organização, esses trabalhadores criaram a Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados (CETA), Acampados e Quilombolas, que acompanha os trabalhos e a organização nessas áreas.

A importância, para eles, da criação de movimentos próprios dos trabalhadores rurais negros pode ser observada na fala de Eduardo:

Sim, depende agora é de nós fechar mais as conjunturas, sei lá, fazer valer todo esse esforço, nós não podemos mais deixar que isso venha a espairecer, se abrir, como em outras épocas que foi fechada e abre. A CRQ no caso tinha que se formar, porque era uma necessidade, porque é um órgão que representa o seu próprio quilombo, houve certos desinteresses de companheiros, até porque talvez o interesse dele, não era vamos dizer essa questão (EDUARDO, 2006, depoimento).

Segundo Eduardo, alguns quilombolas não estavam interessados na organização de uma Central e foi necessário ampliar as discussões sobre as necessidades que os remanescentes tinham de criarem as suas próprias

organizações. Dentro da CETA existe a CRQ-Central Regional das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Oeste da Bahia, liderada por Simplicio, uma das lideranças negras da comunidade de Brasileira.

Quando alguns trabalhadores queriam acabar com a organização da CRQ, a participação e liderança de Simplicio foi decisiva, para a continuidade. Ele falou: vocês podem fazer o que vocês quiser e ai foi levado na discussão, na assembléia, que hoje, tornou voltar e estamos ai já com estatuto pronto, todas as programações certas pra registrar e ter certeza que é esse o caminho (EDUARDO, 2006, depoimento).

É bastante visível a preocupação das lideranças com a autonomia do movimento e com o resgate das manifestações culturais, como observamos também na fala de Hamilton:

É a CRQ – Central Regional das Comunidades Remanescente de Quilombos do Oeste da Bahia, o papel da CRQ é articular essas comunidades buscando desde o auto-reconhecimento até ser feito o processo antropológico, para então ser demarcado o território. Então esse é o papel da CRQ, entre outros, buscar também que as culturas das comunidades se mantenha vivas toda a tradição, porque a partir do momento que a comunidade ela resgata, ela valoriza seus legados culturais o processo de auto-reconhecimento se torna mais fácil (HAMILTON, 2006, depoimento).

A cultura aqui ganha um significado importante, pois está relacionada ao processo de reconhecimento do território, que garante a sobrevivência dos grupos de remanescentes.

É claro que, mesmo com toda a organização estruturada, ainda existem, no cotidiano dessas comunidades, problemáticas que precisam ser enfrentadas, como aparece no depoimento de Florisvaldo:

A questão da produção que a gente tem incentivado e trabalhado bastante isso nas comunidades, é a gente dizia muito só a questão das terras o fazendeiro, já sabemos que o fazendeiro bota pra fora não pode produzir, e agora que temos terras, essa questão resolvida, então essa questão da produção e da educação que ai pra mim assim, não estou dizendo que a questão da terra só resolve, mais eu tenho também e ai a CRQ tá trabalhando isso nós todos juntos a questão da educação, que tem uma importância fundamental e queremos fazer com que um dia essas escolas, primeiro das comunidades de quilombos comessem a trabalhar a nossa

verdadeira história, nas escolas e quem sabe também um dia a gente têm um Brasil todo trabalhando isso, para que o povo brasileiro possa de fato conhecer a sua verdadeira história. Eu tenho sempre dito, que o que tem sido feito, mais da metade por cento é tudo mentira para que a gente não descubra a verdade, então temos pensado muito isso, da organização (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

As questões ligadas à produção e à necessidade de melhoria na educação parecem ser a problemática que permeia todos os depoimentos. Pensando nisso, as comunidades quilombolas elaboram projetos objetivando encontrar saídas, como pode ser visto na fala de Florisvaldo:

Têm assim, a gente inclusive discutiu, agora não foi só os quilombos, todas as áreas aqui, assentamentos e acampamentos, fizeram à discussão de um projeto, inclusive a gente botou o nome de projeto BEM TIVI. É uma questão assim da diversificação da produção, nós temos trabalhado muito essa questão da água e a produção (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

Pelo depoimento de Florisvaldo, percebemos que, mesmo garantidos na terra com o reconhecimento como quilombolas, os trabalhadores continuam enfrentado problemas ligados à produção e ao mercado.

Essas que a gente já faz mesmo a muitos anos do milho, da mandioca, mas só assim como aproveitar melhor. Incluímos também a questão da apicultura, a criação de galinhas, de cabras, de ovelhas, já tem várias pessoas, no que diz respeito aos projetos de bancos algumas pessoas estão conseguindo, no Cariacá mesmo já tem um pequeno projeto de criação de galinhas, criação de abelhas, cabras, ovelhas, então é a nossa proposta é um pouco nessa direção (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

O projeto BEM TIVI está sendo discutido também com a perspectiva da comercialização e armazenamento da produção. Segundo Wilson:

Então com um projeto que nós temos O BEM-TIVI, com o assunto do frigorífico, esse ano nós temos que pensar mesmo de verdade sobre o trabalho mesmo interno na comunidade e a forma de sobreviver (WILSON, 2006, depoimento).

A diversidade na produção parece ser um dos caminhos escolhidos pelas lideranças das comunidades quilombolas nas diversas áreas de pequena produção

da região. A discussão sobre a diversificação da produção não parece ser um assunto tranquilo, tem gerado opiniões divergentes durante os encontros promovidos pelas entidades de apoio e pela CRQ, que, segundo o depoimento de Florisvaldo, envolve várias comunidades reconhecidas ou em processo de reconhecimento como áreas de remanescentes:

Olha nós têm assim nove comunidades já com certidão de auto-reconhecimento que está no movimento, que estão participando há muito tempo com a gente, e têm outras comunidades que já receberam o certificado, nós já fizemos inclusive uma visita ou duas, elas já estiveram em alguma atividade que a gente fez, mas não ainda decidida pelo acompanhamento da CRQ, tem Tomé Nunes, tem Barra da Parateca, lá de Carinhonha, e tem Agreste, e aqui da região que é: Parateca, essa aí inclusive a gente já está trabalhando há mais tempo, Parateca, Rio das Rãs, Nova Batalhinha, Cariacá, é Lagoa do Peixe, Juá/Bandeira, é Jatobá, Mangal/Barro Vermelho, é esse grupo que mais ou menos a gente vem trabalhando. A intenção da gente é de estar ampliando essa organização das comunidades quilombolas já reconhecidas ou em fase de reconhecimento (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

No depoimento de Wilson, uma das lideranças da comunidade de Brasileira, observamos o papel de articulador e de ampliador do movimento que a CRQ desempenha nas áreas que lutam para o reconhecimento como território quilombola:

Bom o papel da CRQ é o seguinte, porque hoje, nós temos aproximadamente umas quinze comunidades negras, umas já reconhecidas outras pra serem reconhecidas, umas já tituladas, a agente vê a necessidade de ter uma organização, porque sabemos que hoje tem que trabalhar mesmo na forma de organizado, e o papel da CRQ é o de está articulando as comunidades, trabalhando as comunidades. Foi tirado pelo próprio movimento negro e isso está dando certo. Pode se transforma em uma entidade estamos pensando nisso pra ver se no final tudo dá certo (WILSON, 2006, depoimento).

É visível por parte das lideranças a necessidade de articulação das comunidades negras, para que possam se organizar, criar o seu espaço e ter autonomia. Sabemos, entretanto, que essas lideranças são pessoas que têm uma consciência mais articulada da realidade em que vivem e que enfrentam resistências

de outros quilombolas, ou por desinteresse destes, ou por que estão voltados para outras questões.

Em áreas como a de Rio das Rãs, existe uma forte resistência por parte dos remanescentes em aceitarem os projetos alternativos como fala Wilson, uma das lideranças da comunidade:

Não, nós não temos nenhum desses projetos, eu estou trabalhando o povo incentivando isso, porque o povo ainda não acredita nesses projetos, eu sempre to relembro eles, como: a criação de galinha, a criação miúda que é a ovelha e o bode, mas o pessoal ainda não está acreditando nisso. Este ano foi um ano que eu trabalhei a comunidade a questão da plantação, aumentar mais a planta porque é um ano que nós pensamos muito na produção (WILSON, 2006, depoimento).

Para alguns moradores das áreas quilombolas, a exemplo de Maria, uma das conquistas bastante significativas para essas comunidades foi a implantação da energia elétrica, que trouxe novas implicações no modo de vida:

Olha a conquista da energia de poder ter chegado lá, que na época só fazendeiro tinha esse direito, foi muito bom, mas assim também vem um lado preocupante, porque eu fui criada a noite a gente brincava de roda, a gente sentava com meu tio, com minha mãe e contavam histórias pra gente, a gente morria de dar risada. Hoje não acontece mais isso, hoje você só vê seu filho, sua filha lá brigando pelo horário da novela, faz a tarefa correndo porque não pode perder a novela, até nós pais e mães abre mão de sentar numa noite de lua pra contar história, contar uma piada boa, dar gargalhadas pra ir assistir a novela, então no pé da novela vem à influência ruim também, drogas, bebidas, cigarro, prostituição, enfim porque os jovens ele não senta diante da televisão, eu tiro pelo que eu vejo, assim eu moro onde não tem energia, mas sempre eu vou até a casa de minha mãe à noite e quando eu chego lá tá meus sobrinhos na novela, termina a novela desliga a televisão, eu digo liga ai que eu quero assistir o jornal, - a tia mais jornal, eu digo, mas meu filho o jornal tem tanta coisa proveitosa. Então é isso o jovem ele não senta diante da televisão que ele vê um programa bom interessante o Canal Cultura, eles não vê isso, só filme, novela e desenho que não tem aproveitamento nenhum (PAIXÃO, 2006, depoimento).

No depoimento de Maria, notamos também a importância que era dada às histórias que eram contadas pelos parentes. Ela fala com saudade desses momentos quando todos se sentavam na frente das casas, para ouvir os causos, contar piadas, fazer brincadeiras. Hoje, a televisão toma conta, vicia as pessoas.

Essas preocupações também estão presentes no depoimento de Carlinhos, morador da comunidade negra do Mangal/Barro Vermelho, quando diz:

Minha preocupação é que através do crescimento da comunidade, a estrada interliga o futuro e aí o futuro traz coisas para a comunidade que pode ser estranho, pode mudar as pessoas, igual à televisão mesmo é uma mudança muito radical assim, a gente vê aquelas jovens o que a televisão lança na moda elas quer comprar, os tênis, as roupas, o biquíni, eu fico preocupado (ALBERTO, 2006, depoimento).

Em algumas áreas quilombolas, os benefícios trazidos pelo reconhecimento ainda são poucos, segundo Severino:

Infelizmente nós não temos, nenhum desses benefícios, a gente bebe água do rio ainda, vamos buscar no rio a pé, e também nós temos um poço artesiano perfurado, mas o posso agora não está funcionando, precisamos fazer isso urgente, sendo que nesse período de seca de junho até o mês de outubro a gente sofre pra caramba na crise de água (SEVERINO, 2006, depoimento).

Algumas comunidades de remanescentes foram beneficiadas com projetos de infra-estrutura, como podemos observar no depoimento de Carlos Alberto do quilombo Mangal/Barro Vermelho:

Bom a gente recebeu estrada, habitação, água foi á comunidade por conta dela que implantou. Recebemos uma escola foi o 4º Beque que construiu uma escola muito bonita, ensina da 1ª a 8ª série e outro colégio que a gente conseguiu e já está em construção. Recebemos uma quadra esportiva, foi uma emenda do deputado Luiz Alberto, e fomos beneficiados com o projeto luz para todos (ALBERTO, 2006, depoimento).

Para Carlos Alberto, o ensino voltado para as questões negras como vem sendo feito pelos professores do Mangal/Barro Vermelho, é extremamente significativo, pois ajuda a recuperar e manter a cultura do lugar.

Esses benefícios também chegaram à Comunidade de Juá/Bandeira, como fala Jaime:

Houve sim nós temos poço artesiano depois da desapropriação da fazenda pelo INCRA, à comunidade não tinha rede baixa pra luz, hoje à comunidade têm a luz, quase toda a comunidade, o município, a prefeitura fez um colégio, já tinha um colégio bem pequeno, mas ele fez um colégio maior, a prefeitura, então temos essas prioridades do governo.

Uma questão muito importante levantada durante as entrevistas está ligada ao retorno dos remanescentes que, por vários motivos, tiveram que viver fora do território, como diz Wilson, do quilombo Rio das Rãs:

Teve, nós já tivemos várias famílias que estava pra São Paulo e depois da legalização das terras já voltou muitas pessoas e têm previsão de voltar, lá dentro do quilombo Rio das Rãs nós não tem portas fechadas, pra essas pessoas que estão lá em São Paulo, apesar de não ter lutado a luta pela terra, mas quem ficou cá sua família lutou, e quem lutou, lutou por completo lutou por ele e pelos outros que estavam fora. Só aceitamos pessoas filhos do quilombo ou contrário, daquele que casou com uma moça de lá, ou a moça casou com um rapaz de fora, aí a gente não tem outro jeito a fazer a não ser aceitar mesmo. Agora pessoas que não têm nada a ver com o vínculo do quilombo lá nós não aceita de forma nenhuma (ALBERTO, 2006, depoimento).

Uma vez reconhecido o direito dos negros a essas terras, moradores que haviam deixado o lugar se puseram a voltar, o que levou as comunidades a estabelecerem regras para o retorno dos que estavam vivendo fora da comunidade, antes do processo de reconhecimento. Segundo eles, isto tem sido necessário para preservar a própria identidade do grupo. Existe uma preocupação bastante grande, principalmente por parte das lideranças em relação aos que retornam, pois muitos ficaram durante muitos anos fora e adquiriram novos hábitos que não são bem vistos pelos moradores.

Outro depoimento que trata desse processo de retorno é o de Florisvaldo, morador do quilombo Araçá/Cariacá.

De algumas comunidades, as pessoas que estavam aqui em Lapa, as pessoas que estavam em São Paulo, as pessoas que estavam em Salvador, pessoas que estavam no Paraná, assim o retorno foi mais rápido do que a gente imaginava, teve já muita gente de volta por conta disso (FLORISVALDO, 2006, depoimento).

O processo de reconhecimento nas várias áreas quilombolas, embora tenha encaminhado soluções para alguns problemas, cria novos desafios tanto nas relações cotidianas dos remanescentes, quanto nas relações das comunidades com a realidade mais ampla.



Figura 3.24 – Bandeira da Festa do Divino, Comunidade do Enchú, 2005.
Fonte: DUTRA



Figura 3.25 – Crianças brincando o careta, 2005.

Fonte: DUTRA



Figura 3.26 – Mulher fumando cachimbo, Comunidade de Araça / Cariacá, 2006.
Fonte: DUTRA



Figura 3.27 – Matildes, Comunidade do Rio das Rãs, 1998.
Fonte: DUTRA



Figura 3.28 – Crianças, Comunidade de Parata / Pau D'Arco, 2005.
Fonte: DUTRA



Figura 3.29 – Meninos brincando em árvores, Comunidade de Brasileira, 2005.
Fonte: DUTRA



Figura 3.30 – Mulheres lavando roupa na lagoa, Comunidade de Brasileira, 2005.

Fonte: DUTRA



Figura 3.31 – Meninas lavando louça na lagoa, Comunidade de Brasileira, 2005.
Fonte: DUTRA



Figura 3.32 – Roda de capoeira, Comunidade do Rio das Rãs.
Fonte: Arquivo CPT, Lapa.



Figura 3.33 – Vista panorâmica, Comunidade do Mangal / Barro Vermelho, 2004.

Fonte: DUTRA



Figura 3.34 – Tocadores de pifano, Comunidade de Parateca / Pau D'Arco, 2005.

Fonte: DUTRA



Figura 3.35 – Reizado, Comunidade de Parateca / Pau D'Arco, 2005.

Fonte: DUTRA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje graças a Deus a gente tem a liberdade de andar pra onde a gente quer andar e trabalhar a onde quer trabalhar.

(Wilson Pinto de Oliveira)

Neste trabalho, procuramos documentar a memória das lutas, dos enfrentamentos e das resistências travadas por trabalhadores rurais negros no processo de reconhecimento de seu território como área pertencente a antigos quilombos.

Buscamos como referência, neste trabalho, as comunidades rurais do Rio das Rãs e Brasileira, pertencentes ao território do Rio das Rãs, primeira área de terras reconhecida e desapropriada como pertencente a antigo quilombo do Estado da Bahia.

O reconhecimento do território do Rio das Rãs como área pertencente a remanescentes de quilombos redimensionou, na região, a estrutura agrária que parecia ter se cristalizado, ao mesmo tempo em que abriu possibilidades para que outras comunidades fossem se organizando e iniciassem também o processo de reconhecimento como território pertencente a antigos quilombos. Exemplo disto foi o caso do Mangal/Barro Vermelho, área já reconhecida, Juá/Bandeira, Araçá/Cariacá, Pau D'Arco/Parateca, Jatobá, Nova Batalhinha, Lagoa do Peixe, entre outras, que estão em processo de reconhecimento.

Para que esses processos de reconhecimento ocorressem, os trabalhadores negros tiveram que ampliar as suas relações de solidariedade, tomando como base as experiências vivenciadas pelos remanescentes do Rio das Rãs. Estas relações foram fundamentais nos embates que os trabalhadores travam com os latifundiários que querem tomar suas terras ou com o poder público responsável pela legalização desses territórios.

Observamos que todo esse processo vem possibilitando a formação de uma consciência crítica que tem levado esses trabalhadores a criarem e recriarem, dentro da própria luta, organizações que contribuem no enfrentamento dessas

problemáticas, pois muitos acreditam que a luta ganha novas dimensões diante dos novos desafios do cotidiano.

Ao finalizarmos este trabalho, gostaríamos de salientar que a literatura sobre a temática quilombo é muito ampla, mas que ainda existem poucos estudos sobre comunidades de remanescentes no Brasil, que podem ser melhor estudadas a partir de trabalhos que levem em conta a pluralidade desses moradores.

Este trabalho não pretende encerrar a questão dos remanescentes. Sua finalidade foi acompanhar a trajetória de luta e resistência dos negros das comunidades rurais do Rio das Rãs e Brasileira, discutindo aspectos dos seus modos culturais, das suas experiências, dos enfrentamentos e das lutas que possibilitaram a melhoria de vida desses sujeitos. Que a liberdade tantas vezes defendida nos depoimentos possa ser alcançada por todos os remanescentes.

REFERÊNCIA

- A TARDE. Entidades pedem providências contra grilagem. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 26891, Caderno 01, p. 02, 21 out. 1992.
- A TARDE. Líder petista na AL denuncia superfaturamento no INCRA. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 28525, Caderno 01, p. 09, 02 maio 1997.
- A TARDE. Quilombo de Bom Jesus da Lapa pode ser reconhecido oficialmente. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 27087, Caderno Geral, p. 05, 09 maio 1993.
- A TARDE. Título de posse realiza sonho dos quilombolas. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 28973, Caderno 01, p. 07, 29 jul. 1998.
- A TARDE. Trabalhadores mantidos em regime de escravidão. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 25446, p.13, 14 out.1988.
- A TARDE. Brasília vê protesto no ritmo do Ilê Aiyê. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 27097, Caderno 01, p. 09, 19 maio 1993.
- A TARDE. Diocese de Bom Jesus da Lapa denuncia desmando. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 26968, Caderno T. Munic., p. 03, 08 jan.1993.
- A TARDE. Famílias ameaçadas terão apoio de várias entidades. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 26604, p.10, 04 jan.1992.
- A TARDE. Famílias de Rio das Rãs ganham liminar na Justiça. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 27098, Caderno 01, p. 03, 20 maio 1993.
- A TARDE. Novas denúncias contra o INCRA são feitas na AL. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 28538, Caderno 01, p. 09, 15 maio 1997.
- A TARDE. Posseiros de Bom Jesus da Lapa estão sendo expulsos. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 25226, p.12, 06 mar. 1988.
- A TARDE. Posseiros do Rio das Rãs vão protestar em Brasília. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 27095, Caderno 01, p. 02, 17 maio 1993.
- A TARDE. Rio das Rãs é dona da terra dos quilombos. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 27859, Capa, p. 01- 03, 27 jun.1995.
- A TARDE. Fazendeiro nega as acusações. **Jornal A Tarde**, Salvador, n. 26891, Caderno Geral, p.05, 28 out.1992.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. "Terras de Pretos, Terrade Índio" - Uso comum e conflito. **Cadernos "NAEA"**, Belém, n. 10, p.163-196, jan./dez. 1989.

ALMEIDA, Severino Borges de. **Severino Borges de Almeida**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

ANTONACCI, Maria Antonieta. In: *Trabalhos da memória*. **Educ**, São Paulo: Projeto Historia, n. 17, nov. 1998.

BAHIA HOJE. O grande desafio de conseguir titular as terras. **Jornal Bahia Hoje**, Salvador, n. 695, Caderno 1º, p. 03, 25 jun.1995.

BAHIA HOJE, Quilombolas vão esperar. **Jornal Bahia Hoje**, Salvador, n. 698, Caderno Cidade, p. 04, 28 jun.1995.

BARBOSA, Maria da Paixão. **Maria da Paixão Barbosa**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*

BATISTA, Eduardo Pereira. **Eduardo Pereira Batista**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

BERNARDI, Luciano. Carta da comissão Pastoral da Terra ao chefe de redação. **Jornal A Tarde**, Salvador, 28 jun. 1995.

BERSCH, Miriam Inês. **Miriam Inês Bersch**: depoimento [1997]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 1997.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004)*.

BLAJ, Ilana. Sergio Buarque de Holanda: Historiador da cultura material. In: CANDIDO, Antônio (Org.). **Sergio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 31, 1998.

BRASIL. **A nova Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988**. São Paulo: Mandarino, 1988.

BROOKE, James. Brasil Busca Devolver Terras Ancestrais a Descendentes de Escravos. Tradução de Peter Kemmerla. **Jornal New York Times**, 15 agos. 1993.

CANÁRIO, Jaime Santiago. **Jaime Santiago Canário**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

CARVALHO, José Jorge de (Coord.). **Laudo antropológico sobre a comunidade rural negra do Rio das Rãs**. Brasília, 1993.

CARVALHO, José Jorge; DORIA Siglia Zambrotti (Org.). **O quilombo do Rio das Rãs**: histórias, tradições, lutas. Salvador: EDUFBA, 1995.

CORREIO DA BAHIA. Pastoral registra mais de 29 conflitos de terra. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, n. 4347, p.10, 14 maio 1993.

CORREIO BRAZILIENSE, Corrêa garante posse de terra a famílias baianas. **Jornal Correio Braziliense**, Brasília, 19 maio 1993.

DIÁRIO OFICIAL. **Jornal Diário Oficial**, Caderno Legislativo, Salvador, n. 03, 20 out. 1992.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de sobradinho em Serra do Ramalho – BA**. 2004. Tese (Doutorado em História) - PUC-SP, São Paulo.

FARIAS, Cleide. **Cleide Farias**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)**

FERREIRA, Grazielle de Lourdes Novato. **Cinzeno memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo.

FUNES, Eurípides A. “Nasci nas Matas, nunca tive Senhor”- Histórias e Memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 467-468.

GOMES, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Gomes**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)**.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII- XIX)**. São Paulo: UNESP, 2005.

GONZAGA, Hamilton Vitorino. **Hamilton Vitorino Gonzaga**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)**.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do ‘popular’. In: **Da diáspora identidade e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardiã Resende et al. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2003. p. 257-258.

HAMPATÉ BÂ. “A tradição viva”. In: Ki-Zerbo, J. (Coord.). **Metodologia e pre-história da África**: história geral da África. São Paulo: Ática; UNESCO, v.1, 1982. p.181.

JORNAL DA BAHIA. Desapropriação morosa provoca conflito rural. **Jornal da Bahia**, Salvador, n. 8835, Caderno 02, p. 11, 31 out. 1987.

JORNAL DA BAHIA. Grileiro é denunciado. **Jornal da Bahia**, Salvador, n. 8921, p. 13, 25 fev. 1988.

JORNAL DA BAHIA. Lavradores denunciam Grilagem em Bom Jesus. **Jornal da Bahia**, Salvador, caderno 1 p.3, 09 maio 1977.

JORNAL DA BAHIA. PC do B faz denúncia. **Jornal da Bahia**, Salvador, n. 8833, p. 03, 29 out. 1987.

JORNAL DE BRASÍLIA. Ileaiê anima protesto de posseiros baianos. **Jornal de Brasília**, Brasília, 19 maio 1993.

MAGALHÃES, Francisco Ferreira. **Francisco Ferreira Magalhães**: depoimento [2005]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2005.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004)*.

MATOS, Marilene de Jesus. **Marilene de Jesus Matos**: depoimento [2005]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2005.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004)*.

MOREIRA, Valdivino Alves. **Valdivino Alves Moreira**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese (Doutorado em História) - UFP, Recife, 2003.

NUNES, Matildes Amalzira. **Matildes Amalzira Nunes**: depoimento [1997, 2005]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2005.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004)*.

OLIVEIRA, Wilson Pinto de. **Wilson Pinto de Oliveira**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

PEREIRA, Lorivaldo Fausto. **Lorivaldo Fausto Pereira**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

PEREIRA, Lorivaldo Fausto. **Lorivaldo Fausto Pereira**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. *Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004)*.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida: Trajetórias de escravos e libertos no alto sertão da Bahia. Rio de Contas e Caetité (1860-1920)**. 2005, 349 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista TEMPO**, n. 2, Rio de Janeiro: Delune, Dunara; Departamento de história da Universidade Federal Fluminense, p. 60, dez, 1996.

_____. "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral". **Revista Projeto História**, n.15, p.13-15-16, 1997.

_____. "O Momento da Minha Vida": funções do tempo na história oral. In: **Muitas memórias outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 296-7.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REVISTA ISTO É. Zumbi no Planalto Governo assusta índio e promete criar reserva negra na Bahia. **Revista Isto É**, São Paulo: Abril, n. 1234, p.14, 26 maio 1993.

REVISTA PROJETO HISTÓRIA. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 14, 1997.

REVISTA TEMPO E PRESENÇA. CEDI, ano 14, n. 265, p. 04, set./out. 1993.

RIBEIRO, Maíza Santana Neville (Coord.). **Plano de desenvolvimento sustentável, assentamento quilombola Rio das Rãs Município de Bom Jesus da Lapa**. Convênio nº 010/02 Universidade do estado da Bahia e Fundação Juazerense para Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco. Salvador: UNEB/ FUNDESF, 2003.

RODRIGUES, Maria Zélia Marques. **Maria Zélia Marques Rodrigues: depoimento [2001]**. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Salvador, Lapa, 2001.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004).

RODRIGUES, Paulina Silva. **Paulina Silva Rodrigues: depoimento [1997, 2006]**. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Salvador, Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004).

RODRIGUES, Simplicio Arcanjo. **Simplicio Arcanjo Rodrigues: depoimento [2005]**. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2005.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004).

SILVA, Florisvaldo Rodrigues da. **Florisvaldo Rodrigues da Silva: depoimento [2006]**. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista

Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004).**

SILVA, Geraldo Pereira da. **Geraldo Pereira da Silva**: depoimento [1997]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 1997.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004).**

SILVA, Moisés Cândido da. **Moisés Cândido da Silva**: depoimento [1997]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 1997.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004).**

SILVA, Valdélío Santos. **Valdélío Santos Silva**: depoimento [1997]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Salvador, 1997.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira-Ba (1982-2004).**

_____. **“Do mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs”. Liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo.** 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFBA, Bahia.

SOUZA, José Evangelista de; ALMEIDA, João Carlos Deschamps de. _____. **O mocambo do Rio das Rãs: um modelo de resistência negra.** Distrito Federal: Documentário, Arte e Movimento, 1994. (Mimeografado).

SOUZA, José Evangelista de; ALMEIDA, João Carlos Deschamps de. **Comunidades rurais negras.** Rio das Rãs - Bahia. Distrito Federal: Documentário, Arte e Movimento. 1994. (Mimeografado).

SOUZA, Miguel Antônio de. **Miguel Antônio de Souza**: depoimento [2006]. Entrevistador: Nivaldo O. Dutra. Lapa, 2006.1 Cassete sonora. Entrevista Concedida a Dissertação de Mestrado. **Liberdade é Reconhecer que Estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira- Ba (1982-2004).**

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria.** Um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

TRIBUNA DA BAHIA, Luta por terra no oeste baiano provoca o envenenamento de rio. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7674, Caderno 2º, p. 04, 24 dez.1991.

TRIBUNA DA BAHIA, Fazendeiro desafia decisão da Justiça. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7694, Caderno 02, p.03, 15 jan.1992.

TRIBUNA DA BAHIA, Grileiro inferniza posseiros. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7637, Caderno polícia, p. 03, 17 nov.1991.

TRIBUNA DA BAHIA, Liminar autoriza ocupação de área em Rio das Rãs. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7765, Caderno Econ., p. 06, 20 maio1993.

TRIBUNA DA BAHIA, Sem-terra fazem manifestação contra ameaças de fazendeiros. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7683, p.04, 04 jan.1992.

TRIBUNA DA BAHIA. Terror em Rio das Rãs. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7462, Caderno 01, p. 03, 20 out.1992.

TRIBUNA DA BAHIA. Grilagem tem proteção da PM em Rio das Rãs. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7463, 22 out.1992.

TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, n. 8708, p.06, 12 abr. 1996.

TRIBUNA DA BAHIA. Lavrador relata uma história de perseguição. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7837, Caderno Cidade, p.02, 13 jun.1992.

TRIBUNA DA BAHIA. Modesto quer regularizar as terras de antigos quilombos. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 8470, p. 05, 26 jun.1995.

TRIBUNA DA BAHIA. Sindicalista ameaçado de morte em Lapa. **Jornal Tribuna da Bahia**, Salvador, n. 7123, Caderno Cidade, p.04, 16 set.1990.

TRIBUNA DO SERTÃO. A Grande Questão da “Rio das Rãs”. **Jornal Tribuna do Sertão**, p. 06, 28 maio 1993.

WILLIAMS, Raymond. “Cultura”. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.25.